

PAULO VICTOR BEZERRA

**AVESSOS DO EXCESSO:
a assexualidade**

ASSIS

2015

PAULO VICTOR BEZERRA

**AVESSOS DO EXCESSO:
a assexualidade**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, para a obtenção do título de Doutor em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. José Sterza Justo

ASSIS

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

B574a	<p>Bezerra, Paulo Victor Avessos do excesso: a assexualidade / Paulo Victor Bezerra. - Assis, 2015 143 fls.</p>
	<p>Tese de Doutorado - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Orientador: Dr. José Sterza Justo</p>
	<p>1. Assexualidade. 2. Subjetividade. 3. Identidade se- xual. 4. Ambientes virtuais compartilhados. 5. Identidade (Psicologia). I. Título.</p>
	<p>CDD 150.3 154.22</p>

PAULO VICTOR BEZERRA

AVESSOS DO EXCESSO: a assexualidade

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Assis para obtenção do título de Doutor em Psicologia. (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Data da Aprovação: 19/06/2015

COMISSÃO EXAMINADORA


Presidente: PROF. DR. JOSE STERZA JUSTO - UNESP/Assis


Membros: PROF. DR. FERNANDO SILVA TEIXEIRA FILHO - UNESP/Assis


PROFA. DRA. DIANA PANCINI DE SÁ ANTUNES RIBEIRO - UNESP/Assis


PROF. DR. RAFAEL SIQUEIRA DE GUIMARÃES - UFSB/Itabuna


PROF. DR. PAULO ROBERTO DE CARVALHO - UEL/Londrina

A meu GrandPai, Manoel Bezerra.

A meu grande amor, Maytê.

AGRADEÇO

À Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UNESP, por ter podido usufruir da bolsa, fundamental para que, neste último ano, eu pudesse me dedicar integralmente ao Doutorado e à redação final desta tese.

Imensamente ao Professor Justo, pelos direcionamentos, orientações e por todo o acompanhamento que tem feito, durante esta minha jornada na UNESP, sempre inigualavelmente paciente, apoiador e parceiro.

A todos os funcionários da Pós-Graduação, à Sueli, à Lucilene, ao Marcos, ao Ricardo e, mais tardiamente ao João Paulo. Agradeço também aos funcionários da *Biblioteca Acácio José Santa Rosa*, um verdadeiro patrimônio da UNESP, sempre prestativos e disponíveis. Nesse quesito, obviamente não poderia deixar de prestar minhas homenagens à memória viva do *Campus* de Assis, o inestimável Auro.

A todos os colegas e amigos da UNICENTRO e de Irati – PR, pelas conversas e perguntas que me fizeram compreender melhor as nuances deste tema de pesquisa.

Um brinde especial ao Mestre Cervejeiro Gabriel Batista Krüger, cujas receitas alquímicas tantas conversas embalam e cujas conversas tantas receitas ainda hão de produzir.

Aos amigos, companheiros e colegas de nossa turma de doutorado, às bordoadas e às dúvidas que dividimos, às risadas e incognoscências que produzimos e a tudo mais que não tem remédio nem nunca terá. Ao Mateus, amigo e companheiro de tão longa data.

Especialmente a minha esposa, mulher, amiga e companheira, Maytê, de todo o coração.

*Livre da relação, a representação pode se
dar como pura apresentação.*

Michel Foucault

BEZERRA, Paulo Victor. **Avessos do excesso**: a assexualidade. 2015. 143 fls. Tese (Doutorado em Psicologia). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2015.

RESUMO

Os assexuais se definem como pessoas que não sentem atração sexual. A ideia de um sujeito assexual traz à tona discussões acerca dos usos políticos do sexo, coloca em exame as epistemologias da sexualidade e suscita debates a propósito dos modos de subjetivação contemporâneos. Nesta tese, procura-se apresentar o percurso científico da assexualidade e traçar uma compreensão sobre esse fenômeno. No primeiro capítulo, faz-se uma narrativa minuciosa de toda a produção bibliográfica sobre o tema, contemplando todos os artigos e livros publicados até o presente, bem como aquelas fontes mais antigas que se relacionavam diretamente com a assexualidade. Compilou-se essas leituras de modo a reconstruir, identificar e contextualizar as primeiras menções ao termo e os desdobramentos do surgimento das comunidades virtuais de assexuais, fato que impulsionou e justifica a atual produção acadêmica a esse respeito. Aponta-se que a produção científica sobre a assexualidade reflete em muito o campo de produção acadêmica em sexualidade, contendo os principais elementos deste último: uma preponderância das tarefas de legitimar, universalizar e naturalizar, geralmente amparadas por uma visão biologistas, mas, também contém uma porção de produções críticas e engajadas com a visão das políticas de identidade e de uso do sexo. No segundo capítulo, toma-se como objeto de estudo a assexualidade, e não os assexuais. A partir de alguns artigos, da navegação por seus *loci* virtuais de encontro e de autores contemporâneos, apresenta-se uma possibilidade de entendimento acerca desse grupo, identificando-o como uma tribo virtual. Ademais, articulam-se as concepções de sociedade do simulacro, do espetáculo, do sujeito da aparência e da subjetividade forjada pelo trabalho imaterial, entre outras, a fim de compreender a emergência da assexualidade e a posição que ela toma nesse cenário, colocando-a tanto como uma forma de subjetivação contemporâneo quanto como uma resistência à cultura hegemônica. No terceiro capítulo, busca-se posicionar a assexualidade dentro da possibilidade de leitura transmitida pela *História da Sexualidade*. Toma-se o conceito de *dispositivo de sexualidade* para verificar se a assexualidade pode ser incluída na gama de produções de subjetividade típicas desse dispositivo ou se seria um modo de subjetivação aquém do dispositivo de sexualidade e, conseqüentemente, por quais vias se dá essa inclusão ou exclusão. Conclui-se que a assexualidade está localizada dentro da história recente dos usos do sexo, e se constata que a assexualidade é uma produção típica do dispositivo de sexualidade, na medida em que se sustenta na mesma lógica do sexo a qual busca questionar.

Palavras-chave: Assexualidade. Subjetivação. Dispositivo de sexualidade. Tribo virtual.

BEZERRA, Paulo Victor. **The Convex of the Excess: Asexuality**. 2015. 143 pp. Thesis (PhD in Psychology). State University of São Paulo - UNESP. Assis, 2015.

ABSTRACT

The Asexuals define themselves as people who do not experience sexual attraction. The idea of an asexual individual brings up discussions about the political uses of sex, calls into question the epistemology of sexuality and raises debates about contemporary modes of subjectification. This thesis presents the scientific development of asexuality and outlines some understanding on the issue. The first chapter provides a detailed narrative of all the scientific writings on asexuality, covering every article and book published until now, including the early sources that somehow are related to it. These researches were compiled intending to rebuild identify and contextualize the first mentions to the idea of asexuality as well as the unfolding of the asexual's virtual communities, which boosted the scientific production on this field. It is noted that the scientific production on asexuality is much like the scientific production on sexuality, rendering the main focusses of the last: the widely held task of legitimating, universalizing and naturalizing, commonly under a biological approach, but it also contains a fewer critical works, aligned with the policies of identity and uses of sex. The second chapter takes asexuality, instead of the asexual individuals, as object of study. Grounded on some articles, on the virtual sites of meeting as well as on some contemporary psychosocial theorists, a possibility of understanding about the group is presented, identifying it as a virtual tribe. Moreover, the ideas of simulacra society, spectacle society, the semblance subject and the subjectivity built over immaterial labor, amongst others, are coordinated in order to comprehend the emergency of asexuality and its position in the present, picturing it as both a form of subjectivation and of resistance. The third chapter reaches to position asexuality within the readings of Foucault's History of Sexuality. The concept of sexuality device is presented and discussions about asexuality belonging or not to its subjectivities' line of production are made, pointing out the criteria of including or excluding asexuality to such device. It is concluded that asexuality is placed within the recent history of usages of sex, noting asexuality as a typical product of the sexuality device, once it relies on the same logical framework that it supposedly disapproves.

Keywords: Asexuality. Subjectification. Sexuality device. Virtual tribe.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	9
2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO.....	14
3. APORTES METODOLÓGICOS	14
4. A HISTÓRIA DA ASSEXUALIDADE.....	18
O relatório Kinsey e os primeiros trabalhos	18
O surgimento das comunidades virtuais e as pesquisas atuais	24
Definições e abordagens atuais	25
Produções sobre a visão dos assexuais acerca de si mesmos	32
Ensaio crítico.....	35
Discussões sobre as contribuições da assexualidade para o campo das pesquisas em sexualidade e para uma compreensão da cultura	45
Discussão.....	49
5. A TRIBO DOS ASSEXUAIS E O LUGAR DA ASSEXUALIDADE NA SOCIEDADE ATUAL	54
Sujeito e grupalidade no cenário atual	54
A tribo virtual dos assexuais	57
A assexualidade como modo de subjetivação da atualidade.....	60
A assexualidade como resistência	62
Discussão.....	63
6. UMA LEITURA DA ASSEXUALIDADE A PARTIR DO DISPOSITIVO DE SEXUALIDADE OU A TRAGÉDIA DE EROS.....	66
Preâmbulo	66
Revestimentos históricos da sexualidade	67
O paradigma da (des)repressão e o dispositivo de sexualidade	68
As estratégias de poder no jogo da subjetivação pela sexualidade: o biopoder	75
A subjetivação pelo sexo e o discurso da liberação sexual	77
E a assexualidade?.....	82
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICE: CONTROVÉRSIAS E COMPLEMENTAÇÕES DE RESULTADOS DE PESQUISAS A PARTIR DE DIFERENTES APORTES METODOLÓGICOS.....	102
Pesquisas estatísticas e demográficas.....	102
Pesquisas qualitativas.....	113
Pesquisas que utilizam métodos mistos	122

Contribuições teóricas/conceituais.....	128
Livros sobre a assexualidade.....	135
Resenha do livro Understanding Asexuality de Anthony Bogaert (2012).	135
Resenha do livro Assexualities: feminist and queer perspectives de Karli Cerankowski e Megan Milks (2014).....	138

1. APRESENTAÇÃO

A assexualidade passa ao largo do psicologismo simplista que comumente se encontra em algumas entrevistas nos grandes meios de comunicação ou naquelas matérias jornalísticas que não exploram mais do que a manchete.

Há ainda uma quantidade relativamente pequena, porém crescente, de material sobre a assexualidade. Além de entrevistas e matérias na imprensa, existem alguns sítios e comunidades virtuais brasileiras e estrangeiras muito bem organizadas e articuladas com a mídia e com a ciência, sendo que a considerável variedade geográfica dos membros dessas comunidades aponta que não se trata de um fenômeno localizado, pelo contrário, os assexuais fazem-se presentes em toda a sociedade economicamente desenvolvida. A partir do ano de 2004, a produção acadêmica sobre a assexualidade e sobre os assexuais multiplicou-se exponencialmente, e mais recentemente é notável também a diversificação das abordagens teóricas e metodológicas.

Sem dúvida, a atualidade do tema e a oportunidade de trabalhar com uma questão nascente funcionaram como a força motriz de nosso interesse pela assexualidade. Construimos um projeto de doutorado e o apresentamos ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, na linha de pesquisa intitulada *Processos psicossociais e de subjetivação no contemporâneo*.

Já no início de nossas leituras acadêmicas sobre os assexuais, algumas perguntas muito comuns puderam ser respondidas, desvelando a complexidade do tema.

Seria a assexualidade derivada de uma opção religiosa? Não, necessariamente. A religião cultiva papéis sexuais bastante rígidos e demarcados, os quais tendem a ser repelidos pelos assexuais. Além disso, os próprios assexuais fazem uma clara distinção entre a assexualidade e o celibato.

Um assexual seria, então, uma pessoa com péssimas experiências de relacionamento que optou por não mais se relacionar? Também não. A teoria do trauma, que há muito não é capaz de dar conta de explicar a sexualidade, não é igualmente adequada para a compreensão dos assexuais. Algumas pesquisas, e até mesmo as produções discursivas dos próprios assexuais, mostram que não se trata

de experiências traumatizantes, além de a maior parte dos assexuais manter ou desejar manter relacionamentos amorosos.

A assexualidade transcende as atuais identidades de gênero ou orientação sexual? Não exatamente. Embora existam alguns poucos que relatem pertencer ao gênero assexual, grande parte se identifica como masculino e feminino, além de se identificarem como heteroassexual, homoassexual, bissexual e até mesmo como *panassexual*.

Mas, ao menos, pode-se definir que um assexual é aquele que não pratica qualquer ato sexual? Pois então, não. A maior parte dos assexuais se masturbam com uma frequência muito próxima à da população geral e, mais do que isso, boa parte dos assexuais, ainda que com uma frequência menor, mantém relações sexuais!

Assim, podemos começar pela definição de alguns pontos de partida que guiam esta tese: a assexualidade não pressupõe a absoluta ausência de práticas sexuais; não pretende transcender os gêneros, como masculino e feminino, nem as orientações sexuais já conhecidas, como hetero, homo ou bissexual; não pode ser compreendida pela teoria do trauma psicológico, mas por um processo que leve em consideração os marcadores e as construções sociais de nosso tempo histórico, inclusive o lugar dos sujeitos nesse contexto; e, sobretudo, a assexualidade não é derivada de instituições culturais, como a religiosa, que secundariamente organizam as manifestações e os usos do sexo.

Além disso, há no tema da assexualidade algumas características muito atuais que nos permitem situá-la como um fenômeno e uma produção cultural típica de nosso tempo: a relação avessa dessas pessoas com certa representação hegemônica da sexualidade e a transformação disso em uma causa política, ao mesmo tempo em que se mostram dependentes da mídia e do projeto de sujeito do espetáculo; a associação desses sujeitos em torno de comunidades virtuais; a construção de seus espaços de sociabilidade, a partir dessas comunidades; e a própria emergência da assexualidade enquanto um marcador identitário, em função dos ambientes virtuais, aponta que estamos diante de um tema bastante desafiador e frutífero para o estudo da subjetividade contemporânea.

Nossas leituras demonstram que o ponto de convergência de inúmeras matérias jornalísticas e artigos científicos é a comunidade virtual denominada Rede Assexual de Visibilidade e Educação (sigla em inglês: *AVEN*). Através de uma

ambientação nessa e em outras comunidades, pudemos perceber que a *AVEN* tem uma influência capital, orientando o conteúdo e a forma de operar de todo o grupo. Mais ainda, notamos que a *AVEN* tem uma influência fundamental também na produção discursiva sobre a assexualidade, bem como na regulação das políticas de visibilização e desestigmatização que se formam em torno da mesma.

Do ponto de vista acadêmico, a assexualidade tem fomentado algumas discussões já conhecidas sobre a orientação sexual e o campo das patologias, do ponto de vista de um modelo nosográfico, no qual ainda se apoiam certas práticas “psi”. Movimenta ainda o conhecido campo da biologia ou da neurobiologia da sexualidade e os debates sobre as minorias sexuais e suas políticas de inclusão e visibilização. Além disso, a própria ideia de um sujeito assexual traz à tona a discussão da sexualidade compulsória, dos usos sociais do sexo e, principalmente, acende discussões sobre as epistemologias da sexualidade, suscitando debates tanto sobre a ideia de naturalidade da sexualidade quanto sobre uma possível naturalidade da assexualidade.

Embora esta tese esteja dividida em três capítulos subsequentes, como não poderia deixar de ser, ressaltamos que não há de fato uma relação de linearidade entre os capítulos, mas sim uma circularidade. Dessa forma, pode-se iniciar a leitura pelo segundo ou terceiro capítulo, desde que se reservem as considerações finais.

No primeiro capítulo, apresentamos uma narrativa minuciosa e, por vezes, exaustiva, de toda a produção bibliográfica sobre o tema, contemplando todos os artigos e livros publicados até o presente, bem como daquelas fontes, citadas nessas pesquisas, as quais se relacionavam diretamente com a assexualidade. Compilamos essas leituras de modo a reconstruir, identificar e contextualizar as primeiras menções ao termo e os desdobramentos do surgimento das comunidades virtuais de assexuais, fato que impulsionou e justifica a atual produção acadêmica a esse respeito.

Esse trabalho é de considerável importância, porque, além de reunir em um só texto todo o percurso histórico da assexualidade, abrindo caminho para futuros pesquisadores do tema, possibilita um exame do conjunto de tais produções e, portanto, do papel desempenhado pela academia, na produção da assexualidade. Embora essa possibilidade não estivesse originalmente contemplada em nosso projeto, terminamos por compreender que talvez ela seja uma legítima contribuição, no sentido de facilitar leituras críticas e o fomento dessas discussões, em língua

portuguesa. Destacamos ainda que esse capítulo colabora para que se tenha uma visualização completa do que se tem produzido a esse respeito e dos discursos mais comuns dos assexuais, suscitando perguntas, críticas, e delineando parte das possibilidades de entendimento da questão.

O apêndice que segue a esta tese pode ser considerado um adendo a esse primeiro capítulo. Nele, fazemos uma sistematização mais pormenorizada de todos os artigos mais recentes, agrupando-os de acordo com suas vertentes metodológicas. Ao final, há ainda duas resenhas que produzimos referentes aos dois livros que existem sobre o tema. A primeira, relativa ao livro *Understanding Asexuality*, de Anthony Bogaert (2012), já se encontra publicada na *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, enquanto a segunda, sobre o livro *Asexualities*, organizado por Cerankowski e Milks (2014), foi submetida à revista *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, em setembro de 2014.

No segundo capítulo, apresentamos uma contribuição original, na medida em que elegemos como objeto de nosso estudo a assexualidade, e não os assexuais. Assim, buscamos compreender a assexualidade enquanto um fenômeno de grupo, identificando sua demanda expressa e sua função para aqueles que o compõem. A partir de alguns artigos (SCHERRER, 2008; 2010; CARRIGAN, 2011; HAEFNER, 2011; SUNDRUD, 2011; YULE et al., 2013), da navegação por seus *loci* virtuais de encontro, e de alguns autores contemporâneos (MAFFESOLI, 1998; LEVY, 1999), indicamos uma possibilidade de entendimento acerca desse grupo, identificando-o como uma tribo virtual (CORREA, 2005; TUOMINEN, 2011).

Uma das discussões desse segundo capítulo surgiu ainda enquanto fazíamos nossas leituras iniciais, quando notamos que há uma proeminente questão com relação ao discurso hegemônico sobre o uso intensificado e generalizado do sexo. Essa insurgência dos assexuais nos levou a trabalhar com a hipótese, por certo período, de que poderia haver uma dificuldade de os assexuais subjetivarem o sexo em si, ou seja, em atribuir sentidos outros que não aqueles impostos pela cultura, ou em transformar em experiência corporal singular os discursos excessivos e massificados que circulam em nossa sociedade. Isso pressuporia uma relação pura entre o processo de atribuição de sentido e a experiência corporal, o que não acontece na atual conjuntura.

O processo de atribuição de sentidos às experiências corporais já está em boa parte atravessado por outros sentidos e, no caso de nosso contexto, por toda

uma cultura da imagem e da estética (BIRMAN, 2001). Assim, com as ideias de sociedade do simulacro (BAUDRILLARD, 1991), sociedade de risco (BECK, 2011; CASTEL, 1987), sociedade do espetáculo (DEBORD, 1967/1997), do sujeito da aparência (BAUMAN, 2001), da subjetividade forjada pelo trabalho imaterial ou “cognitivo” (GORZ, 2005; NEGRI, 2001) e do conceito de dispositivo de sexualidade (FOUCAULT, 1988), esboçamos um entendimento a propósito da emergência da assexualidade e da posição que ela toma, nesse cenário, posicionando-a tanto como um modo de subjetivação (FOUCAULT, 1984) contemporâneo quanto como uma resistência à cultura hegemônica.

Ao tomarmos a assexualidade enquanto uma resistência aos atuais padrões de uso do sexo, nós nos afastamos daquela parcela da literatura que toma a assexualidade, ainda que implicitamente, como uma dissidência desses padrões e, conseqüentemente, como uma produção revolucionária. Embora a assexualidade apresente uma considerável originalidade dentro do paradigma da sexualidade, representando uma injeção de crítica, e traga em si o potencial de fomentar discussões e questionamentos sobre os usos do sexo, o terreno de onde ela brota, sua lógica interna até este momento e muito dos discursos dos assexuais reproduzem o que há de mais atual em termos de controle social: a biopolítica (FOUCAULT, 1988; AGAMBEM, 2010) e algumas estratégias de biopoder (PELBART, 2008; AGAMBEM, 2010).

No terceiro capítulo, procuramos posicionar a assexualidade dentro das possibilidades de leitura iniciadas por Foucault, em sua *História da Sexualidade* (1988). Tomamos o conceito de *dispositivo de sexualidade* como o epicentro de nossas leituras acerca desse fenômeno, buscando responder: 1) se a assexualidade pode ser incluída na gama de produções de subjetividade típicas desse dispositivo ou se seria um modo de subjetivação aquém do dispositivo de sexualidade; 2) conseqüentemente, por quais vias se daria essa inclusão ou exclusão. Através desse capítulo, pudemos compreender onde a assexualidade se localiza, dentro da história recente dos usos do sexo, e verificamos que a assexualidade é uma produção típica do dispositivo de sexualidade, na medida em que se sustenta na mesma lógica do sexo, a qual busca questionar, amparando-se integralmente em produções discursivas, ao mesmo tempo em que aparentemente se afasta de uma física do sexo ou de um sexo-experiência, todavia, não o transcende, uma vez que se ampara em um ideia de corpo sem desejo sexual.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO

Uma pergunta frequente que tivemos de responder, durante os congressos e encontros nos quais apresentamos partes desta tese, refere-se ao motivo pelo qual nós e outros pesquisadores nos pusemos a estudar a assexualidade. De nossa parte, podemos responder seguramente que o que nos moveu para o estudo da assexualidade é tanto o caráter atual do tema, o fato de ser distintamente um fenômeno de nosso tempo e desta configuração social, quanto seu potencial analítico e ilustrativo do movimento de produção do sujeito contemporâneo. Essa mesma pergunta foi feita por Bishop (2013) a alguns pesquisadores, os quais se têm dedicado a esse tema, sendo que as respostas apontaram predominantemente para a novidade e a falta de trabalhos nessa área e, conseqüentemente, o potencial acadêmico das discussões e das produções sobre a assexualidade. Somado a isso, alguns dos pesquisadores relataram que também já eram estudiosos da sexualidade.

O brasileiro Mauro Brigeiro (2013) elenca três principais razões para o crescente interesse acadêmico na assexualidade. Para ele, o caráter insólito e curioso de uma sexualidade que nega o sexo, a possibilidade de pioneirismo na produção de sentidos em um campo ainda pouco estudado e a politização da sexualidade são os principais motivadores dos estudiosos que se embrenham por esses campos.

Diante desse panorama e de tantas questões que nos ocorriam sobre o assunto, elegemos como foco de nosso trabalho examinar a assexualidade como modo de subjetivação da contemporaneidade, isto é, produzir alguma inteligibilidade a propósito de como essa forma de subjetivação, que tem como plataforma fundamental a abdicação da sexualidade, se articula com processos de subjetivação emergentes da atualidade.

3. APORTES METODOLÓGICOS

Procedemos a uma minuciosa busca nas seguintes bases de dados e consultas: Portal de Periódicos da Capes (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>); *Scielo* (<http://www.scielo.org/php/index.php>); *Sage* (<http://online.sagepub.com/>);

Google Acadêmico (<http://scholar.google.com.br/>); Biblioteca Virtual em Saúde (<http://www.bireme.br/php/index.php>), nas quais buscamos pelos termos: Assexualidade; Assexual; *Asexualidad*; *Asexual*; *Asexuality*, a fim de obtermos as publicações em português, inglês e espanhol.

A busca retornou inúmeros trabalhos da área da biologia e pesquisas ligadas à sexualidade de pessoas portadoras de deficiência de diversas categorias. Um grande número de trabalhos também se relacionava com a psicologia e a representação social da velhice e da infância. Alguns outros mencionavam a assexualidade do ponto de vista de uma representação equivocada ou preconceituosa a respeito de mulheres, parturientes ou ainda de alguns trabalhadores no exercício de suas profissões, como enfermeiros e professores.

Eliminados os textos que, tais como os descritos acima, não correspondiam ao foco desta pesquisa, mantivemos apenas o material que versa sobre a assexualidade enquanto uma vertente possível da sexualidade humana. Dessa maneira, permanecemos com um total de 40 trabalhos distribuídos nos seguintes formatos: um livro; um livro tipo coletânea de artigos; três capítulos de livro; uma tese de doutorado, um texto acadêmico (pesquisa de graduação); duas dissertações de mestrado; dois artigos em anais de congresso e 29 artigos em revistas acadêmicas.

Quanto ao idioma, destacamos que, desse material, a grande maioria, trinta e três, foi escrita em inglês, com exceção de dois artigos em espanhol e das fontes em português que corresponderam aos dois anais de congresso, a uma das dissertações, a um artigo e a um capítulo de livro, totalizando cinco textos.

A partir da leitura desse material, algumas fontes secundárias foram aparecendo, principalmente aquelas associadas ao histórico do conceito de assexualidade, sua recorrência na sexologia e nos estudos de gênero. Procuramos, então, revisar também esse material, alguns com um pouco mais de dificuldade de achar, como é o caso de Johnson (1977) e Rothblum e Brehony (1993), edições não muito populares e já esgotadas nas grandes livrarias, outras com certa facilidade, como é o caso de Kinsey (1948, 1953).

Duas preocupações centrais orientaram esse nosso trabalho de revisão da literatura acadêmica acerca da assexualidade. A primeira, coerente com o percurso que apresentamos no último capítulo, é a de delinear um panorama das estratégias acadêmicas de produção de saber sobre a assexualidade, esclarecendo, assim, as

vias privilegiadas das estratégias de legitimação desse emergente modo de subjetivação. Nossa segunda preocupação, coerente com a função acadêmica, é aquela de expor o conjunto das pesquisas já existentes, a fim de que os interessados no tema não necessitem refazer esse caminho completamente. Assim, apesar de se tratar de um texto longo e de leitura, por vezes, pouco simpática, reafirmamos a inevitabilidade da tarefa, animados pela esperança de que uma revisão desse tipo não careça de ser refeita no futuro.

Embora tenhamos plena consciência de que as produções e as pesquisas sobre a assexualidade só tendem a se multiplicar, pudemos compreender que a matriz de produção de inteligibilidade sobre esse fenômeno já esteja bem formada. Pode-se facilmente visualizar isso através da ancoragem dos trabalhos mais recentes, no qual incluímos esta tese, nos dados e até mesmo em alguns temas de discussão aberto pelos trabalhos já publicados. Dessa maneira, há um crescente preenchimento e o desenvolvimento de diálogos restritos a certas vertentes metodológicas e a certas linhas de entendimento da assexualidade.

Muita dificuldade tivemos em organizar e categorizar as pesquisas, já que, na maior parte das vezes, não é possível enquadrá-las e isolá-las em linhas unívocas ou simplistas, o que mostra a relativa complexidade das produções. No entanto, achamos que alguma sistematização seja necessária para o esclarecimento das estratégias de poder-saber que têm sido utilizadas e produzidas nesse processo de apropriação acadêmica de um acontecimento social. Inicialmente, partimos de uma sistematização proposta anteriormente (PRZYBYLO, 2012). Nesse capítulo, buscamos manter e ampliar as categorias inicialmente propostas por essa autora, atualizando e ampliando-a. A partir de determinado ponto, optamos por sintetizar as definições, tendências e discussões que têm sido recorrentes nesse campo. Por fim, apresentamos uma leitura completa de todo o material levantado, organizando-o em função das abordagens metodológicas utilizadas.

No segundo capítulo, além de nos valermos da bibliografia sobre a assexualidade, buscamos outras leituras acadêmicas sobre a produção de subjetividade, na atualidade, bem como procuramos ambientar e trazer elementos dos discursos presentes em algumas comunidades assexuais. No sítio da *AVEN*, há um cabeçalho que atravessa todas as páginas e subseções, com um logotipo e uma frase associada, onde se lê a definição que a maioria dos assexuais e até alguns pesquisadores repetem como um mantra: “Um assexual é uma pessoa que não

sente atração sexual” (AVEN, 2014, <http://www.asexuality.org/home/>). Uma mensagem de boas-vindas explica que estamos na maior comunidade virtual de assexuais e que esta reúne o maior arquivo de materiais sobre o assunto. No rodapé da página, o internauta encontrará *links* para o redirecionamento a sítios em mais 15 idiomas, incluindo português, russo e chinês.

O sítio também se propõe a tarefa de reunir diversos *links* a respeito da assexualidade. Tem uma seção destinada às aparições na mídia, tanto em textos de jornais quanto entrevistas ou simples menções ao grupo. Outra seção reúne os trabalhos científicos publicados sobre o tema, como artigos em revistas acadêmicas, teses e dissertações. Destacamos o tópico nomeado *Perspectivas Assexuais*, onde há uma série de textos, de diferentes colaboradores, que versam sobre alguns tópicos comuns a todos, como a descoberta da própria assexualidade; a maneira de lidar com a família e com a sociedade, além de trazer opiniões e experiências sobre os assuntos relacionados à assexualidade. Há também um movimentado fórum, organizado em tópicos que vão desde a assexualidade, visibilidade e educação, até discussões sobre comunidade e identidade.

No sítio da comunidade assexual brasileira (www.forumassexual.org), denominada A2, encontramos o mesmo formato da AVEN: um cabeçalho que define o assexual como “[...] uma pessoa que não tem interesse na prática sexual com outra pessoa” (A2, 2014). De forma análoga, há igualmente uma série de tópicos e subtópicos de discussão e materiais que foram veiculados na mídia. Essa comunidade mantém ainda uma página na rede social *facebook*, com várias postagens em tons informativos, algumas muito bem-humoradas.

No Brasil, há também um *blog* da pesquisadora Elisabete de Oliveira (<http://assexualidades.blogspot.com.br>). Doutoranda em Educação na Universidade de São Paulo, ela reúne algum material com o qual vem trabalhando, posta algumas resenhas de textos sobre o tema e a sua produção, principalmente entrevistas na mídia brasileira.

Por fim, baseamo-nos nos conceitos e linhas de argumentação delineados por Foucault, sobretudo em sua *História da Sexualidade*, para situar a assexualidade dentro das produções subjetivas típicas do dispositivo de sexualidade.

4. A HISTÓRIA DA ASSEXUALIDADE

O relatório Kinsey e os primeiros trabalhos

Uma parte de nossa revisão bibliográfica (YULE, 2011; MACINNIS; HODSON, 2012; PRZYBYLO, 2012) apontou que a primeira vez que a categoria assexual apareceu foi no célebre relatório de Alfred Kinsey, publicado em 1948 e 1953, cuja principal característica foi a produção estatística das informações sobre as diferentes práticas sexuais da população branca estadunidense. Porém, ao tomarmos para leitura essas obras, pudemos notar que a categoria assexual não se encontrava lá; ainda assim, mantivemos essa referência, mas a ampliamos e a pormenorizamos, para fins de esclarecimento.

Alfred Kinsey coordenou uma grande pesquisa sobre a sexualidade, em 1938 e 1953, com a participação de mais de 18.000 indivíduos. As duas publicações resultantes, *Sexual Behavior in the Human Male* (1948) e *Sexual Behavior in the Human Female* (1953), das quais somente a segunda foi publicada no Brasil, mostram que Kinsey e seus colaboradores utilizaram o método taxionômico (aquele tipicamente usado pela *scientia sexualis*, tal como expusemos no último capítulo) nomeando, descrevendo e classificando as condutas sexuais relatadas. No entanto, esse trabalho de classificação foi feito diretamente a partir dos relatos, de modo a não contemplar qualquer conceito anterior, como psicopatia, parafilia, perversão, assim como buscou ser isento das concepções morais que comumente vêm atreladas às práticas sexuais. Sena (2007) escreve que Kinsey esperava que a repercussão de suas pesquisas fosse a de “[...] informar que o que os indivíduos consideravam conduta anormal não era ‘tão anormal’ quanto o indivíduo supunha” (p. 175).

A partir desse grande levantamento dos comportamentos sexuais, elaborou-se uma série de correlações estatísticas e uma escala de orientação sexual, a escala HH (escala Heterossexualidade-Homossexualidade). Trata-se de uma escala de 7 pontos, onde 0 é exclusivamente heterossexual, 6 é exclusivamente homossexual e 3 corresponde à bissexualidade. Nossa leitura dessas obras revelou que, de fato, a assexualidade não está contemplada em nenhuma das duas. Mais do que isso, em *Sexual Behavior of the Human Male* (1948), há uma clara associação

entre a baixa ocorrência de desejo sexual e a sublimação, a religiosidade, a deficiência mental e física, a timidez e a inibição (KINSEY et al, p. 201-210).

Essa publicação justifica a verificação de pessoas com níveis muito baixos de desejo sexual, explicando que alguns de seus entrevistados possuíam debilitação física ou mental permanentes, outros eram ex-detentos, que, por terem passado muito tempo confinados e não aceitarem manter relações homoeróticas ou se masturbarem, teriam baixado sua libido; no entanto, sabia-se que a maioria desses sujeitos era extremamente tímida, tinha medo de entrar em contato com outras pessoas. Kinsey (1948) ainda classifica parte desses últimos como “apáticos” (p. 209).

Kinsey e seus colaboradores (1948, p. 315) também associam a falta de atividade sexual à adolescência tardia, o que os colocam na trilha do pressuposto de que a sexualidade é fisiologicamente causada. Uma parte de suas análises concentrou-se em verificar a frequência das atividades sexuais associada à idade de maturação biológica. Dessa forma, quase 20% dos adolescentes tardios não tiveram coito até a idade de 35 anos e se mostram altamente dependentes da masturbação e de fantasias noturnas para chegarem à ejaculação. Esse grupo chega a inteirar 3% da amostra de homens adultos.

O grupo “X”, que tem sido associado aos assexuais em alguns dos trabalhos por nós revisados, nem de longe se refere à assexualidade, em seu sentido corrente. Nas tabelas estatísticas e gráficos elaborados por Kinsey (1948), o grupo “X” é o único que não compõe a distribuição das porcentagens na escala HH, por representar indivíduos os quais não relataram qualquer experiência, contato ou comportamento sexual, como é o caso predominante de crianças de 5 anos. Nas tabelas apresentadas, vê-se que gradativamente esse grupo vai diminuindo até quase desaparecer, na idade de 19 anos, e reaparecer muito ligeiramente, após os 40 anos, em pessoas casadas, representando cerca de 3% da amostra.

Isso também é observável no *Sexual Behavior of the Human Female* (1953), porém, essa porcentagem varia de 14% a 19% em mulheres solteiras e cai para 1% a 3% do total de mulheres casadas que não relataram qualquer atividade sexual envolvendo outras pessoas. Pode-se fazer uma ressalva: se fosse necessário localizar a assexualidade, dentro do trabalho de Kinsey, ainda que essa localização seja bastante anacrônica, ela certamente estaria contida no grupo “X”, entretanto, a caracterização geral da assexualidade, tal como os assexuais a descrevem hoje,

não poderia ter sido contemplada por Kinsey e seus colaboradores, de acordo não apenas com sua proposta metodológica e epistemológica, mas também pelo objetivo geral de seu estudo.

A ideia de assexualidade humana só apareceria realmente em 1977, em uma coletânea de artigos sobre minorias sexuais oprimidas (GOCHROS; GOCHROS, 1977), em que há um capítulo intitulado: “Mulheres Autoeróticas e Assexuais: dois grupos invisíveis” (JOHNSON, 1977).

No referido capítulo, Myra T. Johnson (1977) levanta o problema da invisibilidade e da opressão à assexualidade de algumas mulheres, embasada por uma série de cartas enviadas a editores de revistas femininas. Ela ocupou-se daquelas cartas com relatos de mulheres que reclamavam da extrema sexualização do conteúdo da revista, muitas vezes incomodando-se com a imagem do feminino retratada nessas publicações, sob a alegação de elas mesmas não se viam contempladas por tal conteúdo. Atuando em defesa da diversidade e da liberdade sexual, Johnson (1977) assume o ponto de vista dessas mulheres e faz uma severa crítica à ditadura do sexo e à *incompleta* revolução sexual que estava em curso. Assim, a assexualidade é descrita de uma maneira muito próxima, senão idêntica, à contemporânea, e surge em um contexto igualmente similar, com o mesmo sentido que muitas vezes observamos hoje: como a tentativa de visibilidade de uma diferença sexual impensável em um contexto de imperativo sexual.

Já em 1980, Michael D. Storms, da Universidade do Kansas, escreve um artigo intitulado *Teorias da Orientação Sexual*, no qual desenvolve um novo modelo teórico de orientação sexual. Storms (1980) argumenta que os modelos que se tinham até então eram baseados no papel de gênero desempenhado e não na orientação erótica; com efeito, o modelo orientado pelo papel desempenhado sustenta que o sujeito bissexual teria um desejo menos heterossexual do que os totalmente heterossexuais, ao mesmo tempo em que é menos homossexual do que os totalmente homossexuais. Para resolver esse problema, Storms (1980) propõe um modelo fundamentado na orientação erótica, na qual o desejo é bidimensional e funcionaria de maneira independente. Ao transpor esse modelo para um gráfico cartesiano, obtêm-se não três, mas quatro possibilidades: os assexuais seriam aqueles sujeitos com baixa orientação erótica para ambos os eixos. Como o objetivo de seu trabalho era construir um modelo mais fidedigno à experiência homo e

bissexual, Storms (1980) não se detém em discorrer sobre a assexualidade em seu texto.

Alguns anos depois, em um estudo de 1983, Nurius menciona novamente a assexualidade, conceituando-a como a quarta orientação sexual. Apesar de propor esse conceito, essa autora tinha como foco a comparação entre comportamentos e definições de heterossexualidade e homossexualidade. Tal como Storms (1980), ela colocou em um plano cartesiano os relatos de preferências sexuais baseados em uma escala de atividade e preferência sexual (SAPS- *Sexual Activity and Preference Scale*). Os participantes preencheram duas vezes a escala, uma com a frequência com que realmente praticam certos comportamentos sexuais, outra com a frequência com a qual gostariam de praticar. O plano cartesiano foi preenchido de maneira que comportamentos ou desejos heterossexuais eram alocados ao longo ou próximos ao eixo x; comportamentos ou desejos considerados homossexuais eram alocados ao longo ou próximos ao eixo y; e comportamentos ou desejos bissexuais, alocados em um ponto equidistante entre os dois eixos. Assim, a coordenada 0,0 corresponderia à assexualidade, sendo pontuada pela ausência de desejo ou comportamento.

Diferentemente de Storms (1980), Nurius (1983) presta-se a analisar a assexualidade, associando-a a patologias e traços negativos de personalidade, não considerando a assexualidade como uma possibilidade saudável, tal como Johnson (1977) e os assexuais a defendem, hoje.

Em 1986, em um artigo de Masters, Johnson e Kolodny, a assexualidade também é contemplada, todavia, no mesmo sentido patológico já atribuído por Nurius (1983). A argumentação desses autores (MASTERS; JOHNSON; KOLODNY, 1986) incluem a assexualidade como uma disfunção típica da população homossexual, deduzindo, com amparo em outra pesquisa, que cerca de 11% das lésbicas e 16% dos *gays* seriam assexuais.

No início da década de 1990, Berkey e colaboradores (1990) propuseram uma escala multidimensional da sexualidade, em que a assexualidade era uma das possibilidades de orientação sexual. No trabalho de validação dessa escala, 148 participantes preencheram um questionário com cerca de 30 questões, das quais cinco contemplavam a assexualidade. Apesar disso, nenhum dos participantes marcou esses itens, mantendo-os apenas como uma possibilidade do ponto de vista teórico.

Pouco anos depois, em um livro intitulado *Boston Marriages: Romantic but asexual relationships among contemporary lesbians* (ROTHBLUM; BREHONY, 1993), o tema da assexualidade é tratado do início ao fim, embora atrelado aos relacionamentos lésbicos. O livro é uma coletânea de artigos teóricos e histórias pessoais, organizados pela psicóloga Esther D. Rothblum e pela psicoterapeuta Kathleen A. Brehony. Ao descrever o processo de pesquisa, elas afirmam que pensar a partir do prisma das relações assexuais as forçou a rever suas próprias premissas sobre a sexualidade. Nesse sentido, elas escrevem que “[...] esperam que os leitores sejam desafiados a reconsiderarem as premissas do que constitui as relações lésbicas”¹ (ROTHBLUM; BREHONY, 1993, p. 12).

Boston Marriages ou *Casamentos de Boston* consagrou-se como uma expressão que denomina uma relação sem sexo. As autoras (ROTHBLUM; BREHONY, 1993) explicam que o termo remonta ao final do século XIX, quando muitas jovens daquela cidade saíam da casa de seus pais para dividir casas alugadas com outras mulheres, a fim de ter mais liberdade e se livrarem da obrigação do casamento. Algumas fontes citadas pelas autoras apontam que essa expressão reflete a invisibilidade da sexualidade lésbica, defendendo que, de fato, havia muito mais do que somente uma amizade e uma fuga ao casamento heterossexual, naquelas relações. De qualquer maneira, a expressão ficou consagrada entre os casais de lésbicas como uma relação amorosa na qual o sexo não é praticado.

Na verdade, os artigos desse livro abrem outras possibilidades para se repensar os critérios de intimidade nos relacionamentos e, apesar de construir-se todo em torno do tema da lesbianidade, pode ser útil para o entendimento da identidade assexual que agora se impõe, já que, nessa obra, a assexualidade é definida em termos de “ausência de atividade sexual”, deixando como secundário o desejo e a atração.

Um pouco mais adiante, em um trabalho sobre transexuais publicado no ano de 2000, Green refere-se à assexualidade presente em algumas pessoas transexuais por ele estudadas. Nesse trabalho, ele não chega a aprofundar-se no tema da assexualidade, explicando somente que o termo remete à “[...] falta de

¹ “Hope that readers will be challenged to reconsider the very basis of what constitutes a lesbian relationship”.

atração ou comportamento sexual” (GREEN, 2000, p. 791 apud PRAUSE; GRAHAN, 2007).

Pode-se visualizar, já nessas primeiras aparições acadêmicas da ideia de assexualidade, a matriz das produções por vir. Fazendo a imagem de trilhas de investigação e entendimento, vemos que estão postos aí os principais caminhos que serão implementados, ampliados e seguidos pelos pesquisadores mais recentes, às vezes declaradamente, às vezes intuitivamente.

Cronologicamente, a primeira linha a surgir, a partir de Johnson (1977), é aquela que toma a assexualidade como mais uma possibilidade de manifestação da sexualidade humana, encoberta, ou em termos mais atuais, invisibilizada por um discurso hegemônico de naturalidade de uma sexualidade sexual e de sua inexorável prática. Este é um dos grandes caminhos de entendimento tomados pelo movimento assexual, com posteriores variações e bifurcamentos. Na sequência, a ideia de uma *orientação sexual assexual*, tal como preconiza Storms (1980), seguido por Nurius (1983), será igualmente deflagradora de uma via privilegiada do entendimento dessa questão. Embora muitos dos autores posteriores não a citem diretamente, é notável como a ideia de orientação sexual permeia, embasa e concentra inúmeras pesquisas e linhas de argumentação, por parte dos próprios assexuais. Especulamos que isso aconteça por se tratar de uma concepção bastante difundida na sociedade como um todo.

Malgrado Berkey (1990) também se alinhe à ideia de uma orientação sexual assexual, conjuntamente com a associação da assexualidade com o campo das patologias, tal como Nurius (1983), ele o faz baseado em pesquisas empíricas, abrindo uma grande via de abordagem do tema, que é ainda seguido por Green (2000). Pode-se apontar que essa é atualmente a maior corrente de compreensão e produção de inteligibilidade sobre a assexualidade, culminando, porém, não na patologização, mas na busca por provas e dados em favor da despatologização da assexualidade.

Por fim, Rothblum e Brehony (1993) podem ser consideradas as pioneiras da ideia de dissociação entre relacionamentos afetivos e sexuais e a discussão das micropolíticas de identidade que os usos da sexualidade envolvem.

O surgimento das comunidades virtuais e as pesquisas atuais

A explosão da assexualidade enquanto um fenômeno de grupo tem início em 2000, com a criação de um grupo virtual no *sítio Yahoo*, chamado *Haven for the Human Amoeba - HHA* (Refúgio para as amebas humanas). O modelo de grupos virtuais do *Yahoo* era basicamente centrado na troca coletiva de *e-mails* e na conservação de tópicos de discussão *online*. Hinderliter (2013) salienta que o grupo cresceu exponencialmente até meados do ano seguinte, 2001, tanto em quantidade de membros como em conteúdo discursivo assexual produzido.

Nesse mesmo ano de 2001, o estadunidense David Jay, recém-ingressado na universidade, criou uma página na *internet* com a intenção de dar visibilidade à assexualidade e nomeou-a *AVEN* (*Asexual Visibility and Education Network* ou *Rede Assexual de Visibilidade e Educação*). De acordo com Hinderliter (2013), David Jay não sabia da existência da *Haven*, ao criar a *AVEN*, somente algum tempo depois é que ele teria encontrado a *HHA* e mantido colaborações mútuas, até o ponto em que o grande número de visitas e matérias no *sítio* da *AVEN* exigiu a mudança para um domínio próprio.

Não podemos deixar de apontar que há uma coincidência sonora entre *Haven* e *AVEN*, a qual aponta para uma relação direta entre ambas, porém, na medida em que Hinderliter (2013) sustenta que o fundador da *AVEN* desconhecia a *HAVEN*, no momento da criação de seu *sítio*, é inevitável especularmos que muito provavelmente se trate de uma narrativa mítica, alçando o fundador da atual grande comunidade assexual como uma espécie de “messias”, um homem sensível às causas de seu tempo ou no mínimo um legítimo pioneiro, um realizador visionário, com toda a carga semântica que isso pode ter, em uma sociedade como a estadunidense. Isso, em certo sentido, acentua a força institucional da *AVEN* de uma forma ou de outra. Quer dizer, se produção narrativa intencional ou se reprodução dos acontecimentos, esta é a única versão circulando, e seu efeito é sem dúvida aquele de reforçar uma forte aura em torno dessa comunidade.

De qualquer modo, Hinderliter (2013) também dá outros indicativos de uma relação entre a *AVEN* e a *HAVEN*, uma vez que marca a diferenciação da primeira no que tange à ideia de quem poderia ser considerado assexual e, portanto, participar da comunidade, e quem não poderia, enfatizando o desejo de David Jay de pensar a assexualidade sem incorrer em discursos preconceituosos ou disputas

menores, postulando, para isso, uma definição bastante ampla para contemplar o maior número de pessoas possível (HINDERLITER, 2013), sublinhando, assim, uma política inclusiva da *AVEN* em detrimento de uma política excludente e pouco abrangente da *HAVEN* e outras comunidades.

Com o permanente trabalho de divulgação na mídia encabeçado pela política de David Jay, o tema da assexualidade começa a suscitar inúmeros debates públicos, acendendo o interesse acadêmico por essa questão.

Na medida em que tomamos como interesse desta pesquisa, conforme nossas leituras e as ideias expostas no último capítulo, o exame das produções discursivas de legitimação e produção de saber/poder da ciência do sexo, não enveredaremos por uma análise mais detalhada e embasada das políticas, estratégias e produções narrativas da comunidade assexual. Lembramos, porém, que uma porção muito significativa das políticas dos assexuais se ampara e se constrói a partir dos trabalhos acadêmicos ou meramente os reproduz.

Na esteira da objetificação acadêmica da assexualidade, várias correntes, por vezes contraditórias, irão produzir discursos, inteligibilidades, definições, construindo formas de abordar o tema e se erigindo, com raras exceções, em função do papel legitimador conferido à produção científica, reproduzindo argumentos essencialistas e universalistas e representando a assexualidade como uma grande descoberta científica – daquele tipo que sempre esteve lá, mas ninguém teria observado antes.

Definições e abordagens atuais

Continuando na trilha aberta por Storms (1980), Nurius (1983) e Green (2000), estão os quatro trabalhos de Bogaert (2004; 2006; 2012a; 2012b), os quais sustentam a assexualidade como uma falta de orientação sexual e, mais recentemente, as pesquisas de Yule e colaboradores (2014) e MacNeela e Murphy (2015), que definem a assexualidade como uma orientação sexual. Como claro legado da *scientia sexualis* tradicional, aquela que busca classificar, circunscrever e definir comportamentos específicos para determinadas identidades, tal como expusemos no último capítulo desta tese, essa concepção é também utilizada pela *AVEN* e, conseqüentemente, pelos próprios assexuais, conforme destacam as pesquisas de Carrigan (2011) e Brotto et al. (2010).

Nesse sentido, Pinto (2014) faz um aparente retorno àquelas perspectivas sobre a sexualidade datadas de antes dos anos de 1990. Aparentemente, porque compreendemos que ela não voltou necessariamente à teoria de Storms (1980), mas repete essa teoria, com base nos *sítios* assexuais, exemplificando a tendência desses trabalhos em simplesmente reproduzir os discursos proferidos e sustentados nos *sítios* assexuais. Além de trabalhar com a ideia de que a assexualidade é uma orientação sexual, explicada em termos de “[...] gênero(s) para os quais um indivíduo é atraído” (p. 335), essa pesquisadora traz uma definição de sexualidade como um *continuum* de desejo e atração, no qual os sujeitos sexuais e os assexuais se opõem nos dois extremos dessa linha.

Na intersecção entre as tentativas de compreensão puramente através da ideia de desejo e atração ou através da ideia de orientação sexual, está a própria definição da *AVEN*, que toma a assexualidade como uma orientação sexual caracterizada pela falta de atração sexual, definição esta que não exclui a eventual presença de desejo sexual ou comportamentos sexuais. Sobre essa concepção, Brigeiro (2013) analisa que tal é “[...] explicitada como uma condição que pressupõe uma ausência de controle dos sujeitos sobre o seu processo de constituição” (p. 265).

A tentativa de explicar a assexualidade a partir de uma “falta de atração sexual” também tem sido recorrente em uma certa parcela das pesquisas (STORMS, 1980; GREEN, 2000; PRAUSE; GRAHAM, 2007; BROTTTO et al., 2010; BROTTTO; YULE, 2011; YULE, 2011; YULE et al., 2014). Todavia, ressaltamos que, tal como na concepção proposta pela *AVEN*, congruente inclusive com as conclusões de várias dessas pesquisas, especialmente aquelas datadas do ano de 2007 até o presente, essa falta de atração sexual não implica falta de algum tipo de desejo sexual, levando à necessária conclusão de que os assexuais possuem desejo, mas não o desejo de relação.

De forma muito parecida com o que acontece com a concepção de orientação sexual, esses trabalhos não se preocupam em especificar o que eles estão chamando de desejo e atração sexual, tomando-as como definições unívocas e universalmente subentendidas. Muitos desses trabalhos, porém, asseguram-se na exploração empírica da assexualidade, reproduzindo, confirmando e conferindo um *status* de científico aos discursos dos assexuais, de maneira que se faz necessário assinalar que essas pesquisas tomam por *científico* muito mais os métodos do que a

produção filosófico-epistemológica, não lançando um olhar mais atento ou promovendo discussões e cotejamentos com alguma noção de sujeito, de desejo e até mesmo de orientação sexual que não seja aquela alcançada por seus instrumentos de coleta de dados.

Como é comum, quando se trata do tema da sexualidade, alguns pesquisadores partem da premissa pura e tão somente de uma biologia que envolve, explica e define os usos do sexo. Nesse sentido, alguns estudos, como os de Bogaert (2004), Prause e Graham (2007) e Lemos (2011), buscam as correlações fisiológicas e biológicas, os chamados fatores associados, como numa frenologia ampliada. Nessa linha, há também a tentativa de se evidenciar a assexualidade no processo de desenvolvimento anatomo-fisiológico (YULE, 2011).

Nessa corrente, é muito comum também a herança (des)patologizante do dispositivo de sexualidade, segundo expomos no último capítulo desta tese, de sorte que vários autores se preocupam fortemente com a não inserção da assexualidade no rol das disfunções previstas nos DSMs (BOGAERT, 2006; PRAUSE; GRAHAM, 2007; BROTTTO et al., 2010) ou se preocupam em promover investigações que testem as possibilidades de a assexualidade ser uma disfunção orgânica, tendo concluído negativamente (BROTTTO; YULE, 2011).

É interessante notar que os trabalhos os quais revelam uma relação direta com a sexologia geralmente se ancoram em metodologias empíricas e colocam-se como neutros, suprateóricos e livres de ideologias. Nesses trabalhos, pode-se identificar o uso de escalas e questionários fechados, que, através de perguntas e questionamentos nada neutros, enquadram o fenômeno. Esse é o caso das pesquisas de Prause e Graham (2007), Brotto et al. (2010), Brotto e Yule (2011), Lemos (2011) e Yule (2011).

No caso de Yule (2011), a autora buscou desenvolver um questionário, tipo teste, para diagnosticar assexuais, acompanhado de uma escala de medida da assexualidade. Por sua vez, em Brotto et al. (2014), apresenta-se uma pesquisa sobre os indicadores biológicos da assexualidade, considerando-se a razão métrica do comprimento dos dedos, a sequência fraternal de nascimento e a lateralidade (destro ou canhoto) como indicadores do desenvolvimento neurológico ligados à orientação sexual.

Há ainda uma forte corrente de essência darwinista, porém invertida, no que se refere às explicações e às tentativas de legitimação da assexualidade pelo uso

dos conhecimentos científicos tradicionais. A própria ideia inicial das comunidades virtuais dos assexuais apontava para esse caminho, quando comparavam os assexuais às amebas, organismos de reprodução assexuada, a fim de buscar uma referência concreta e biológica para a assexualidade humana. Bogaert (2012b) dedica um capítulo inteiro de seu livro a explicar a história da assexualidade humana com base em uma história natural da evolução dos modos de reprodução dos organismos, argumentando que a assexualidade não só sempre fez parte do repertório biológico do planeta Terra, como é a sua forma mais antiga.

Não podemos deixar de assinalar que, assim como a definição essencialista de assexualidade subverte e desafia a definição essencialista de sexualidade, esta visão, por sua vez, subverte a tradição darwiniana, a qual parte da premissa de que a adaptação é mais eficiente através da pluralidade genética e, portanto, da reprodução sexuada. Essa noção, embora bastante ingênua, é uma das tentativas mais vigorosas de naturalizar a assexualidade e disfarçar tal fenômeno com uma roupagem de “simples e elementar”.

Outra expressão acadêmica dessa manobra é a tese de doutorado recém-defendida no Brasil, cujo título, “Minha vida de ameba” (OLIVEIRA, 2015), repete exatamente essa noção. Embora ainda não tenhamos tido acesso ao conteúdo completo desse trabalho, por ser ainda muito recente, é inevitável associar, ao menos esse título, a essa vertente de entendimento e produção de inteligibilidade.

Tão radical quanto ele é a pesquisa de Portillo e Paredes (2011), do Instituto de Neurobiología da Universidad Nacional Autónoma do México, na qual buscam examinar as possibilidades biológicas da assexualidade, por meio do estudo de algumas espécies de mamíferos. Eles explicam que pesquisas com populações de diferentes espécies de mamíferos revelam que há uma recorrência que varia de 1% a 5% de machos que não copulam, designados *não copulantes* (NC). Existe uma área do cérebro dos mamíferos chamada Área Pré-Óptica Média (APM), que é a estrutura neuronal responsável pelo comportamento sexual, tanto em machos quanto em fêmeas. Quando os machos que copulam entram em contato com os odores de uma fêmea receptiva, essa área (APM) apresenta forte atividade, o que não acontece com machos NC. Ademais, observou-se que o tamanho dessas estruturas em machos NC são menores do que nos machos copuladores, similares, em tamanho, ao das fêmeas. O estudo (PORTILLO; PAREDES, 2011) conclui ainda que o APM dos machos não copuladores evidencia alterações nos receptores de

testosterona e estradiol, hormônios responsáveis por ativar os comportamentos sexuais.

Ressaltamos que esse tipo de ciência tem sido bastante rechaçada pelos ativistas das sexualidades, embora tenha encontrado boa ressonância no grupo assexual, justamente porque funciona como um legitimador inquestionável (para aquela parcela que aceita essas premissas) da assexualidade.

Uma das associações mais recorrentes das pesquisas sobre a assexualidade remonta à velha relação entre sexualidade e saúde. Enquanto os trabalhos iniciais se preocuparam sobremaneira em investigar a possibilidade de a assexualidade ser fruto de algum tipo de mazela psicológica (BOGAERT 2004; 2006; BROTTTO et al., 2010), o movimento seguinte foi aquele de produzir discursos orientados para a promoção da saúde mental dessa população (BROTTTO; YULE, 2011; HAEFNER, 2011). No entanto, os assexuais, por eles mesmos, não associam suas assexualidades a distúrbios sexuais, hormonais ou psicológicos (YULE et al., 2014).

Posteriormente, Chasin (2013) procurou desvincular a assexualidade de quaisquer patologias, argumentando que, se os assexuais são acometidos por algum tipo de sofrimento em decorrência dessa condição, é porque a sociedade os estigmatiza e lhes imprime um rótulo de inadequação, sendo, portanto, necessário que o contexto social mude e se adeque a essa emergente experiência (a)sexual.

Nessa mesma linha, há também um empenho do próprio grupo de assexuais em despatologizar a assexualidade, como exposto no trabalho de Hinderliter (2013), que narra os esforços práticos e teóricos dos assexuais para diferenciar a assexualidade dos distúrbios descritos nos DSMs e inscrevê-la no texto da próxima edição do DSM como uma exceção a tais distúrbios. As pesquisas de Brotto et al. (2010), Haefner (2011) e Sundrud (2011) apontam igualmente para o desejo dos assexuais de acabar com o estigma social em torno da assexualidade, sempre citando o trabalho de visibilização e informação da *AVEN*.

Nesse sentido, tem-se ainda o trabalho de Oliveira (2013). Colocando-se do ponto de vista da educação, a brasileira tem a preocupação central de desestigmatizar os assexuais, relatando que estes sofrem discriminação homofóbica no espaço escolar. Ela claramente se vê como uma porta voz da política de visibilidade e desestigmatização da *AVEN*, porém, no âmbito escolar brasileiro.

Há, em acréscimo, aquelas pesquisas que procuraram investigar os efeitos prejudiciais do estigma assexual (MACINNIS; HODSON, 2012; BROTTTO et al.,

2013; MACNEELA; MURPHY, 2015). O artigo de Yule et al. de 2013 parte dos dados produzidos por suas pesquisas anteriores, postulando uma hipótese inversa à comum associação entre patologia e identidade assexual, questionando os prejuízos psicológicos decorrentes do efeito negativo de ser um assexual em uma sociedade não assexual. Muito mais enfático é o artigo de MacInnis e Hodson (2012), no qual eles desenvolvem toda uma investigação do preconceito sofrido pelos assexuais por conta de suas identidades. Amparadas por essa pesquisa, Brotto et al. (2013) também se propuseram estudar os efeitos do estigma de ser assexual correlacionando índices de saúde e o funcionamento interpessoal, comparando assexuais, não-heterossexuais e heterossexuais nesses aspectos.

Já o pesquisador Australiano Terry (2012), apesar de não se dedicar diretamente ao tema da assexualidade, tem o seu trabalho sobre o celibato laico citado inúmeras vezes nas pesquisas sobre a assexualidade. Suas entrevistas mostram que a opção pelo celibato é um tipo de defesa contra a ingovernabilidade do sexo, agravada pelo imperativo sexual da sociedade atual.

Uma tese muito similar é a de Bogaert (2012b), no capítulo intitulado “A loucura do sexo”. Nesse capítulo, ele sustenta a tese de que o sexo não faz sentido e de que a maior parte da força do sexo está não no ato, mas em seu caráter prospectivo, criando uma inclinação psicológica incontrolável, tal como na adição química, amparada, porém, pela necessidade biológica de espalhar os genes. Nesse mesmo capítulo, Bogaert (2012b) envereda sua discussão pela ordinária associação entre a sexualidade e os chamados comportamentos de risco.

Outros autores partem da compreensão da assexualidade pelo prisma da identidade (SCHERRER, 2008; CERANKOWSKI; MILKS, 2010; MUNÁRRIZ, 2010; POSTON; BAUMBLE, 2010; SUNDRUD, 2011; CHASIN, 2013; HINDERLITER, 2013; GRESSGÅRD, 2013; CHU, 2014; MACNEELA; MURPHY, 2015). Com exceção da pesquisa de Poston e Baumble (2010), esses trabalhos trazem definições mais refinadas e alinhadas a alguma filosofia do sujeito e concepções ligadas às áreas da psicologia não psicométrica. Consequentemente, aqui encontramos discussões mais engajadas e críticas, as quais não deixam de levar os discursos dos assexuais em consideração, contudo, nem por isso esgotam aí suas possibilidades de entendimento da questão.

Alguns desses trabalhos defendem que a identidade assexual se constrói a partir, especialmente, da comunidade virtual (SCHERRER, 2008; MUNÁRRIZ, 2010;

HINDERLITER, 2013; CHASIN, 2013; CHU, 2014; MACNEELA; MURPHY, 2015), outros, a partir das atuais políticas neoliberais de cidadania (CERANKOWSKI; MILKS, 2010; GRESSGÅRD, 2013), e outros, ainda, a partir de diferentes teorias de identidade (SUNDRUD, 2011; CHU, 2014; MACNEELA; MURPHY, 2015).

A despeito de não se amparar em uma definição da assexualidade com base na identidade, Bogaert (2012b) traz um capítulo sobre a identidade assexual, onde ele versa sobre a importância das identidades como um operador de reconhecimento socialização de modo geral, colocando a identidade assexual como uma resposta a essas necessidades humanas. Mantendo sua retórica um tanto rasa, ele se propõe explicar a questão das políticas identitárias que rondam a assexualidade com um desenvergonhado “porque sim”, porque “causas são importantes para as pessoas” (p. 147).

No ano de 2008, Scherrer inaugura as pesquisas que abordam a assexualidade como um fenômeno cultural, produzido pelos paradigmas atuais de utilização e representação do sexo e da sexualidade. Na sequência, Cerankowski e Milks (2010) partem de uma leitura feminista e *queer* para argumentar que a assexualidade é uma saída instigada pela opressão do imperativo sexual da sociedade atual. O livro organizado por Cerankowski e Milks (2014) dedica uma seção inteira, composta por três capítulos, para discutir tanto a assexualidade como uma causa política como seus potenciais usos e implicações. Já Munárriz (2010) e Carrigan (2011) veem a assexualidade também como um fenômeno cultural, sem, no entanto, se aprofundarem em discussões sobre as políticas culturais ou sexuais.

Nessa mesma linha está a pesquisadora canadense Ela Przybylo (2011), a qual define a assexualidade como um produto da, e uma reação à sociedade hipersexualizada. Amparada por leituras da chamada sociedade pós-moderna, ela situa a assexualidade como uma identidade sintomática da desorientação e da falência de referenciais que assolam a sociedade atual. Em seu texto de 2012, ela reafirma a assexualidade como uma construção histórico-social típica do contexto atual. De forma análoga, Gressgård (2013) reconhece a identidade assexual como possível com a proposta neoliberal de autorregulação da cidadania e com atual configuração dos sentidos de cidadania sexual.

Várias dessas pesquisas ressaltam que parte importante da identidade assexual é a sua diferenciação às normas sociais (PRZYBYLO, 2011; HAEFNER, 2011; MACNELLA; MARPHY, 2015). Nesse sentido, Haefner (2011) e MacNeela e

Murphy (2015) trazem recortes de discursos os quais mostram como os assexuais maldizem a sexualidade compulsória e se sentem prejudicados por esta, visto que eles frustram tais expectativas sociais com relação aos usos do sexo. Já Sundrud (2011) sistematiza os discursos de seus entrevistados em quatro temas, dos quais dois se referem diretamente à assexualidade como uma ruptura e construção de alternativas à expectativa heteronormativa.

Produções sobre a visão dos assexuais acerca de si mesmos

Na medida em que alguns estudos investigam a maneira como os assexuais narram suas visões sobre a sexualidade, tem sido comum aparecer uma noção de sexo como penetração (SCHERRER, 2008; LEMOS, 2011), a noção bastante heteronormativa de casamento (SCHERRER, 2010; LEMOS, 2011) e relacionamento amoroso como dependente do sexo (HAEFNER, 2011; AICKEN et al., 2013). No que toca a este último quesito, Aicken et al. (2013) afirmam que mais da metade das mulheres assexuais por eles pesquisadas concordaram ou concordaram fortemente com a afirmação de que “[...] sexo é a parte mais importante de qualquer relacionamento”² (AICKEN et al., 2013, p.129).

Algumas pesquisas enfatizam que a atividade sexual é vista de maneira bastante peculiar pelos assexuais, porque atividades que não envolvem penetração ou interação genital-genital (SCHERRER, 2008) e até mesmo atividades masturbatórias (BROTTO et al., 2010) são significadas como meras atividades fisiológicas, as quais nada têm de emocional e sexual. Ainda, tem-se que grande parte dos pesquisados (PRAUSE; GRAHAM, 2007; SCHERRER, 2008) fazem uma clara distinção entre *experiência sexual* e *atração sexual*, concluindo que a identidade assexual se baseia muito mais em uma diferenciação pela ausência de desejo do que pela falta de experiências.

A busca por parcerias românticas também é um tema bastante discutido, em vários trabalhos (BOGAERT, 2004; SCHERRER, 2008; BROTTO et al., 2010; CARRIGAN, 2011), de modo que a definição das fronteiras entre a afetividade física e a interação sexual se mostra importante para uma identidade assexual, sendo

² “[...] sex is the most important part of any marriage or relationship”.

tema de inúmeros falas (SCHERRER, 2008; BROTTTO et al., 2010) e discussões (GRESGAARD, 2013; HAEFNER, 2011).

Nesse sentido, destacamos a tese de doutoramento de Haefner (2011), onde ela procura desenvolver toda uma teoria sobre como os assexuais podem negociar os limites sexuais, em seus relacionamentos amorosos. Dentre os que namoram parceiros que não são assexuais, há aqueles que se colocam a favor de que o parceiro sexual possa satisfazer essa necessidade fora do relacionamento, com a condição de que não se apaixone ou se envolva também amorosamente. A maioria dos pesquisados de Haefner (2011), porém, relata que fariam, ou fazem, sexo consensual indesejado. Quer dizer, apesar de não desejarem fazer sexo, eles aceitam satisfazer as necessidades de seus parceiros. Assim, alguns assexuais afirmaram que até gostam do sexo, apesar de não desejarem (HAEFNER, 2011, p. 98-108). Pode-se pensar o sexo consensual não desejado como a produção, por excelência, do dispositivo de sexualidade, da lógica do sexo, a que se refere Foucault (1988).

Há igualmente aqueles que se narram como arromânticos, como não desejosos de manter relacionamentos amorosos (CARRIGAN, 2011); no entanto, observa Scherrer (2008), mesmo os arromânticos mantêm fortes laços de amizade. Scherrer (2010) também aponta os laços profundos de intimidade nas parcerias assexuais. Em Brotto et al. (2010) e em Haefner (2011), o desejo romântico de manter parcerias amorosas é definido em oposição ao desejo sexual, como excludentes. Desse modo, Brotto et al. (2010, p. 614) condensam uma máxima dos assexuais: “Há um forte sentimento de que, uma vez que você pode fazer sexo sem amor, por que não poderia amar sem fazer sexo?”

Inúmeras pesquisas trabalham com a ideia de que há um marco na construção da identidade assexual, que é o encontro dos sujeitos com a *AVEN* (BROTTTO et al., 2010; CARRIGAN, 2011; HAEFNER, 2011; SUNDRUD, 2011; CHASIN, 2013). Esta última opta por se referir aos integrantes dessa comunidade como “pessoas do espectro assexual” e ressalta que vários de seus pesquisados consideram suas próprias assexualidades como primariamente uma “desidentificação” com a sexualidade, enquanto outros, porém, não partilham dessa desidentificação, mas com uma identificação positiva com outras pessoas do espectro assexual, já para ela mesma, que também é assexual, a identidade assexual é as duas coisas (CHASIN, 2013, p. 407).

O trabalho de Hinderliter é primoroso em mostrar o percurso do grupo e a construção de uma identidade assexual hegemônica, a partir da criação da *AVEN*. A primeira grande divisão do grupo foi protagonizada por aqueles que eram antissexuais, “[...] os quais achavam que as pessoas que eram assexuais eram melhores do que aqueles que não eram”³ (HINDERLITER, 2013, p. 171). A segunda divisão envolveu o grupo que pensava que somente as pessoas que não se masturbavam poderiam ser consideradas assexuais. As comunidades menos inclusivas não perduraram muito, ao passo que a *AVEN* cresceu e se tornou o eixo central do movimento assexual, na medida em que muitos dos seus membros mantêm outras atividades sobre a assexualidade na *internet*, como *sítios* de agenciamento amoroso e canais no *youtube*, fazendo sempre menção direta às definições e políticas daquela comunidade. Hinderliter atribui o sucesso da *AVEN*, em detrimento das antigas comunidades assexuais, ao fato de que a primeira adota uma definição ampla e conscientemente mantém uma política inclusiva (HINDERLITER, 2013, p. 172).

Os entrevistados de Munárriz (2010) definiram a assexualidade com base em dois polos principais: um se trataria de uma condição biológica congênita, genética; o outro, de um posicionamento cultural, de um desejo de posicionar-se a favor da construção de uma cultura diferente da hegemônica.

Já Carrigan (2011) chama a atenção para uma certa gradação, por assim dizer, da identidade assexual, a qual congrega desde sujeitos que relatam que nunca sentiram atração e isso não os incomoda, até uma assexualidade radical, na qual o sujeito declara que vomitaria, se fizesse sexo. Assim, existem os *sex-positives*, ou *a-positives*, que endossam o sexo como uma coisa positiva e saudável, mesmo não sentido vontade e não o praticando. Os *sex-neutral* simplesmente não se interessam por sexo, no entanto, alguns podem querer fazer sexo em certos contextos, os *demisexuals*, aqueles que sentem atração sexual, mas somente no contexto do relacionamento romântico, e nunca independentemente deste; e os *Gray-a*, um termo abrangente que congrega aqueles que se situam na área entre os assexuais e os sexuais. Por outro lado, há ainda os que se declaram *sex-averse* e *anti-sex*, para quem a própria ideia de sexo e sua prática são extremamente problemáticas e indesejadas.

³ “Who thought that people who were asexual were better than those who were not”.

Outra subcategoria que surgiu dentro desse tema foi aquilo que Haefner (2011) e Carrigan (2011) identificaram como “fluidez romântica” (*romantic fluidity*): “A fluidez romântica sugere que para alguns dos participantes o sexo e o gênero de seus potenciais parceiros não importam”⁴ (HAEFNER, 2011, p. 109).

Um discurso muito frequente, nas comunidades *online*, são as vantagens e benefícios da assexualidade. Nesse sentido, o artigo de Prause e Graham (2007) enfatiza que as vantagens mais citadas são, respectivamente, a evitação de problemas comuns dos relacionamentos íntimos, a diminuição do risco de doenças e gravidez não desejada, e mais tempo livre. Embasado por essa pesquisa, Bogaert (2012b) elenca o que para ele seriam os “[...] cinco grandes benefícios da assexualidade” (p. 113), sendo os três primeiros os já citados e os outros dois a evitação da loucura do sexo e a vantagem de sofrer menos pressão social para encontrar um parceiro adequado.

Ensaio crítico

Em 2009, Andrew C. Hinderliter enviou uma carta aos editores da revista *Archives of Sexual Behavior*, n. 38, na qual se propôs discutir algumas questões metodológicas acerca das pesquisas sobre a assexualidade. Nesse texto, Hinderliter (2009), que se apresenta como assexual, revisa os estudos que haviam sido publicados até então e critica principalmente o uso de instrumentos e questões sexonormativas para se compreender os assexuais. Aponta que novos instrumentos deveriam ser criados para incluir também as possibilidades de investigação desse fenômeno, sobretudo questões que contemplassem a possibilidade da assexualidade para além de uma falta de atração sexual. Ademais, critica o recorrente uso e a necessidade de incluir as escalas e questionários previamente desenvolvidos para as disfunções e distúrbios, uma vez que a aplicação dessas escalas já se mostrou inapropriada para essa população.

Nessa mesma edição da revista, Brotto e Yule (2009) dão uma resposta a Hinderliter (2009). Nessa réplica, elas elogiam a iniciativa de Hinderliter em contribuir para pensar essas pesquisas e adiantam que já estão desenvolvendo questões

⁴ “Romantic fluidity suggests that for some participants the sex and gender of a potential partner does not matter”.

menos enviesadas pela pressuposição sexual. Endossam a dificuldade dessas pesquisas, já que o campo é novo e inesperado pela ciência, sendo necessário o desenvolvimento de medidas de identificação assexual que não sejam pautadas no paradigma sexual. Entretanto, lembramos que não se pode reduzir as impossibilidades de investigação somente aos instrumentos, mas é importante que se expandam e se reconfigurem as perguntas, pois são estas últimas que direcionam, inclusive, a formulação dos instrumentos de pesquisa.

Essa troca de cartas acende algumas discussões, que posteriormente outros pesquisadores vão contemplar. Uma delas é a assexualidade como um novo paradigma de entendimento científico, porque tanto os instrumentos quantitativos quanto as tentativas de uma compreensão mais qualitativa ainda são pautados na pressuposição da prática sexual ou da sexualidade como uma condição dada.

No ano seguinte, 2010, o espanhol Luiz Álvarez Munarriz, da Universidade de Múrcia, escreveu um artigo bastante crítico, onde investiga a identidade assexual. O autor faz apontamentos muito contundentes e advoga que a assexualidade é uma identidade sustentada no virtual, que tenta ganhar espaço no real. Em sua visão, o erotismo arraigado nos “poros” de nossa sociedade por vezes desconecta o gozo da intimidade e da experiência amorosa. Para ele, é essa desconexão que propicia o aparecimento da apatia e da indiferença em relação ao sexo e estaria na base da identidade assexual.

O pesquisador escreve ainda que compreender a assexualidade é uma tarefa até mesmo necessária, visto que, segundo esse autor, a assexualidade marcaria o fim da era da sexualidade, um período de uma concepção que se iniciou com a sexologia, há 200 anos (MUNÁRRIZ, 2010). Ele escreve, igualmente, que tentou recrutar assexuais, tanto na universidade em que leciona quanto em outras próximas, todavia não encontrou, o que para ele reforça a ideia de que essa identidade é predominantemente virtual. Dessa forma, o autor fez uma incursão pelas comunidades virtuais dos assexuais e acabou elegendo aquela que achou que tinha o maior apelo midiático e número de membros: a *AVEN*.

Munárriz (2010) identificou que há duas premissas básicas da qual partem os assexuais, para a construção e afirmação dessa identidade: uma é a de que se trataria de uma condição biológica congênita, genética; e a outra, de que se trata de um posicionamento cultural, de um desejo de posicionar-se a favor da construção de uma cultura diferente da hegemônica. Quanto ao marcador biológico, ele notou que

se divide nas explicações sobre a ausência total de desejo e a ideia de diferentes graus de desejo.

O autor argumenta que há uma série de construções que não podemos superar, tomando, como a principal delas, a tendência sexual que provém do fato de nossos corpos serem sexuados. O autor parte do pressuposto de que o sexo é componente essencial da identidade sexual, mas, ao humanizarmos o sexo, poderíamos inclusive pensar em uma assexualidade. Ou seja, só a humanização do sexo é capaz de desconectá-lo do corpo e dos marcadores biológicos que dão suporte à própria experiência de humanização. Seguindo essa linha de raciocínio, conclui que, sendo a sexualidade um traço fundamental da identidade, a única maneira plausível de explicar a força desse grupo bastante heterogêneo é que sua fonte está no contato com a *internet* e na socialização virtual. Munárriz (2010) complementa, ainda, escrevendo que os atores assim o são, na medida em que são reconhecidos pelo público ou por outros atores, contudo, na internet, se perde a consciência e se tenta recuperá-la, mediante um processo de retroalimentação, produzindo-se um curto-circuito narcisista: eu mesmo como o outro (MUNÁRRIZ, 2010, p.12). Para o pesquisador, “[...] a participação na comunidade virtual lhes permite viver tão intensamente essa identidade imaginária, que termina por converter-se para eles em suas verdadeiras identidades”⁵ (MUNÁRRIZ, 2010, p.12).

Embora compreendamos, e até partilhemos, da crítica de Munárriz, lembramos que um avanço interessante seria aprofundar a discussão entre uma identidade “imaginária” e uma “verdadeira” identidade, para manter os termos utilizados por esse autor, pois nos parece que toda identidade é imaginária por excelência, é sempre construída a partir da experiência do sujeito no mundo, qualquer que seja a plataforma na qual se dê essa experiência. No caso da identidade sexual, especulamos que se construa a partir, também, mas não somente – e nesse caso talvez a identidade assexual seja o melhor exemplo – de uma experiência corporal. Mas essa questão realmente se mostra profícua, já que, ainda dentro dessa mesma suposição, há uma forte experiência corporal, todavia, uma experiência de não-desejo, que sustentaria a identidade assexual.

A observação de Munárriz (2010) de que essa identidade emana da rede parece mesmo bastante plausível, afinal, ao conectar-se na rede, a linguagem e a

⁵ “La participación en la comunidad les permite vivir tan intensamente esa identidad imaginada que termina por convertirse para ellos en su verdadera identidad”.

presença que se necessita fazer é nada corporal. O ciberespaço não consegue atrelar o corpo ou pelo menos o contato corporal à sua linguagem. Faz sentido essa experiência passar a não importar do ponto de vista de uma ligação com o outro, da mesma maneira que faz sentido que a maioria dos assexuais seja constituída de autoeróticos, masturbadores profissionais.

No ano seguinte, 2011, a doutoranda canadense Ela Przybylo apresenta um artigo na revista *Sexualities*, com o propósito principal de situar a assexualidade como um produto e uma reação contra aquilo que ela chamou de *sexusociety*.

Essa autora parte da ideia de que o “mundo sexual” está para os assexuais como o patriarcado para as feministas e a heteronormatividade para a população LGBTQ. Ou seja, uma força opressiva contra a qual alguma forma de organização e rebelião deve ser feita (PRZYBYLO, 2011, p. 446). Ela recorre a Foucault para esclarecer que o poder que o sexo tem de operar na sociedade não é uma voz isolada, mas uma multiplicidade de forças que formam uma cadeia ou um sistema, no qual algumas repetições preferenciais se sobressaem a despeito de outras, sendo que as repetições preferenciais da *sexusociety* são o imperativo do coito, do orgasmo masculino e de uma ideia de práticas sexuais bastante normatizadas e, diríamos, até mesmo pasteurizadas.

Ela baseia-se na ideia da sociedade do simulacro para analisar que a sexualidade também sofre da morte dos referenciais reais, renascendo apenas como sistema de signos e representações que nada têm de real. A produção simulada de uma sexualidade sem base na experiência corporal, no orgasmo físico, já é a própria sexualidade sem sexo de que falam os assexuais.

Por fim, a autora defende também que a assexualidade é uma busca por segurança, tanto física quanto identitária, no mundo desorientado da pós-modernidade (PRZYBYLO, 2011, p. 454), ressaltando que as práticas românticas e principalmente a prática do poliamor, na qual alguns desses sujeitos constroem fortes laços de amizade, desafiam verdadeiramente as normas e encontram saídas legítimas para aquilo que os afeta (PRZYBYLO, 2011, p. 456).

Essa pesquisa significa uma notável contribuição, tanto para um entendimento social e historicamente situado do fenômeno da assexualidade quanto para os sentidos que envolvem a questão.

Em 2012, Przybylo publica uma cartografia da produção científica sobre a assexualidade. Nesse texto, ela assume duas premissas básicas: a de que a

assexualidade enquanto uma identidade é específica de nosso momento cultural e a de que a pesquisa científica sobre a assexualidade, enquanto um produtor de credibilidade, também produz as possibilidades e impossibilidades do que conta como assexualidade e como ela opera. O trabalho é dividido em duas seções; na primeira, a autora revisa as primeiras produções sobre a assexualidade e, na segunda, analisa as produções recentes.

No que se refere às produções recentes, a autora identifica que os trabalhos respondem a duas linhas principais, sendo a primeira a tentativa de legitimação da assexualidade através da produção de discursos verdadeiros, enquanto a outra linha busca argumentos que tirem a assexualidade do campo das patologias. A referida autora passa, então, a descrever o movimento dessas duas linhas, ao longo dos trabalhos revisados. Por fim, Przybylo (2012) escreve:

Como eu demonstrei, enquanto a pesquisa científica sobre a assexualidade é fundamental na legitimação da assexualidade, ela o faz através da reprodução de noções normativas, essencialistas e nocivas sobre a (a)sexualidade e diferença sexual. As mulheres são identificadas como mais receptivas, maleáveis e menos coordenadas sexualmente do que os homens e a assexualidade torna-se mapeada sobre e no corpo biológico. [...] Apesar de a ciência sexual desempenhar um papel central na formação da assexualidade contemporânea, seu papel certamente não é simples. Uma vez que o estudo científico do sexo oferece oportunidades para a formação assexual, identificação, e ação, mas também colabora para limitar e restringir a forma da assexualidade contemporânea tomará. Neste artigo eu tenho argumentado que os discursos que estão sendo construídos, em partes pela sexologia, precisam ser considerados com cuidado e incansavelmente analisados⁶. (PRZYBYLO, 2012, p. 239).

Identificamos, nesse trabalho de Przybylo (2012), a inauguração do necessário movimento de crítica interna à produção do discurso científico sobre a assexualidade. Apesar de ela claramente se incomodar com a visão do feminino nesses trabalhos, suas análises situam a assexualidade em outro território científico e poderão guiar futuros pesquisadores do tema.

⁶ “As I have demonstrated, while the scientific research on asexuality is instrumental in legitimizing asexuality, it does so through the reproduction of normative, essentialist, and harmful notions about (a)sexuality and sexual difference. Women are rendered as more receptive, pliable, and less sexually coordinated than men and asexuality becomes mapped on and in the biological body. [...] Although sexual science is playing a central role in the formation of contemporary asexuality, this is certainly not a simple role. Instead, the scientific study of sex provides opportunities for asexual formation, identification, and action, but also functions to limit and restrict the shape that contemporary asexuality will acquire. In this article I have ultimately argued that the discourses that are woven, in part by sexology, need to be carefully considered and relentlessly scrutinized”.

Em 2013, Andrew Hinderliter apresenta um artigo na edição especial sobre a assexualidade da revista *Psychology & Sexuality*. Seu artigo examina as relações e as diferenças entre assexualidade e o distúrbio de desejo sexual hipoativo (HSDD - *Hypoactive Sexual Desire Disorder*), listado no DSM; examinando as histórias e as bases conceituais de cada um, expõe o contexto primário em que esses termos foram primeiramente utilizados e suas incursões por discursos sociais mais amplos (HINDERLITER, 2013). Algumas das passagens desse artigo de Hinderliter (2013) empregamos nas primeiras partes deste capítulo, quando procuramos esboçar a história da assexualidade.

Logo na introdução, há um interessante fato acerca da política para a despatologização da assexualidade encabeçada pela AVEN. Durante os anos de 2008 e 2009, alguns membros da AVEN formaram uma força-tarefa que culminou em uma série de entrevistas com estudiosos da sexualidade humana sobre a possibilidade de tornar o DSM mais amigável com os assexuais. Um relatório foi enviado para o subgrupo de trabalho sobre disfunções sexuais do DSM-V, sugerindo que a assexualidade fosse explicitamente mencionada como uma exceção no tópico sobre HSDD (HINDERLITER, 2013, p. 167).

Fazendo o levantamento da história da HSDD, Hinderliter (2013) encontrou que até o DSM-II, lançado em 1968, não havia nenhuma lista específica de disfunções sexuais. No DSM-III, de 1980, aparece pela primeira vez o Desejo Sexual Inibido (ISD), o qual, posteriormente, é renomeado para HSDD, em 1987, com o lançamento do DSM-III-R (HINDERLITER, 2013, p. 169). Alguns estudos epidemiológicos foram feitos e se observou uma taxa altíssima de psicopatologias na população em geral, que se mostrou tão alta que se concluiu que os critérios eram superinclusivos, gerando muitos diagnósticos do tipo falso-positivo. Por causa disso, na versão de 1994, o DSM-IV, mais da metade dos diagnósticos que ganharam o critério de tais comportamentos só poderiam ser considerados distúrbios se trouxessem sofrimento acentuado ou dificuldade interpessoal (SPITZER; WAKEFIELD, 1999 apud HINDERLITER, 2013, p. 169).

Mais recentemente, o subgrupo de trabalho sobre disfunções sexuais do DSM-V tem como proposta a divisão das disfunções de acordo com o gênero. O diagnóstico para homens permaneceria o mesmo, enquanto o diagnóstico para mulheres seria substituído por Distúrbio de Interesse/Excitação (feminino) (SIAD - (*female*) *Sexual Interest/Arousal Disorder*) (BROTTO et al., 2010; GRAHAM, 2010

apud HINDERLITER, 2013). Essa mudança está sendo proposta por pesquisadoras da assexualidade, por terem encontrado que, em mulheres, não há uma correlação muito forte entre o desejo, neste caso, no sentido de excitação biológica, e o interesse subjetivo ou o reconhecimento desse desejo e sua colocação em prática.

Esse artigo tem sua principal contribuição no fato de trazer o levantamento histórico não apenas da assexualidade, mas também de seu suposto diagnóstico como uma disfunção sexual, dando um bom panorama dos conceitos envolvidos em ambos os casos.

Nessa mesma edição da revista *Psychology & Sexualities*, Randi Gressgård, professora da Universidade de Bergen, Noruega, traz uma contribuição muito valiosa, na qual contextualiza a identidade assexual como um desdobramento da proposta de autorregulação da cidadania neoliberal, ao mesmo tempo em que examina as novas configurações e os novos sentidos da cidadania sexual.

A autora (GRESSGÅRD, 2013) recorre aos conceitos foucaultianos de objetificação e subjetificação/sujeição (*objetification and subjetification/subjection*), para elaborar a relação entre a formação da subjetividade moderna e a formação da identidade sexual, com a pergunta: “Como esse repertório conceitual de objetificação e subjetificação pode lançar luz no intercâmbio do saber especialista e a formação da identidade assexual?” O processo de subjetificação, ou assujeitamento, seria aquele em que esses sujeitos correspondem ao desejo de encontrar a verdade sobre a assexualidade, enquanto o processo de subjetivação seria a transformação deles em objetos de si, em *experts* de suas próprias assexualidades. Contudo, Gressgård (2013) sugere que a abordagem da formação do sujeito assexual poderia envolver a subjetivação em termos de intervenção crítica:

[...] na medida em que o conhecimento não é nem exaustivo nem determinista, o processo de sujeição pode também envolver práticas de resistência que, em vez de perguntar ‘quem sou eu?’, permitem que os sujeitos questionem o saber/poder do governo de si. Isto pode ser visto como uma intervenção crítica em termos de de-subjetificação e, num certo sentido, desumanização através de reconfigurações do humano⁷. (GRESSGÅRD, 2013, p. 186).

⁷ “However, insofar as knowledge is neither exhaustive nor deterministic, subjection might also involve practices of resistance that, instead of asking ‘who am I?’, allow subjects to question self-governing power/knowledge. This could be perceived as a critical intervention in terms of de-subjectification and, in a certain sense, de-humanisation by way of reconfigurations of the human”.

Por fim, Gressgård (2013), faz uma afirmação que não podemos deixar de transcrever:

Minha discussão sugere que a articulação da orientação assexual como objeto de interesse público é um elemento perturbador do tecido social. A perturbação real, no entanto, tem menos a ver com o conteúdo concreto das reivindicações assexuais do que com o fato de que a articulação da identidade assexual confronta-nos com algo que queremos saber mas tememos perguntar, parafraseando Woody Allen: como seguramente traçar a fronteira entre a afeição física e a interação sexual; intimidade sexual e não-sexual; desejo sexual e não sexual; amigos e amantes/queridos; relacionamentos primários e secundários, etc⁸. (GRESSGÅRD, 2013, p. 188).

O artigo de Gressgård (2013) é uma excelente contribuição para os estudos da assexualidade, sobretudo pelo fato de que alça a questão a um olhar muito mais amplo do que a intimidade ou o desvelamento da personalidade assexual. Esse artigo, juntamente com alguns poucos outros, traz a discussão para o âmbito da relação entre esse microuniverso e o macrouniverso social no qual se infunda e do qual é efeito, sem, no entanto, descartar o seu potencial subversivo e criativo.

Ainda em 2013, há a primeira contribuição brasileira em formato de artigo para o tema da assexualidade. Trata-se do trabalho de Mauro Brigeiro, doutorando em Antropologia Social na UNICAMP. Nesse texto, Brigeiro (2013) faz uma etnografia de comunidades virtuais formadas por sujeitos autodenominados assexuais e analisa a relação entre política sexual e a produção do conhecimento.

O autor inicia seu artigo com uma série de depoimentos de sujeitos assexuais, onde estes explicam e argumentam sobre a experiência assexual, destacando que “[...] os discursos assexuais indicam certas dinâmicas de diferenciação social que se derivam a partir da manifestação do desejo sexual ou de sua ausência” (BRIGEIRO, 2013, p. 256). Ele observa que esses sujeitos rechaçam terem suas experiências explicadas pela nosologia psiquiátrica corrente, apesar de, curiosamente, recorrerem até com certa veemência a pesquisadores capazes de iluminar e legitimar suas condições, chamando a atenção do leitor para a organização da comunidade, no que tange ao incentivo à participação de pesquisas

⁸ “My argument suggests that the articulation of asexual orientation as a matter for public concern is a disturbing element in the fabric of society. The real disturbance, however, has less to do with the substantive content of asexual identity claims than with the fact that the articulation of asexual identity confronts you with something you want to know but are afraid to ask, to paraphrase Woody Allen: how to firmly draw the line between physical affection and sexual interaction; sexual and non-sexual intimacy; sexual and nonsexual desires; friends and lovers/beloved; primary and secondary relationships, etc”.

científicas, à hospedagem e divulgação de artigos e livros sobre a assexualidade ou congêneres.

Brigeiro (2013) efetua uma longa etnografia de seu contato inicial com a assexualidade, dissertando sobre as suas primeiras impressões. Depois, relata seu contato com o *sítio* da *AVEN* e, em seguida, assinala o crescente interesse da comunidade acadêmica para com o tema, enfatizando o que, em seu entender, seriam as três principais razões para esse crescente interesse:

A assexualidade se apresenta como um fenômeno insólito e, portanto, curioso: ao negar o sexo, os argumentos dos assexuais desestabilizam verdades muito arraigadas sobre esse domínio da vida, inclusive axiomas oriundos do saber especializado acerca do desejo sexual. A seguinte razão para que o tema chame a atenção se relaciona com o seu potencial para brindar sentido a uma variedade de experiências concorrendo com explicações biomédicas vigentes quando se trata do desinteresse pelo sexo. A terceira justificativa tem a ver, em certo grau, com a geração de um discurso de tipo emancipatório em torno do assunto, politizando um tema usualmente circunscrito à vida íntima ou à abordagem clínica. (BRIGEIRO, 2013, p. 262).

Sobre a relação dos assexuais com a ciência, o autor ressalta que os aqueles buscam, através da ciência, um meio de legitimação de seus discursos, contudo, não somente isso:

Eles também desterritorializam e reterritorializam conceitos e procedimentos advindos do campo científico e especializado. [...] Embora seja certo que os assexuais visam à legitimidade de seus argumentos através de sua inclusão no campo científico, também é certo que acreditam nos procedimentos científicos e em certos conceitos e raciocínios, pois, segundo seus argumentos, eles seriam realmente capazes de atestar veracidade à assexualidade. (BRIGEIRO, 2013, p. 263).

Quanto aos propósitos políticos da *AVEN* de promover a visibilidade assexual, Brigeiro (2013) analisa que ela emprega a fonte tradicional, engrossando a tradição de luta contra determinadas hegemonias sexuais, promovendo encontros e paradas públicas, panfletagens e todo o aparato desenvolvido pelas comunidades LGBT, além de utilizarem muito bem a mídia:

Busca-se também visibilidade através da mídia, geralmente ávida por temas relacionados ao sexo, em especial os mais controversos e curiosos. Percebo que os assexuais vêm sabendo aproveitar esse interesse da mídia para atingir os seus propósitos. (BRIGEIRO, 2013, p. 271).

É na relação da *AVEN* com a comunidade científica que Brigeiro (2013) foca sua atenção. O autor passa a descrever os tópicos e as páginas da *AVEN* que se

dedicam à divulgação e ao incentivo de pesquisas científicas, bilateralmente, isto é, ao mesmo tempo em que incentiva seus membros a colaborarem com estudos científicos, seja em formato de questionário, seja de entrevista, eles também mantêm um tópico em que sugerem pesquisas, orientam pesquisadores iniciantes no tema e divulgam os estudos já realizados. Destaca-se o tópico com regras para diferentes tipos de pesquisas, atentado para os aspectos éticos e para o tom das perguntas e questionamentos.

Ao refazermos esse percurso descrito por Brigeiro (2013), verificamos que a comunidade assexual direciona os temas a serem pesquisados sempre a seu favor e em favor da legitimação de sua ideologia, ao mesmo tempo em que inibe e dificulta ao máximo trabalhos mais críticos e contrários a sua visão. A despeito de não haver qualquer tipo de censura quanto ao material colocado no *sítio* (toda a produção a que eles têm acesso e todo o material midiático estão no *sítio*), há uma cuidadosa significação prévia do material. Em lugar da censura, há uma verdadeira disputa de sentido.

Na sequência, o autor passa a dissertar sobre a tentativa dos assexuais de produzir um conhecimento que os legitime, apontando a familiaridade de muitos assexuais com a linguagem e com o modelo acadêmico de produção de texto e até mesmo sua familiaridade com metodologias. Porém, alerta Brigeiro (2013): “[...] considero particularmente que os assexuais são, grosso modo, leigos no campo dos estudos sobre sexualidade” (p. 276).

Em vias de suas considerações finais, o autor destaca o avanço que a discussão da assexualidade propõe, no sentido de que não se debate mais somente a multiplicidade de caminhos do desejo, mas o próprio desejo em si está em pauta, operando inclusive, como é o caso dos assexuais, como o pivô de uma séria diferenciação social.

Sem dúvida, a grande contribuição desse trabalho (BRIGEIRO, 2013) é examinar a relação entre a emergente comunidade assexual e a comunidade acadêmica; relacionar a política de produção do conhecimento com a política de produção do reconhecimento de uma identidade emergente e da autenticidade de sua existência, por via da legitimação por meio do discurso científico. As análises do autor são bastante contundentes e cooperam significativamente para que se compreendam o surgimento e as nuances desse fenômeno, de maneira ampla.

Nós também fizemos nossa primeira contribuição em formato de texto em 2013. Publicado nos anais do Seminário Internacional Cultura, Arte e Comunidades, nosso artigo (BEZERRA; JUSTO, 2013) apresenta a assexualidade e a relaciona com as atuais estratégias de controle social.

A segunda revolução sexual (BAUMAN 1998), que teve sua explosão na década de sessenta, operou no sentido de isolar o sexo e a sexualidade de vários outros aspectos das relações, pavimentando as condições para que a sexualidade fosse explorada com um instrumento, um dispositivo dos novos processos de privatização e mercantilização. Entendemos que essa passagem é capital para que uma sexualidade antissexo irrompa no início deste século. Somadas a isso, as estratégias de controle social que se impõem na atualidade, o chamado biopoder, operam no sentido de reduzirem a vida ao seu estado biológico puro e simples, produzindo sobreviventes e não viventes. É o paradigma da *vida nua* (AGAMBEM, 2010), a vida despida de seus sentidos mais intensos, de suas afetações mais profundas, que também dão suporte para a emergência da assexualidade, sustentando sua viabilidade, muito pouco plausível em outros contextos.

Discussões sobre as contribuições da assexualidade para o campo das pesquisas em sexualidade e para uma compreensão da cultura

Inicialmente, o tema da assexualidade é capaz de polarizar olhares e, acima de tudo, de promover um estranhamento que impulsiona a busca de diferentes perspectivas para tratar da sexualidade. Todavia, parece-nos que os entendimentos já produzidos acerca das outras sexualidades conseguem conviver melhor com a intersecção entre os argumentos culturalistas e biologistas, com a aceitação de que há um corpo que dá suporte à produção da experiência e à simbolização do sexo. Já a assexualidade oscila radicalmente entre visões que ora reafirmam somente a cultura e, portanto, não seria de se esperar que não haja uma atração biológica universal, provando que é tudo construído e implantando, ora propondo uma *aculturalidade* do sexo, em detrimento de uma supremacia biológica, provando que nem mesmo a sociedade do imperativo do gozo é capaz de reverter a biologia da assexualidade.

As cartas trocadas por Hinderliter (2009) e Brotto e Yule (2009) acendem uma discussão da assexualidade como um novo paradigma de entendimento científico sobre as sexualidades, principalmente na pressuposição da atração e do desejo sexual como algo universal e essencial. Embora muitas dessas discussões procurem, elas mesmas, uma resposta final e uma verdade universal, biológica e incontestável, o fato de a assexualidade ser uma produção identitária e se mostrar impreterivelmente associada aos acontecimentos sociais atuais, poderia fazer com que tais perspectivas se ampliassem e passassem a enxergar, igualmente, o componente cultural e contextual das outras sexualidades. Mas, mesmo autoras com uma visão mais cultural da sexualidade, como Cerankowski e Milks (2010), sublinham que tratar o tema da assexualidade sob o prisma da diversidade sexual é de certa maneira estranho, já que nesse campo a única concordância parecia ser a de que há desejo sexual.

Para Munárriz (2010), a assexualidade marca o fim da era da sexualidade, um período de uma concepção de sexualidade principiado com a sexologia, há 200 anos, defendendo, baseado em vários outros autores, que a reivindicação do 'não' ao sexo como opção plausível marca uma nova e paradoxal revolução sexual de nosso tempo. De forma análoga, Oliveira (2013, p. 8) assevera que o movimento de "saída do armário" do(a)s assexuais de todo o mundo pode ser o "[...] sintoma de uma saturação dos modelos de sexualidade da contemporaneidade, bem como indicativo da necessidade de mudança de paradigma na compreensão da sexualidade como um todo". Na introdução de seu livro *Understanding Asexuality*, Bogaert (2012b) também elenca o estudo da assexualidade como uma "[...] oportunidade única de enxergar a sexualidade através de novas lentes, mas, talvez mais importante ainda, estas novas lentes proporcionam uma visão ampla e aberta de seu objeto"⁹. Nesse sentido, Chu (2014) salienta que a assexualidade "[...] introduz um novo vocabulário teórico para os discursos sobre a sexualidade – sejam discursos assexuais ou discursos eróticos"¹⁰ (p. 89).

Há também discussões que visam a um aprimoramento ou desenvolvimento da própria assexualidade, como é o caso de Cerankowski e Milks (2010). Essas autoras enfatizam que a assexualidade deva ser uma identidade

⁹ "The study of Asexuality offers a unique opportunity to view sexuality through a new lens, but, perhaps more importantly, this new lens affords a distant, wide-angle view of its object".

¹⁰ "Asexuality also introduces a new theoretical vocabulary to discourse on sexuality – whether asexual or erotic".

predominantemente política, no sentido combativo. Conscientes de que não há saber neutro, essas pesquisadoras buscam desenvolver, implementar ou armar a comunidade assexual com suas propostas políticas, imprimindo sentidos a partir de seu lugar privilegiado de saber/poder.

Já o artigo de Brotto e Yule (2011) indica que a implicação clínica dos resultados de suas pesquisas com assexuais é a de que mulheres assexuais que procurariam ou seriam encaminhadas para terapia sexual individual psicológica ou medicamentosa deveriam ser reencaminhadas para terapia de casal, a fim de negociarem os limites da relação, mostrando um outro posicionamento frente ao imperativo do desejo.

O trabalho de Pinto (2014) procura desenvolver um modelo para que conselheiros se aproximem e se tornem aliados dos assexuais, de sorte a promover a aceitação e o bem-estar dos indivíduos assexuais. Essa pesquisadora enumera quatro estágios desse processo e a respectiva função do conselheiro, desde a não identificação até a publicitação da identidade assexual por parte dos indivíduos “potencialmente assexuais” (p. 331). Em diversas passagens, o texto aponta para a pequena quantidade de pesquisas sobre essa população e para a necessidade de se produzir mais, a fim de propiciar um entendimento mais profundo sobre a assexualidade.

Estes últimos trabalhos colocam a assexualidade como rejeitada, mal compreendida, marginalizada, mal representada e outros adjetivos desse tipo, ao mesmo tempo em que classificam suas produções e a produção científica, em geral, como aquilo que poderá tirar a assexualidade dessa condição e oferecer um norte para essa população. Achamos que há aqui um movimento muito alinhado àquele da *scientia sexualis* tradicional, mas, em lugar de destacar somente um biologismo ou um essencialismo, assinala igualmente um culturalismo e a politização da identidade do outro.

Outra discussão bastante recorrente é aquela que almeja sistematizar algumas contribuições da assexualidade para a compreensão da cultura. Scherrer (2010), em diferentes passagens, ressalta a dificuldade de simbolização e de colocar em palavras a experiência assexual, sinalizando que a assexualidade se insere no processo de dessubjetivação pelo qual nossa sociedade vem passando. De forma semelhante, a tese de Sundrud (2011) trabalha muito o aspecto da nomeação e da significação necessária para a implementação das relações sociais, quando se é

assexual. Em nossa visão, a assexualidade pode refletir uma dificuldade em subjetivar o sexo, em dar-lhe sentidos outros que não aqueles impostos pela cultura, ou em transformar em experiência corporal singular os discursos excessivos e massificados que circulam em nossa sociedade. Nessa mesma linha, apelamos para um resultado encontrado por Brotto et al. (2010, p. 606), no qual traçam uma correlação positiva entre o aumento do desejo sexual e o aumento da angústia: quanto mais desejo sexual, mais angústia. De acordo com Brotto et al. (2010, p. 608), a população assexual apresenta um elevado nível de retraimento social e inibição social, o que reforçaria a hipótese de uma incompatibilidade desses sujeitos com essa cultura e a dificuldade em se apropriarem e participarem, resignificando pontualmente as noções que não compartilham.

Outro nicho de discussão toma a assexualidade como fruto das experiências sexuais das sociedades desenvolvidas, onde o erotismo arraigado nos “poros” dessa sociedade por vezes desconecta o gozo e o prazer da intimidade e da experiência amorosa (MUNÁRRIZ, 2010). Nessa mesma linha de análise, Przybylo (2011) aborda a ideia de que a assexualidade é um efeito da sociedade hipersexualizada. Por sua vez, Terry (2012) identifica a hipersexualidade como uma consequência do consumismo instalado na sociedade ocidental, enquanto Haefner (2011) sinaliza nessa mesma direção, ao concluir que a cultura cria um nível de desejo maior do que o experienciado pelos sujeitos, o que, para ela, culminaria em um desconforto maior ainda por parte daqueles que não se afinam por esse diapasão.

No que se refere ao tema da hipersexualidade e da sexualidade compulsória, Hinderliter (2013) levanta alguns dados que nós pensamos serem bastante significativos e expressivos para essas discussões. Assim, ao refazer a história da HSDD (*hypoactive sexual desire disorder*), Hinderliter (2013) encontrou que até o DSM-II, lançado em 1968, não havia nenhuma lista específica de disfunções sexuais; somente no DSM-III, cujo lançamento data de 1980, é que aparece pela primeira vez um tal Desejo Sexual Inibido (ISD), o qual posteriormente é renomeado para HSDD, em 1987, com o lançamento do DSM-III-R (HINDERLITER, 2013, p. 169). Essa informação pode dizer muito da construção da sociedade do imperativo do gozo, do hipersexo, enfim, da construção de uma erotonormatividade.

Mais recentemente, o subgrupo de trabalho sobre disfunções sexuais do DSM-5 tem como proposta a divisão das disfunções de acordo com o gênero, o que, para nós, também reflete o engendramento da psiquiatria atual com a naturalização

de certas práticas sociais e dos papéis de gênero. O diagnóstico para homens permaneceria o mesmo, um distúrbio de hipoatividade (o que, podemos especular, só pode ser baseado na normativa de que há sempre uma atividade; notemos que não há a mensuração de uma possível hiperatividade sexual como algo patológico), ao passo que o diagnóstico para mulheres seria substituído por um Distúrbio de Interesse/excitação (feminino) (SIAD – *(female) Sexual Interest/arousal Disorder*), refletindo, analogamente, o lugar da mulher no imaginário social de forma geral.

As discussões promovidas por Chasin (2013) deflagram ainda severas críticas à ideologia heterossexual e ao lugar da mulher, em nossa sociedade, bem como à medicalização de problemas decorrentes disso.

Discussão

Sem dúvida o que, de modo geral, instigou o interesse acadêmico pela assexualidade é a imagem positiva e amistosa promovida pela política inclusiva operada por David Jay, através da *AVEN*. Essa passagem da *Haven for the Human Amoebas* (Refúgio para as amebas humanas) para a *Asexual Visibility and Education Network* (Rede Assexual de Visibilidade e Educação) realmente pode ser narrada em termos de um reposicionamento simbólico da assexualidade, do refúgio para a visibilidade. No entanto, os discursos dos assexuais, que algumas pesquisas trazem, apontam para a persistência, não da comunidade, mas da própria assexualidade enquanto uma forma de subjetivação, cujo grande marcador inicial, a porta de entrada, por assim dizer, é a busca por um refúgio seguro dos riscos e perigos dos relacionamentos amorosos e da sexualidade sexual e, principalmente, um refúgio da diferenciação de tais sujeitos em relação ao uso intensificado e desconectado do sexo, imposto por nossa sociedade, discurso o qual passa despercebido, quando se foca na política de visibilidade e da formação de uma identidade assexual.

Tal como observado por Przybylo (2012), ressaltamos que a tendência inicial das pesquisas sobre a assexualidade era a busca por confirmar ou invalidar a veracidade da assexualidade, centrando-se predominantemente em suas possibilidades de relação com o corpo. Acrescentamos que esse primeiro movimento também é marcado pelas pesquisas demográficas e pelas primeiras

pesquisas de campo, nas quais se buscou ouvir e traçar uma compreensão inicial, ainda um pouco desconfiada, acerca do fenômeno.

Porém, frisamos que o fato de a própria história da assexualidade ter como marco o artigo de Johnson (1977), em um volume sobre minorias sexuais oprimidas (GOCHROS; GOCHROS, 1977), atesta o seu nascimento a partir do movimento de liberação sexual, ao mesmo tempo em que comprova igualmente sua posição primordial de negação ou, no melhor dos casos, de relativização da afirmativa capital desse movimento que pressupunha, e agora impõe, o uso intensificado e generalizado do sexo.

A argumentação vanguardista de Johnson (1977) nos remete a localizar, novamente, a assexualidade como a linha de ruptura do dispositivo de sexualidade, nesse contexto mais contemporâneo, advindo daí a sua relação íntima e indistinta, de um ponto de vista dialético, com o dispositivo de sexualidade. Esse pontapé inicial da história da assexualidade já reflete, também, a predominante tendência acrítica de se esgotar o entendimento da assexualidade nos relatos e razões dos assexuais. Especulamos que essa tendência seja ainda um reflexo do tratamento ético, nascente naquele período, que se tem conferido aos temas humanos e em especial àqueles envolvendo a sexualidade, no sentido de evitar ou mesmo diferenciar-se daquela modalidade primeira que pretendia saber sobre o sujeito mais do que o próprio, produzindo atrocidades, estigmatizações e marginalizações. Reafirmamos, todavia, que tal perspectiva, sem o apelo à ideia de universalização e desvelamento da verdade do indivíduo, esquece de voltar-se para a problematização e o questionamento das influências sociais e históricas na formação dos sujeitos, deixando uma imagem de que estariam muito mais alinhados àquele paradigma.

O trabalho de Bogaert (2004) é a expressão máxima da tendência legitimadora das pesquisas sobre a assexualidade. Através do uso dos instrumentos e das metodologias consagradas como científicas, o artigo de Bogaert (2004) fabrica uma demografia da assexualidade, forjando os sujeitos de sua pesquisa, na medida em que ele promove uma série de inferências forçadas orientadas pela necessidade de conferir verdade e embasamento empírico, do tipo universalista e essencialista, ao crescente apelo midiático da assexualidade. Apesar das contundentes críticas e do desvelamento da invalidade dos dados por ele fabricados (PRAUSE; GRAHAM, 2007; HINDERLITER, 2009), é notável como o seu exercício estatístico é aceito e citado pela maioria das pesquisas posteriores, sendo inclusive replicado (POSTON;

BAUMBLE, 2010). Pode-se verificar claramente que a própria pesquisa de Bogaert (2004) se beneficia da onda legitimadora desse campo, uma vez que foi sendo citada posteriormente e tendo os seus dados amplamente aceitos por inúmeros outros estudos.

Em um segundo momento, observa-se que a assexualidade se tornou um lugar de disputa de sentido no qual se debatem, predominantemente, as possibilidades de a assexualidade poder ou não ser considerada uma nova orientação sexual, condicionando tal debate às possibilidades de sua patologização e despatologização.

De maneira geral, podemos identificar as pesquisas que definem a assexualidade como uma orientação sexual, com exceção de Munárriz (2010), com essa tendência acrítica, comprometida tão somente com a fabricação de dados que legitimem a demanda dos assexuais. Esse comprometimento é evidente, através da pouca, ou nenhuma, preocupação em erigir um debate da própria ideia de orientação sexual, da busca por modelos explicativos já desenvolvido por outros autores estudiosos da sexualidade. Além disso, a associação entre sexualidade e patologia é claramente uma herança da *scientia sexualis*, tal como expusemos no último capítulo desta tese. Ainda que nesses trabalhos se abra a possibilidade de despatologização, o que depois se tornará uma forte tendência, a formulação dessa associação colabora para a manutenção da perspectiva médico-moralista nesse campo.

É notável também como nesses trabalhos há a produção e a utilização de tecnologias de investigação mais ligadas à área médica e tecnicista, seja no tipo de questionários montados para esses fins e especialmente pensados para se obter certas correlações estatísticas, seja no uso de testes e instrumentos psicométricos de classificação, seja até mesmo no emprego de instrumentos de medição de resposta fisiológica bastante complexos.

Przybylo (2012) identifica ainda um terceiro momento, que ela nomeia como um “oportunismo” de alguns pesquisadores em utilizarem a assexualidade para “[...] promover uma naturalização das diferenças sexuais” (p. 230). Porém, até pelo fato de que Przybylo (2012) propõe marcadores os quais não contemplam as produções de Scherrer (2008), Fahs (2010), Cerankowski e Milks (2010) e Sundrud (2011), além de seu próprio trabalho, consideramos necessário ressaltar que esses três períodos iniciais das produções acadêmicas sobre a assexualidade correspondem

igualmente às análises de Gressgård (2013), quando esta autora identifica que as definições propostas até esse período repousam sobre uma bifurcação entre essencialismo e construcionismo, ora optando por um ou outro, ora unificando discretamente essas duas posições em uma abordagem composta sobre a assexualidade (p. 181-182).

A esse respeito, podemos de fato observar que, quando há qualquer investigação ou discussão sobre o corpo e seus usos sexuais, nessas pesquisas, estas vêm impregnadas de uma noção meramente biologista, por vezes darwinista às avessas, nunca se levando em conta o corpo e as experiências corporais como um suporte às produções simbólicas e culturais, muito menos no contrário, ou seja, da influência cultural nos modos de conceber, perceber e usar o corpo.

Somados a esses três primeiros movimentos de produções discursivas, nós identificamos que as de 2011 a 2014, além de manterem algumas das características citadas, também inauguram uma visão crítica da assexualidade. Tomando-a como um fenômeno social típico de nosso tempo e versando sobre o potencial da assexualidade em promover algumas fissuras ou rupturas com a ordem hegemônica, os próprios trabalhos de Przybylo (2011; 2012; 2014) e o artigo de Gressgård (2013) reforçam uma abordagem crítica da assexualidade. Nessa linha, é visível que os autores partem das perspectivas e metodologias mais voltadas à sociologia e aos estudos culturais. A concepção da assexualidade como uma identidade, construída social e historicamente, e a perspectiva política dos usos do sexo são predominantes nas pesquisas de cunho mais crítico. Diferentemente daqueles trabalhos que buscam meramente legitimar a assexualidade, estes estudos trazem discussões mais amplas e conectadas com a demanda acadêmica de produzir inteligibilidade e promover debates, muitas vezes questionando a política do movimento assexual e até mesmo suas demandas mais naturalizadas, em outros trabalhos.

Por fim, enxergamos que mais recentemente há uma quinta matriz de produção discursiva sobre a assexualidade, surgindo em meados de 2014 e tendo como marco a publicação do livro organizado por Cerankowski e Milks (2014), no qual há notadamente um ímpeto pela construção de políticas identitárias assexuais, a partir da academia, e uma superutilização da assexualidade para falar sobre temas como literatura, artes, mídia e construção de narrativas. Outro bom exemplo desse movimento é o artigo de Yule e colaboradores (2014), no qual as autoras assumem

um tom pró-assexualidade muito diferente daqueles primeiros trabalhos desse mesmo grupo, que assumia um tom mais de descoberta e imparcialidade.

Essa tendência está igualmente em consonância com o que escreveu Przybylo (2013), ao identificar que o campo se tem construído de forma positiva, buscando mesmo uma legitimação, desestigmatização e despatologização da assexualidade. Assim, pelo *status* privilegiado do discurso acadêmico, o que está em total consonância com o papel assumido pela ciência na relação do homem moderno com suas práticas sexuais tal como esclarecemos no último capítulo desta tese, a *scientia sexualis* assexual tem-se empenhado sobremaneira na contribuição da subjetivação pela (a)sexualidade.

Como se trata de um conjunto considerável de trabalhos, inúmeras outras discussões poderiam ser feitas. Para o escopo que adotamos neste texto, porém, ressaltamos o papel legitimador e acrítico da maior parte dessas pesquisas, sua falta de perspectiva teórica e pretensa neutralidade, colaborando muito mais pela quantidade de publicação do que qualitativamente. É notável como uma considerável fração dos dados e dos números produzidos não é sequer reutilizada e até mesmo reutilizável por outros pesquisadores. Seguramente, podemos sustentar que há um excesso de produção de informações inúteis e sem significação, as quais operam muito mais pela manutenção desse tipo de produção acadêmica do que pela tentativa de contribuição para um entendimento da assexualidade. Assinalamos ainda que, contraditoriamente à tentativa de universalizar e naturalizar a assexualidade, os trabalhos que usam indivíduos assexuais procuram seus sujeitos diretamente nas comunidades virtuais, ou através de anúncios nestas, mas não levam em consideração o nicho cultural que estão investigando.

Por fim, compreendemos que a produção científica sobre a assexualidade reflete em muito o campo de produção acadêmica em sexualidade, contendo os principais elementos deste último: uma preponderância da tarefa de legitimar, universalizar e naturalizar geralmente amparados por uma visão biologistas, mas também com um número menor de produção mais crítica e engajada com a visão das políticas de identidade e de usos do sexo.

5. A TRIBO DOS ASSEXUAIS E O LUGAR DA ASSEXUALIDADE NA SOCIEDADE ATUAL

Sujeito e grupalidade no cenário atual

O sociólogo Zigmunt Bauman (2001) destaca, de maneira ampla, as transformações da participação e posicionamento do sujeito, ao longo da história recente. Segundo ele, na pré-modernidade, período aristocrático por excelência, os extratos sociais eram definidos por uma essência atribuída aos sujeitos neles incluídos. O aristocrata era tido como portador de qualidades especiais e superiores, herdadas por transmissão sanguínea, ao passo que os aldeãos, porém, herdavam de seus antepassados a predestinação ao trabalho, à servidão e obediência.

A modernidade, por sua vez, destrona reis e coloca como essencial a posse adquirida. O valor do ser humano passa a ser, agora, definido pelo que o sujeito consegue adquirir pela sua iniciativa, habilidades e pelo seu esforço individual. Já na sociedade contemporânea, não é exatamente por meio da posse que o sujeito é reconhecido, adquire poder e participa da sociedade, mas através da aparência, das imagens a ele associadas.

Na economia das trocas simbólicas, como define Pierre Bourdieu (1982), o valor deixa de ser primário, estabelecido na materialidade das coisas, e passa a ser simbólico e assentado na visibilidade. Do ponto de vista financeiro, não se trata mais de acumular riquezas, bens materiais e capitais, formando um tesouro escondido ou protegido num cofre, mas de gastar dinheiro, exibir e ostentar, ainda que seja apenas uma imagem sem qualquer correspondência com algum referente que lhe dê sustentação real.

Por sua vez, Jean Baudrillard (1991) colabora com essa linha de análise, ao afirmar que, na conjuntura atual, não se trata de dissimular, ou seja, esconder o que se tem, todavia, de simular, mostrar o que não se tem. Ao retomar a influência do modo de produção da vida material, esse autor comenta que a mais-valia, antes extraída basicamente da exploração da força de trabalho do operário, é agora ampliada pela exploração de imagens e signos agregados às mercadorias. Tal

exploração de imagens e signos também demanda uma força de trabalho, porém, do trabalho chamado “imaterial” ou “cognitivo” (GORZ, 2005; NEGRI, 2001).

E, como não poderia deixar de ser, viver esse contexto traz igualmente um desdobramento subjetivo. A vertente estética passou a predominar na comunicação, na produção das subjetividades individuais e nas formas de agregações sociais (BIRMAN, 2001). Nessa sociedade da imagem, poder desempenhar um papel, sobretudo de destaque, no palco do espetáculo (DEBORD, 1967/1997), chega a ser uma questão de sobrevivência, uma causa política de vida, comparável ao que foi a luta pela liberdade e garantia de direitos da aurora da modernidade.

Os modos de socialização emergentes, o lugar reservado ao sujeito da atualidade, no espetáculo cotidiano, e as consequências subjetivas decorrentes dessas transformações desafiam as bases epistemológicas com as quais a ciência vinha compreendendo alguns fenômenos, principalmente identitários e grupais. Escapando da linha de análise que tende a retratar o mundo atual como um mundo em ruínas, Maffesoli (1998) propõe alguns ajustes epistemológicos para que o olhar sobre o social possa acompanhar as transformações em curso, ressaltando que “[...] o sexo, a aparência, os modos de vida, [e] até mesmo a ideologia são cada vez mais qualificados em termos (‘trans’, ‘meta...’) que ultrapassam a lógica identitária e/ou binária” (MAFFESOLI, 1998, p. 17).

O mencionado autor parte de observações de cenários urbanos típicos, produzidos pelas socialidades atuais, e busca categorias explicativas que melhor se adequem aos fenômenos, recorrendo a noções já postuladas e trabalhadas por outros autores, em contextos menos abrangentes.

Uma primeira observação de Maffesoli refere-se ao aparecimento da “personna”, na atualidade, em substituição à clássica figura do indivíduo, forjada pela modernidade. Diferentemente do indivíduo, posicionado numa função pré-estabelecida mecanicamente na organização social, a “personna” está em permanente constituição, através da relação com os outros, movida, sobretudo, não por propósitos racionais ou estatutos ideológicos, mas por afetos que, impulsionando-a para o encontro, produzem uma “nebulosa afetual”, característica das tribos (1998, p.108).

Assim, nessa perspectiva sensível e orgânica, as tribos urbanas e virtuais agrupam-se através da contaminação do imaginário coletivo em torno de elementos emocionalmente comuns a todos. As peculiaridades ontológicas marcantes, antes

tomadas como aquilo que definia o indivíduo, dão lugar ao protagonismo afetivo, o qual tem a necessidade constitucional do espelho, da imagem, para se reconhecer:

Com efeito, enquanto a lógica individualista se apoia numa identidade separada e fechada sobre si mesma, a pessoa (*persona*) só existe na relação com o outro. Não se trata mais da história que construo contratualmente associado a outros indivíduos racionais, mas de um mito do qual participo. (MAFFESOLI, 1998, p.15).

Essa perspectiva cai como uma luva, quando se busca compreender a tribo dos assexuais. Alguns trabalhos (SCHERRER, 2008, p. 630; 2010, p. 610; CARRIGAN, 2011, p. 471-474; HAEFNER, 2011, p. 110-112; SUNDRUD, 2011, p. 52-61; YULE et al., 2013, p. 144-146), os quais se utilizaram de entrevistas e/ou coleta de depoimentos de sujeitos apresentados como assexuais, mostram que há um claro divisor de águas na vida dessas pessoas, que é o contato com a *AVEN*. Inúmeros sujeitos relatam, nas pesquisas citadas, que se descobriram assexuais através dessa comunidade ou de comunidades análogas, enfatizando que não havia linguagem, palavras com que pudessem compreender e expressar o que eles sentem. Bogaert (2012b, p. 38), ao apontar para o resgate da história da assexualidade, menciona que a emergência da identidade assexual, tal como se expressa hoje, passa necessariamente pela criação da *AVEN*.

Não seria exagerado afirmar que a *AVEN* inventou a identidade assexual. Ao oferecer um nome, uma causa e, principalmente, um sentimento de pertença a uma tribo contemporânea, seu território virtual de encontro funciona como o catalisador da *nebulosa afetual* de que fala Maffesoli, tornando plausível a emergência da *persona* assexual. Assim, sentimo-nos confortáveis em alegar que o surgimento tanto da tribo dos assexuais quanto da própria assexualidade enquanto uma identidade está esclarecida e se mostra, de fato, como um fenômeno de nosso tempo.

Mas não são apenas as pontuações de Maffesoli sobre o tribalismo contemporâneo que esclarecem bastante o modo de ser e de se relacionar dos assexuais. Os demais autores os quais tratam do cenário sociocultural, também citados, contribuem igualmente para a compreensão dessa tribo, como se verá adiante. Articulando, sobretudo, as colocações de Maffesoli (1998), sobre o tribalismo urbano, com as de Levy (1999), a respeito da importância da realidade virtual, na atualidade, parece cabível e adequado considerar os assexuais como uma “tribo virtual” (CORREA, 2005; TUOMINEN, 2011).

A tribo virtual dos assexuais

Os assexuais utilizam a *internet* como principal meio de relação, encontro e troca de experiências. Do ponto de vista coletivo, o ambiente virtual de comunicação traz características muito vantajosas tanto para os membros atuais, por sua versatilidade, quanto para os interessados e possíveis futuros membros, uma vez que esse canal de comunicação possibilita a exposição permanente do grupo, suas ideias e projetos, bem como aceita instantaneamente a filiação de novos membros. Muitos aspectos da cultura dessa tribo virtual, de seu estilo e até mesmo de sua expressa finalidade estão permeados por essa plataforma, ao ponto de alguns autores afirmarem que a identidade assexual só é possível porque tem como espaço de germinação o mundo virtual (SCHERRER, 2008; MUNÁRRIZ, 2010; BISHOP, 2013).

Do ponto de vista da construção do saber sobre o social, entendemos que a *internet* é uma importante fonte de material para pesquisa, considerando sua força de comunicação, expressão e produção de relacionamentos. Ela tem sido palco de uma grande efervescência comunicacional, facilitadora de encontros e articulações antes muito pouco prováveis, como bem mostra o caso dos assexuais. O ciberespaço é largamente empregado como prática social, dando vazão e visibilidade aos mais diversos discursos, pois viabiliza a construção coletiva e simultânea do hipertexto (LEVY, 1999). Nesse sentido, Munárriz (2010, p. 4) sustenta que a compreensão da assexualidade traz consigo um potencial de entendimento do mundo contemporâneo: “O estudo da identidade virtual dos assexuais é um excelente campo de provas para conhecer a repercussão que a internet pode ter em nossas vidas e de modo especial no tema da sexualidade”.

No Brasil, os assexuais também estão congregados em torno de *sítios* na internet e comunidades específicas em redes sociais¹¹. Em uma incursão por essas comunidades, notamos que elas operam sob forte influência dos pioneiros nessa atividade: o sítio estadunidense denominado Rede Assexuada de Visibilidade e

¹¹ Cf. <http://www.assexualidade.org>;
<http://www.forumassexual.org>;
<https://www.facebook.com/comuassex>.

<http://assexuadosbrasil.blogspot.com.br>;
<https://www.facebook.com/assexdadepre>;

Educação - AVEN (sigla em inglês). Na rede desde 2001, a página inicial da AVEN esclarece que o objetivo principal do grupo é “[...] promover a aceitação do público e fomentar o debate honesto sobre o tema, facilitando o crescimento da comunidade”. (AVEN, 2014). Percebemos igualmente que essas comunidades defendem a assexualidade como mais uma orientação sexual, a qual, como todas as outras, apresenta certo espectro de variações.

Tanto na comunidade estrangeira quanto na brasileira, observa-se que as variações são bastante amplas, reunindo desde aqueles que repudiam o sexo àqueles que lhe são favoráveis, mas não o praticam. Mark Carrigan (2011) sistematizou a gama de variações, de sub-identidades, utilizando as denominações propostas pelos próprios membros das comunidades, como pode ser percebido na tabela reproduzida ao lado. Sua sistematização organiza-se a partir da relação com o sexo e com os relacionamentos, sendo que pode haver muitas combinações entre esses dois aspectos. Uma subdivisão muito interessante, por já expressar a relação dessas pessoas com a sociedade, é a ênfase romântica e a-romântica. Parece-nos que essa tribo é composta, em sua grande maioria, por pessoas que mantêm, ou querem manter, relacionamentos afetivos, mas também há aqueles que se identificam como a-românticos, isto é, não têm a intenção de se engajar em qualquer tipo de relacionamento amoroso.

Sex	Sex-positive	Asexual
	Sex-neutral	Demisexual
	Sex-averse	Grey-A
	Anti-sex	A-fluid
Romance	Aromantic	Heteroromantic
	Romantic	Homoromantic
		Bioromantic
		Panromantic

A despeito da existência de assexuais a-românticos, notamos que a ênfase amorosa nas relações é uma das causas políticas dessa tribo. Erigindo-se com base na crítica à maneira hipersexualizada com que os relacionamentos são representados e vividos, em nosso tempo, há uma grande movimentação em prol do resgate do amor como a argamassa dos relacionamentos. Há, inclusive, uma tese de doutorado na qual a autora procurou identificar os possíveis caminhos de negociação da parceria amorosa assexual (HAEFNER, 2011), assim como outros artigos sobre o tema que também contemplam esta discussão (SCHERRER, 2008; BROTTTO et al., 2010).

Tais variações nas formas de se justificar e praticar a assexualidade agregam-se em torno de uma imagem identitária, um “mito comum”, como explica

Michel Mafessoli (1998). O mito comum da identidade assexual tem por definição: “[...] pessoa que não sente atração sexual” (AVEN, 2014), e ancora-se na ideia compartilhada de desafetação pelo sexo. Além disso, o ponto de convergência entre as pequenas variações internas é, principalmente, a luta comum, o posicionamento de cada membro dessa tribo frente aos valores sexuais sustentados pela grande mídia.

Ao navegar por essas comunidades, percebemos claramente que os discursos individuais acerca das construções de suas identidades assexuais sempre se iniciam ou passam pela crítica social. A eleição de um inimigo comum, tanto no sentido de uma expansão, na busca por aceitação e legitimação, quanto no sentido de uma interna autoproteção oferecida pela força do coletivo e pelos pares, gera um contorno sólido e um grande sentimento de coesão, necessário para que se hasteie a bandeira da assexualidade. Nessa mesma linha, a pesquisa de Macinnis e Hosdon (2012) a propósito da discriminação direcionada aos assexuais conclui que a identidade assexual, para além da questão da prática ou não de atividade sexual, é construída em oposição à identidade hegemônica, heteronormativa.

Os estudos em uma vertente crítica, que se têm publicado, são unânimes quanto tocam neste ponto: os assexuais configuram-se como uma clara afronta ao paradigma que nomeiam como heteronormativo (SUNDRUD, 2011; KANH, 2014; CHU, 2014), principalmente no que se refere ao imperativo sexual (PRZYBYLO, 2014) ou à sexualidade compulsória (HAEFNER, 2011; BAROUNIS, 2014; CHASIN, 2013).

Dialeticamente, porém, tanto Przybylo (2011) quanto Cerankowski (2014) salientam que essa tribo contemporânea vem se estabelecendo a partir da contradição de ser não somente uma *reação* consciente ao que a primeira chamou de “sexusociety”, nossa sociedade hipersexualizada, mas também um *produto* dessa sociedade. Ou seja, essas autoras apontam para o fato de que a causa e a forma de agir da tribo são totalmente convergentes, senão avessamente idênticas àquilo que eles criticam, como numa imagem refletida no espelho.

A assexualidade como modo de subjetivação da atualidade

A principal conexão entre a assexualidade e a sociedade atual é a forte gravitação das formações identitárias, das relações sociais, das relações de poder e das produções subjetivas, em torno da sexualidade, ainda que situada no seu polo negativo.

Como mostra Michel Foucault (1988), a sexualidade moderna remonta às práticas confessionais instaladas pelos clérigos cristãos, por volta do século X. Como um legado do cristianismo, “[o] ocidente não parou mais de dizer ‘Para saber quem és, conheças o teu sexo’” (1988, p. 229).

O sexo, que num contexto medieval era tomado como o pecado mais íntimo, ganha a roupagem, em sua versão científica, de “a verdade sobre o sujeito”. Verdade essa que, em lugar de ser purificada espiritualmente, deve ser classificada como normal-anormal e, se possível, normalizada. Desse modo, ele demonstra como a ideia de repressão da sexualidade talvez não seja a melhor concepção, no que tange à sociedade moderna. A tarefa de classificação e normalização da sexualidade promove, com efeito, uma opressão, mas uma opressão pela captura, por fazer falar e, sobretudo, por produzir um discurso sobre o sexo e sobre a sexualidade.

Assim, a tribo dos assexuais e suas bandeiras políticas estão longe de serem inovadores ou revolucionárias, já que reproduzem a ideia de que suas essências humanas passam necessariamente pela sexualidade assexual. Nesse contexto, revolucionário seria não produzir discursos sobre sexo e, mais fundamentalmente ainda, não basear seus encontros sociais, suas práticas de convivência grupal e suas identidades na sexualidade, seja ela qual for.

A posição dos assexuais como produto do paradigma da *scientia sexualis* é tão evidente que leva Mauro Brigeiro, o pesquisador pioneiro desse tema, no Brasil, a escrever:

Embora seja certo que os assexuais visam à legitimidade de seus argumentos através de sua inclusão no campo científico, também é certo que acreditam nos procedimentos científicos e em certos conceitos e raciocínios, pois, segundo seus argumentos, eles seriam realmente capazes de atestar veracidade à assexualidade. (BRIGEIRO, 2013, p. 263).

Há, nas comunidades virtuais citadas, um claro incentivo, senão uma expressa solicitação, de que seus membros colaborem com pesquisas científicas. Alguns desses sítios, inclusive, incluem uma seção dedicada à divulgação, resenha e redirecionamento para os artigos científicos até agora produzidos a respeito desse tema¹².

A tribo dos assexuais não só almeja o veredicto da ciência como também tem se esforçado para participar ativamente dela, como lembra Brigeiro (2013), procurando não extinguir as representações de tipo binária e patologistas, como tem sido a luta de outras minorias sexuais, mas desejando fazer parte da norma.

Em um texto de 2013, Hinderliter narra o esforço de alguns membros da *AVEN*, dentre os quais ele mesmo, para desvincular a assexualidade do transtorno de desejo sexual hipoativo descrito nos DSMs. Durante os anos de 2008 e 2009, eles fizeram uma série de entrevistas com estudiosos da sexualidade humana e encaminharam um relatório ao subgrupo de trabalho sobre disfunções sexuais do DSM-V, sugerindo que a assexualidade fosse explicitamente mencionada como uma exceção no tópico sobre o transtorno de desejo sexual hipoativo (HINDERLITER, 2013, p. 167).

Outra reprodução da cultura hegemônica por parte dos assexuais é a tendência atual ao que Pelbart (2008) chamou de vida light. Como Bezerra e Justo (2013) apontam, a assexualidade parece estar inteiramente comprometida com o projeto atual do chamado biopoder, principalmente no que se refere à otimização da vida. O atual paradigma de administração do social hasteia o ideal de uma existência “[...] asséptica, indolor, prolongada ao máximo. Onde até os prazeres são controlados e artificializados: café sem cafeína, cerveja sem álcool, sexo sem sexo, guerra sem baixas, política sem política” (PELBART, 2008, p. 7).

A biopolítica avança no sentido de uma vida inteiramente administrada, cuja lógica já não é coagir e impedir, mas convencer, inculcar, seduzir e fazer o sujeito aderir às políticas de gestão e regramento da produção de subjetividade. Tudo o que possa representar algum risco deve ser controlado ou eliminado preventivamente, segundo enfatiza Robert Castel (1987). Na verdade, esse pode ser o caso da transformação da sexualidade numa prática segura, como se observa nas diversas

¹² Cf. <http://asexystuff.blogspot.com.br/2008/10/research-on-asexuality.html>;
<http://www.asexualexplorations.net/home/extantresearch.html>;
<http://www.asexualitystudies.org/>;
<http://asexualsexologist.wordpress.com/resources/research/>

formas de adestramento da sexualidade, ou até na sua proscrição definitiva, procurando-se eliminar o mal pela raiz, como propõem os assexuais.

A assexualidade como resistência

Uma outra linha de análise, aquela que se mostra elementar a partir das reivindicações e posicionamentos políticos da tribo dos assexuais, aponta para a assexualidade como uma reação radical à obrigatoriedade do sexo. Se, antes, a força da sexualidade se prestou à construção de poderosos instrumentos de coerção, normalização e interdição da subjetividade, hoje, ela está seguramente a serviço da lógica do consumismo e do excesso, do imperativo do gozo, e não mais da renúncia, da carência e da falta. Recusar-se aos prazeres e riscos da sexualidade toma o sentido, na sociedade atual, de uma resistência ao imperativo do gozo.

Bauman (1998), ao revisitar a história da sexualidade, destaca como os movimentos de liberação do sexo, da segunda metade do século XX, desconectaram totalmente o sexo da afetividade e o colocaram na ordem da produção de sensações, a serviço de um deleite generalizado. Por um lado, a liberação sexual adquiriu o sentido social de não se curvar ao verdadeiro aprisionamento familiar a que se prestou a sexualidade, na era do amor romântico, sobretudo para as mulheres (GIDDENS, 1993). Por outro lado, a dessexualização, defendida pelos assexuais, configura-se como uma recusa radical ao análogo aprisionamento do sexo enquanto um poderoso produtor de gozo imediato, desconectado de quaisquer produções de vínculos, de intimidade e de relações humanizadas. Do modo como a sexualidade é praticada e vivida, hoje, “[...] nada resulta do encontro sexual, salvo o próprio sexo e as sensações que acompanham o encontro [...]” (BAUMAN, 1998, p. 184).

Os assexuais afirmam que a vida sem sexo, na verdade, amplia suas relações, cria uma maior liberdade e confiança nos seus relacionamentos, tornando-os mais ricos e até mais profundos (BROTTO et al., 2010). A sexualidade, para eles, não é uma aliada: é um elemento corrosivo dos relacionamentos. Assim, é evidente que essa tribo encarna, no próprio sentido do termo – vivenciam no corpo – a crítica e a resistência aos usos banalizados do sexo, tal como veiculado pela mídia.

O imperativo do gozo, somado à sociedade da imagem, produz uma representação esvaziada do sexo, uma sexualidade banalizada. Baudrillard (1984) baseia-se na ideia da sociedade do simulacro para analisar que a sexualidade também sofre da morte dos referenciais reais, apresentando-se apenas como sistema de signos e representações que nada têm de real. A produção simulada de uma imagem de sexualidade para animar o consumo já é a própria sexualidade sem sexo.

No entanto, o imperativo do gozo retira ou apaga todo o sistema de normas, cerimônias e protocolos que a cultura normalmente cria, a fim de tentar abrandar a virulência do sexo. Nesse sentido, seguramente, podemos compreender a atitude assexual como uma defesa clássica contra temores ou ansiedades emergentes de intensas e conflitivas pulsações da sexualidade. Não é de se surpreender que Anthony Bogaert (2012b), autor do primeiro artigo sobre a assexualidade e ainda autor do primeiro livro sobre o tema, tenha dedicado um capítulo inteiro de seu livro para justificar que a assexualidade é uma defesa contra o que ele chamou de “loucura do sexo” (BOGAERT, 2012b, p. 95-103). Em outro capítulo, ele ainda alude à sexualidade como “o monstro na vida de todos nós” (BOGAERT, 2012b, p.115-121).

Enfim, há argumentos que procuram situar a assexualidade como uma resistência às coerções e imposições de hábitos, condutas e maneiras de ser da sexualidade ou da hipersexualidade, na atualidade. Argumentos desse tipo são fartos nos *sítios* e aparecem também na literatura especializada.

Discussão

Considerando a importância da imagem e dos meios de informação e comunicação, nos dias de hoje, é notável como os assexuais expõem sua intimidade e vivem o espaço da transparência, no sentido que Paul Virilio (1993) dá ao termo. No mundo da visibilidade, sobretudo aquela possibilitada pelas atuais tecnologias de informação e comunicação, a tela das TVs, dos *I-Pads*, *I-Phones*, *Smart fones* e congêneres, que formam os espaços digitais-eletrônicos, substitui, com vantagens, os clássicos espaços geográficos e arquitetônicos, dispensando a proximidade física e relações cara a cara, corpo a corpo.

As chamadas redes sociais e todas as demais formas de contato e relacionamento estabelecidas no espaço eletrônico-digital formam grupalizações extremamente amplas, móveis e ágeis, à semelhança do tribalismo maffesoliano ou das multidões descritas por Negri e Hardt (2001), porém, assentadas em produções de cunho mais intelectual, tais como o envio de mensagens escritas ou de imagens, diálogos no *facebook* ou *skype*, exigindo muito pouco de uma mobilização corporal partilhada com o outro.

Poderíamos tomar o caso dos assexuais como uma variante radical e bem adaptada aos relacionamentos à distância, os quais tendem a se ampliar, na atualidade. A sexualidade, nas suas buscas primordiais, é da ordem da proximidade, do contato físico, da fusão dos corpos, das sensações corporais, portanto, ainda não contemplada pelas novas tecnologias de informação, de comunicação e de relacionamento. Mesmo as práticas de sexo virtual, possíveis com as tecnologias de comunicação existentes, não dispensam imagens em tempo real com o uso de *webcam* e, portanto, a presença virtual/visual do outro, ainda que se abduquem de sensações corporais táteis, nesse tipo de encontro.

É inevitável compreender a assexualidade como um acontecimento contemporâneo, fruto de produções subjetivas aceleradas, individualizantes e voláteis, fortemente aliadas às tecnologias de informação e de relacionamentos, que privilegiam o “estar junto” à distância, com plena autonomia e extrema facilidade para se desligar da rede ou do outro com um simples gesto de apertar um botão. Nesse modo de ser do sujeito contemporâneo, dromológico por excelência, a sexualidade, embora colocada a serviço de um nomadismo afetivo, pode representar mais um entrave do que uma vantagem. Tudo o que dos processos de subjetivação vise a agregar, juntar, vincular e produzir experiências arrebatadoras, incertas e incontroláveis, como costumam ser as experiências altamente sexualizadas, não tem lugar num mundo sinérgico, porém, meticulosamente administrado e controlado. Em um mundo assim, é melhor a prevenção ao risco, é preferível o cultivo de afetos *lights* e *diets*, controláveis e seguros. Nesse sentido, os assexuais se apresentam como os sujeitos mais bem adaptados de nosso tempo.

Entretanto, se, por um lado, temos esse cenário de obediência e alienação a um poder silencioso, no outro lado da mesma moeda, está revelada uma crítica ferrenha ao apelo sexual, ao imperativo do gozo, tão autoritário, dessubjetivante e cerceador da liberdade e da autonomia quanto o proibicionismo de outrora. De

nossa parte, temos entendido que essa contradição se sustenta, porque os assexuais lutam contra uma hipersexualidade imaginária, simulada. Qualquer praticante de sexo sabe que uma propaganda de cerveja não pode ser levada ao pé da letra, assim como a performance exibida em um filme pornográfico nunca poderá captar a real sinestesia daquilo que se busca representar. Quando os assexuais descrevem o modelo de relação sexual contra o qual se colocam, como exposto nos trabalhos de Scherrer (2008; 2010), fica evidente que são refratários a uma imagem cinematográfica e publicitária de sexo, a qual muito se distancia da realidade.

Desse ponto de vista, a forte recusa da sexualidade por parte dos assexuais revela que o sujeito, enquanto o conceito de senhor de si e resiliente aos mecanismos de captura, mantém-se respirando. Ainda que parcialmente alienado, lutando contra os simulacros da sociedade atual, há uma força de insubordinação e rebeldia que pulsa e é capaz de renunciar até mesmo ao mais elementar instinto filogenético. Todavia, assumir esse aspecto de resistência dos assexuais requer ainda que assumamos que os mecanismos de poder atingiram a subjetividade em sua fonte, tentando capturar e operar diretamente na libido humana.

6. UMA LEITURA DA ASSEXUALIDADE A PARTIR DO DISPOSITIVO DE SEXUALIDADE OU A TRAGÉDIA DE EROS

O objetivo deste capítulo é demonstrar a inserção da assexualidade naquilo que Michel Foucault chamou de *dispositivo de sexualidade*. Primeiro, vamos contextualizar brevemente o que é o dispositivo de sexualidade e suas características, como descritas por Foucault e alguns outros autores, para, então, compreendermos suas implicações para as produções discursivas sobre o sexo e principalmente sua implicação para a própria relação do sujeito com o sexo. Por fim, procuramos demonstrar como, por quais razões e características, a assexualidade se inscreve no contexto das produções subjetivas típicas do dispositivo de sexualidade.

Preâmbulo

Desde o início de nossas pesquisas, mantivemos uma relação de espanto e dúvida com o fenômeno da assexualidade. Ainda que essa relação tenha se transformado na medida em que aquele “outro” distante foi deixando de ser estranho para nós, mantivemos a assexualidade sob o signo do ininteligível conscientemente, ou seja, não de forma casual, procuramos fazer as perguntas mais elementares e submeter as respostas produzidas por essas perguntas a novas perguntas elementares, como na clássica lição de Sócrates: o que é assexualidade? Uma forma de sexualidade onde não se pratica sexo. Por conseguinte, a assexualidade é uma sexualidade sem sexo – e o que seria uma sexualidade? As formas de uso do sexo. Como é que chegamos a uma forma de uso do sexo que tem como ponto de sustentação exatamente o não uso do sexo?

Bem logo percebemos que esse processo nos levaria muito mais longe na história e na filosofia do que o percurso que uma tese comporta. Nossa solução foi, dessa maneira, em lugar de trazer toda a história para o problema, levar o problema para a história. Na medida em que eu não somos profundos estudiosos da história da sexualidade, resolvemos fazer esses estudos traçando como meta a procura de pistas e passagens que respondessem ao nosso problema atual. Assim como num

trabalho sofista, no melhor dos sentidos, percorremos a *história da sexualidade* de Foucault e outros textos, com nossa questão de pesquisa em mãos, procurando os terrenos e os materiais de onde ela emanava. Justamente por causa disso, o texto que segue não tem a intenção de rerepresentar os argumentos deste ou daquele autor e discuti-los, muito embora em certos momentos esse trabalho tenha sido inevitável, nem é nossa intenção maior confrontar ou acarear diferentes perspectivas, mas, como já escrevemos, buscar os elementos factuais e teóricos capazes de dar sustentação e inteligibilidade a uma leitura acadêmica da assexualidade.

Revestimentos históricos da sexualidade

Michel Foucault inicia a trilogia de sua inestimável *história da sexualidade* valendo-se de um estilo textual bastante despojado. Ao colocar-se na busca pelo momento histórico em que nossa relação com o sexo teria assumido uma forma pudicícia, ele postula: “Diz-se que no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza” (FOUCAULT, 1988, p. 9). Diz-se que naquele tempo “[...] as práticas não procuravam o segredo”, que “[...] as palavras eram ditas sem reticência excessiva” e que os “[...] códigos da grosseria, da obscenidade [e] da decência” eram bastante “frouxos”, se “[...] comparados com os do século XIX” (FOUCAULT, 1988, p. 9). Naquele tempo, conclui Foucault, “[...] os corpos ‘pavoneavam’” (1988, p. 9).

Esse idílico cenário, em cuja descrição quase podemos enxergar a bela figura mitológica de Eros correndo livre através de um ensolarado campo aberto, sob um lindo céu de anil, seria rapidamente desmontado a partir da modernização do ocidente. Ao crepúsculo dessa cena, a figura da ilustrada burguesia vitoriana confiscaria Eros. “A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada”, encerrada no espaço e principalmente no dever e na “[...] seriedade da função de reproduzir”. Agora só há um lugar, tanto na sociedade quanto “[...] no coração de cada moradia” em que a prática sexual é legítima: “[...] o quarto dos pais” (FOUCAULT, 1988, p. 9-10).

Os efeitos, no sujeito, desse movimento histórico, foram flagrados por Freud já ao final do século XIX e minuciosamente estudados por ele, ao longo de toda sua obra. Suas observações deram origem, não só à psicanálise, mas a uma diversidade

de terapêuticas cujos esforços se concentram na libertação do sexo, na tarefa de reverter ou ao menos abrandar, os efeitos perniciosos desse processo de enclausuramento e escravização. Todavia, mais relevante do que a criação dessas terapêuticas é o fato de que Freud inaugura uma série de formulações que acaba por orientar as produções de saber, lançando toda uma epistemologia da sexualidade moderna, ao nomear essa relação, a relação do homem moderno com o sexo, como uma relação predominantemente repressiva e censora.

Esse paradigma, o paradigma da (des)repressão sexual, reinou só, ao longo de quase todo o século XX, até que Foucault tomou um caminho diferente e, a partir de sua perspectiva, lançou uma pergunta que abriria um outro horizonte de entendimento da relação do homem moderno com o sexo: “Existiria mesmo uma ruptura histórica entre a Idade da repressão e a análise crítica da repressão? (FOUCAULT, 1988, p. 17).

Essa pergunta, deveras capciosa, reposicionou nossos olhares para essa questão porque, sem desconsiderar a relação repressiva com certas práticas sexuais, toma a repressão como uma mera superfície, um efeito, procurando mergulhar nos mecanismos e estruturas que foram inventados, implementados e aprimorados, com o intuito de mediar a relação do sujeito moderno com o sexo, seja ela de repressão ou de liberação. O resgate e o exame dos meios pelos quais esses efeitos são produzidos contribuíram para muito mais do que a superação da antiga dicotomia repressão/liberação sexual, pois trouxeram à luz as políticas de poder através das quais o próprio indivíduo moderno e, conseqüentemente, o indivíduo atual, foram constituídos.

O paradigma da (des)repressão e o dispositivo de sexualidade

Na base do paradigma da (des)repressão está a prática de colocar o sexo em discurso, uma invenção pré-moderna cuja origem se encontra naquilo que Foucault (1988) chamou de “a pastoral da carne”. A tradição religiosa há muito já adotava a confissão dos desejos sexuais como uma técnica de controle dos corpos, mas isso permanecia encerrado em uma certa ética e uma certa finalidade, restrito, sobretudo, ao espaço religioso e aos candidatos ao sacerdócio. A grande questão é que “[...] o século XVII fez [disso] uma regra para todos” (FOUCAULT, 1988, p. 26).

Nesse cenário, passa-se a compreender que os artifícios repressivos, a censura e a interdição a certos vocábulos e a “decência das expressões” seriam apenas “dispositivos secundários” à grande sujeição do fazer falar, seriam apenas “[...] maneiras de torná-la moralmente aceitável e tecnicamente útil” (FOUCAULT, 1988, p. 27). Enfim, no que se refere ao sexo, a característica de nossos três últimos séculos é “[...] a larga dispersão dos aparelhos inventados para dele falar, para fazê-lo falar, para obter que fale de si mesmo, para escutar, registrar, transcrever e redistribuir o que dele se diz” (FOUCAULT, 1988, p. 40). Assim, o que se coloca em pauta é o exame dessa sociedade que, de forma prolixa, fala, também, de seus silêncios.

A filósofa brasileira Marilena Chauí escreve que, a despeito de antropólogos e psicanalistas geralmente atribuírem o momento de passagem do sexo “natural” ao sexo “cultural” à proibição do incesto, remontando à organização social baseada no *sistema de parentesco*, tal como assinala Lévi-Strauss (2010 [1949]), é muito variável aquilo que cada sociedade estabelece como incestuoso, ou proibido. Em alguns contextos, o incesto se caracteriza por manter relação ou aliança com a família restrita, em outros, com a família ampliada. Há sociedades que regulamentam e controlam alianças internas, isto é, dentro de uma mesma comunidade ou tribo, e há aquelas que somente fazem uma proibição de relações ou alianças externas. “De qualquer modo”, escreve Chauí, “a eficácia da proibição do incesto dependerá não apenas da força das normas e dos castigos, mas de sua interiorização plena, inconsciente” (CHAUÍ, s. d., p. 14).

Em nosso contexto ocidental, Foucault (1988, p. 44) aponta que havia “três grandes códigos”, até o final do século XVIII, que “[...] fixavam, cada qual à sua maneira, a linha divisória entre o lícito e o ilícito”. Seriam eles: “[...] o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil”. Apesar de essas instâncias regularem as relações e as práticas plausíveis e os usos legítimos do sexo, “cada qual à sua maneira”, elas apresentavam a característica comum de estarem todas “centradas no matrimônio”. Desse modo, seus esforços discursivos e até mesmo suas práticas ocupavam-se muito mais em implantar o sexo lícito, em produzir uma interiorização através do incentivo a comportamentos que estivessem em consonância com o “natural”, sendo todo o resto apenas formas do “contra-a-natureza” e do “contra-a-lei” (p. 45).

Não que essas formas permanecessem isentas de punições e condenações, muito pelo contrário, mas acerca delas muito pouco se desejava saber, quer dizer, os códigos não precisavam nem desejavam versar acerca do ilícito e do antinatural mais do que através de um enfático: *não pode... não deve*.

A esse conjunto de discursos, os quais articulam poder e saber com a função estratégica de promover o matrimônio, as relações de parentesco e a transmissão de nomes e bens, Foucault deu o nome de *dispositivo de aliança*.

Desde o final do século XVII, o processo de modernização que transformou toda a Europa e, por extensão, todo o mundo ocidental, reconfigurou também os códigos e os usos do sexo, de maneira que o sexo “[...] foi colocado no centro de uma formidável *petição de saber*” (FOUCAULT, 1988, p. 88).

Através do avanço do projeto iluminista, aqueles três códigos que sustentavam o *dispositivo de aliança* foram paulatinamente dominados por uma *scientia sexualis*. Não que o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil fossem completamente extintas ou deixassem de orientar as questões sexuais, mas agora elas o faziam embasadas pela ciência moderna. A *scientia sexualis* é um conjunto de discursos e interesses amparados na legitimidade das metodologias científicas de investigação, de produção de saber e, principalmente, amparados pelo *status* de verdade.

A questão é que, muito mais do que versar sobre os problemas e os deveres da monogamia heterossexual e sobre a dicotomia lícito-ilícito, a *scientia sexualis* tomou como empreita o desvelamento e a iluminação das filigranas de cada prática, especialmente as ilícitas, e encontrou guarida na verdade do sexo “[...] das crianças, dos loucos e dos criminosos; [n]o prazer dos que não amam o outro sexo; [n]os devaneios, [n]as obsessões, [n]as pequenas manias ou [n]as grandes raivas” (FOUCAULT 1988, p. 46).

Quer dizer, muito mais do que o tradicional *não pode, não deve*, de uma mera interdição sob o risco da punição, a *scientia sexualis* irá insuflar de sentidos, conexões e, sobretudo, a singularidade de cada prática sexual, diferenciando-as, classificando-as e procurando sua verdade mais recôndita, a fim, obviamente, de operar e curar os desvios. Todavia, se, por um lado, diferentes modalidades de práticas sexuais foram “cirurgicamente” isoladas, por outro, houve uma generalização do sujeito a partir dessa singularidade, enquadrando-se o praticante através da moldura de sua prática e através da moldura de um desejo por esta ou

aquela prática. Assim, o desejo sexual passa a ser o definidor do sujeito e a matéria privilegiada sobre a qual se produzirão as verdades desse sujeito (ARAÚJO, 2001).

Esse processo, que prevalece até nossos dias, além de contar com a força das normas que estão na base do dispositivo de aliança, o qual pode se resumir em um jogo simples de prescrição e proibição, criminalização e condenação, contará igualmente com uma estratégia de implantação bastante arrojada que garantirá, como no texto já citado de Chauí (s.d., p. 14), sua “interiorização plena”:

[...] a instância de dominação não se encontra do lado do que fala (pois é ele o pressionado) mas do lado de quem escuta e cala; não do lado de quem responde mas do que interroga e supostamente ignora. E finalmente, esse discurso de verdade adquire o efeito, não em quem o recebe, mas sim naquele de quem é extorquido. (FOUCAULT, 1988, p. 71).

Apesar de, nessa passagem, Foucault estabelecer seu ponto de ancoragem em uma imagem de poder implacável, através da qual esse novo código, a *Scientia sexualis*, submeterá o sujeito, há uma dimensão mais complexa desse processo, que é a própria ideia da formação dos sujeitos, ou seja, dos “[...] modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 231).

No segundo volume de sua *História da Sexualidade*, Foucault (1984) chamará a atenção para a constituição do sujeito como um objeto de si mesmo. Esse processo pode ser descrito conceitualmente por aquilo que, na tradição foucaultiana, se consagrou como o processo de objetificação/objetivação e subjetificação/subjetivação.

Ao tomar como objeto de estudo a interioridade humana, nomear e sistematizar leis gerais de uma dinâmica psicológica, a *scientia sexualis* produz um assujeitamento e uma subjetivação, já que nomeia, descreve, e atribui significados e juízos morais ao “portador” de uma determinada dinâmica interna à revelia do próprio. Por outro lado, o indivíduo, movido por sua busca à verdade legitimada, impreterivelmente irá se relacionar com esse discurso, assimilando ou resistindo a tais saberes, confirmando-se ou infirmando-se, seu modo de pensar ou de enxergar a si mesmo, subjetivando-se. Guatarri e Rolnik (1996) definem o conjunto das subjetivações, ou a subjetividade, como “[...] aquilo que produz efeitos nos corpos e nas maneiras de viver” sendo que esses efeitos são “essencialmente fabricad[os] e modelad[os] no registro do social” (p. 31).

Enquanto o processo de assujeitamento pressupõe uma relação na qual o poder se coloca como implacável e detentor da verdade sobre o indivíduo, o processo de subjetivação terá um duplo caráter, no qual o sujeito poderá ativamente assimilar ou resistir a tal poder e seus discursos de verdade. No entanto, faz-se necessário notar que a referência é a mesma, quer haja uma recusa plena à *scientia sexualis*, quer uma assimilação sem grandes resistências, há um conjunto de símbolos e significados com o qual o indivíduo terá que se relacionar e se afetar.

Sendo o discurso científico detentor de um portentoso título de verdade e, no caso do período que estamos abordando, uma verdade totalmente nova e promissora de um futuro glorioso, é de se supor que a *scientia sexualis* provocou muito mais assimilações do que resistências, resultando em uma forte busca dos indivíduos oitocentistas por identificarem-se e formatarem-se a essas verdades, adotando tais discursos como receitas de vida, metas ou simplesmente explicações verdadeiras sobre suas intimidades. Na verdade, nesse período, resistir a esse código já colocaria o sujeito sob suspeita de enquadrar-se pela anormalidade e perversão.

Não há dúvida de que há aqui uma forte relação de poder, todavia, é imprescindível que se note que o empoderamento produzido pela assimilação de um discurso legitimamente verdadeiro é o que mantém o sujeito ligado a esse poder e a ele respondendo positivamente. Nesses termos, pode-se compreender que há uma cumplicidade e uma contrapartida ativa por parte dos sujeitos modernos em adotar os pressupostos de uma ciência que vem suprir toda uma vontade de saber, não só uma vontade de saber sobre o mundo e sobre o funcionamento do outro, mas também uma vontade de saber sobre seu próprio ser e seu próprio sexo, uma vontade de saber ontológica. No caso da *scientia sexualis*, seu impacto no sujeito moderno foi o de posicionar, não o sexo, mas a sexualidade como um dos pilares identitários, talvez o maior de todos: “Somos forçados a saber a quantas anda o sexo”, porque é ele que poderia dizer “[...] a quantas andamos nós” (FOUCAULT, 1988, p. 88).

O desastre está no fato de que essa centralidade identitária do sexo, como expusemos, veio impregnada de classificações e de categorizações, em termos de normal e patológico. Se, antes, o que havia eram condutas ou práticas aceitáveis ou condenáveis, agora são sujeitos aceitáveis ou condenáveis, sendo a prática de determinados atos e a existência de determinados desejos os grandes definidores

da identidade e do caráter do sujeito. A relação do sujeito moderno com o sexo será povoada por doentes que precisam de cura e perversos que necessitam de tratamento para poderem viver em sociedade. Inventar-se o doente, para que se possa buscar a cura, a qual seria normalizá-lo. Não é de se admirar que as curas nunca foram encontradas.

O conjunto dos enunciados e práticas institucionais, de produções discursivas com caráter e legitimidade de verdadeiros, que culminam na produção de um sistema de identidades centralizado na busca por uma verdade do sujeito, através de seu desejo sexual, é o que Foucault chamou de *dispositivo de sexualidade*.

Esse autor entende que dispositivo é “[...] um tipo de formação que em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência”, sendo que o dispositivo de sexualidade tem portanto uma “função estratégica dominante” (1979, p. 244). Deleuze (2001) decompõe o dispositivo em cinco linhas principais: as curvas de visibilidade, as curvas de enunciação, as linhas de força, as linhas de subjetivação e as linhas de ruptura. Ou seja, um dispositivo é um conjunto multilinear de poderes (linhas de força), que fazem ver (curvas de visibilidade) e fazem falar (curvas de enunciação), produzindo subjetividade (linhas de subjetivação) e transformações, inclusive transformação no próprio dispositivo (linhas de ruptura).

Estas últimas, as linhas de ruptura, coroam o caráter complexo e dialético desse conceito, o que faz dele uma ferramenta bastante eficiente para o processo de produção de inteligibilidade que as ciências humanas exigem. Sendo composto por linhas de ruptura, um dispositivo produz, não somente uma subjetividade dócil em consonância com sua função dominante, um assujeitamento puro e simples, mas também as subjetividades resistentes ao próprio dispositivo, subjetividades insurgentes capazes de causar-lhe fissuras. Essa característica dialética garante a visualização do movimento, por vezes contraditório, por meio do qual a história vai tomando seu curso.

Voltaremos a essa discussão mais tarde; para este momento, é imprescindível destacar que um dispositivo é sempre produtor de subjetividade (WEINMANN, 2006). Por conseguinte, pode-se compreender que o dispositivo de sexualidade inaugura um modo de subjetivação típico de nosso tempo (MANSANO, 2009), a subjetivação pela sexualidade (ARAÚJO, 2001).

Não é por acaso que os dicionários registram o surgimento da palavra *sexualidade* por volta desse período. Essa palavra foi introduzida com um sentido bastante específico. Se hoje ela circula amplamente não é só pelo fato de ter caído no gosto popular, mas pelo fato de que ela pode realmente ilustrar nossa relação com o sexo, que ainda vigora dentro dos parâmetros do dispositivo de sexualidade. O próprio Foucault traz essa indistinção entre o dispositivo de sexualidade e a palavra *sexualidade*:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: [...] à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 1988, p. 117).

Além de ilustrar o significado do termo, nessa assertiva, Foucault nos dá a pista da conexão entre o dispositivo de sexualidade e o discurso da (des)repressão.

Uma vez que o dispositivo de sexualidade passa a mediar a relação dos sujeitos com suas práticas sexuais e com seu próprio *eu*, os usos do sexo passam a responder mais a uma ordem social determinada do que a uma experiência corporal. Sendo menos uma experiência corporal do que uma exigência social, a sexualidade produz inconsciências; sendo normativa e patologizante, essa sexualidade produz resistências no seio da interioridade dos sujeitos, que, muitas vezes, tomam a forma de repressão. Justamente porque a sexualidade obedece a um poder-saber inicialmente externo ao sujeito, uma normativa social, sua aderência, sua adoção implica, na melhor das hipóteses, uma sujeição do desejo, quando não uma cisão completa.

A crítica de Foucault se estenderia por uma leitura de que as produções de técnicas e discursos que operam sob o signo da (des)repressão sexual, isto é, diagnosticando a repressão e procurando meios para liberá-la, estão completamente inseridas no paradigma do dispositivo de sexualidade, fazendo uso de um saber-poder que se pretende saber mais sobre o sexo do que o próprio sujeito, e, de forma análoga à original, sustentando a sexualidade como o pilar identitário. Longe de nossas intenções está a de aderirmos a esse duelo, colocando-nos em defesa desta ou daquela visão.

As estratégias de poder no jogo da subjetivação pela sexualidade: o *biopoder*

Tal como Foucault (1988) escreveu, a subjetivação pela sexualidade não se fez em uma disputa direta entre o dispositivo de sexualidade e o dispositivo de aliança: “Para o primeiro, o que é pertinente é o vínculo entre os parceiros com *status* definido; para o segundo, são as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres, a natureza das impressões, por ténues ou imperceptíveis que sejam” (p.117). Não é, ainda, o caso de se dizer que tenha ocorrido uma substituição de um pelo outro: o dispositivo de sexualidade deve grande parte de seu sucesso por ter inicialmente se apoiado e se erigido sobre o dispositivo de aliança, afinal, o ponto central desse código de normalização, seu objetivo maior, era amparar e exaltar o casamento heterossexual monogâmico e a família, no modelo burguês, como célula da sociedade.

No Brasil, por exemplo, a despeito de esses dois dispositivos aparecerem fortemente interligados, a implantação do dispositivo de sexualidade contou com a ajuda de um terceiro, o dispositivo de racialização. Sendo o imperativo nacional brasileiro do final do século XIX a busca pela constituição de “uma coletividade racialmente saudável”, tanto o dispositivo de aliança como o de sexualidade engendraram-se em um processo de “sexualização da raça e racialização do sexo” (MISKOLCI, 2008, p. 7). O efeito final, contudo, foi a mesma subjetivação pela sexualidade.

Essa superposição da sexualidade em relação a outros dispositivos adjacentes se deve aos jogos e estratégias de poder que a sexualidade carrega consigo, sendo a sexualidade uma via privilegiada para controlar e governar os corpos em favor de determinadas necessidades ou finalidades políticas:

[...] se o dispositivo de aliança se articula fortemente com a economia devido ao papel que pode desempenhar na transmissão ou na circulação das riquezas, o dispositivo de sexualidade se liga à economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo a principal – corpo que produz e consome. (FOUCAULT, 1988, p.118).

Como expusemos no tópico anterior, o dispositivo de sexualidade corresponde a um tipo de poder muito diferente daquele poder predominantemente proibitivo e punitivo, pois sua legitimidade e seu exercício estão embasados “[...] não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei, mas pela normalização, não pelo castigo, mas pelo controle [...]” (FOUCAULT, 1988, p. 100). Assim, estamos tratando de uma

política que se preocupa em produzir subjetividade, que pretende organizar e orientar o corpo e os desejos, e não simplesmente interdita-los ou associá-los a algum tipo de lei.

Diferentemente das estratégias de poder pré-modernas, as quais se faziam valer pela produção e o gerenciamento da morte, o paradigma do “[...] *causar a morte ou deixar viver*” (FOUCAULT, 1988, p. 148), a Modernidade aprimorou uma estratégia de produção e gerenciamento da vida, o poder de “[...] *causar a vida ou devolver à morte*” (p. 150).

Nesse sentido, o filósofo italiano Giorgio Agamben (2010) nos lembra que o aspecto essencial do Estado Moderno é essa indiferenciação entre aquilo que os gregos separavam como *zoé*, o simples fato de viver, comum a todos os seres vivos, e a *bíos*, palavra que naquele contexto se remetia à maneira como um indivíduo ou grupo humano vive, seus costumes e suas práticas, enfim, sua cultura e sua política. Ou seja, o Estado Moderno se ergue sobre a indiferenciação entre a vida natural e a vida política, de modo que a governança das populações, as políticas de Estado passam a centrar seus poderes diretamente na vida natural, o que levou Foucault (1988) a cunhar o termo *biopolítica*, para se referir a suas estratégias, e *biopoder*, para remeter às suas forças de produção e implementação.

Diferentemente do paradigma pré-moderno, no qual o poder era exercido muito mais como uma interdição, uma negativa do soberano ou do porta voz da instituição sobre uma ação positiva dos indivíduos, o biopoder é compreendido “[...] como uma ação que se exerce sobre outra ação, ou seja, não apenas uma ação sobre corpos passivos” (CALIMAN; TAVARES, 2013, p. 936), que, em última instância, é a ação política sobre a própria ação de viver. É justamente o fato de o *biopoder* encarregar-se da vida muito mais do que a ameaça da morte que lhe dá “[...] acesso ao corpo” (FOUCAULT, 1988, p. 155) e, nesse ponto, “[...] o sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie”, de sorte que, no século XIX, continua Foucault, “[...] a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras [...]; tornou-se a chave da individualidade” (p. 159).

Somente o uso “apropriado” do sexo poderia garantir o povoamento adequado do Estado e a devida governabilidade dos cidadãos, de maneira que temas como “[...] saúde, progeneração, raça, futuro da espécie, vitalidade do corpo

social” passam necessariamente pelo tema da sexualidade. Nesse sentido, “[...] a sexualidade funciona como um aspecto maleável do *eu*, um ponto de conexão primário entre o corpo, a auto identidade e as normas sociais” (GIDDENS, 1993, p. 25).

No entanto, desde que a sociedade moderna adotou essa modalidade de relação com o sexo, ao menos uma “grande” revolução foi feita nos costumes, nos códigos e nos usos que fazemos da sexualidade, sem que houvesse uma verdadeira ruptura, em escala macro, com essa ordem, como veremos na seção seguinte deste texto.

A subjetivação pelo sexo e o discurso da liberação sexual

Se, nos anos 1700, Eros foi capturado e escravizado de acordo com os ideais burgueses daquele período, encerrado ao quarto dos pais ou acorrentado e condenado pelos discursos médico-legais, nos 1900, ele sofrerá um drástico reposicionamento. O dispositivo de aliança se enfraquece, a ponto de passar a ser sustentado, quando há, pelo dispositivo de sexualidade. Se, antes, o casamento é garantia o exercício de uma sexualidade saudável e legítima, agora, só uma sexualidade ativa, dinâmica, “saudável” é capaz de unir ou manter os laços matrimoniais. Além disso, o reposicionamento social da mulher e os efeitos políticos do pós-guerra colocaram em xeque os resquícios coercitivos e normativos da cultura quanto, também, à sexualidade.

Dessa maneira, desde a segunda metade do século XX, os discursos de liberação do sexo passam a imperar, sobrepondo-se aos discursos de classificação e, de certo modo, subjugando ou anulando os discursos de normalização e patologização (BAUMAN, 1998).

Esse movimento todo ocorre igualmente no seio de uma significativa parcela da *scientia sexualis*, tomando como seus expoentes Alfred Kinsey (1948; 1953), Masters e Johnson (1986). O que se vê claramente nesses textos é uma tentativa vigorosa de implodir a patologização de quaisquer práticas sexuais, anulando seu argumento fundamental, o de normalização. Esses autores demonstram como os discursos médicos e jurídicos da *scientia sexualis* não encontram correspondência com o campo empírico, isto é, não se sustentam cientificamente. Desse modo, a

sexologia promove uma significativa fissura no dispositivo de sexualidade, exigindo-lhe uma reforma, mas, ao final do processo veremos como a sexologia terminou por fortalecer tal dispositivo.

Por parte dos sujeitos, que, inevitavelmente nasceram sob o signo da subjetivação pela sexualidade, há uma forte luta política pelo exercício livre de seus desejos e um uso da sexualidade a fim de que se possa superar a própria centralidade da sexualidade, tal como comenta Foucault (1979):

O que existe de importante nos movimentos de liberação da mulher não é a reivindicação da especificidade da sexualidade e dos direitos referentes à esta sexualidade especial, mas o fato de terem partido do próprio discurso que era formulado no interior do dispositivo de sexualidade [...] para chegar a que? Afinal de contas, a uma verdadeira dessexualização... a um deslocamento em relação à centralização sexual do problema, para reivindicar formas de cultura, de discurso de linguagem, etc., que são não mais esta espécie de determinação e de fixação a seu sexo, que de certa forma elas tiveram politicamente que aceitar, que se fazer ouvir. (p. 268).

Em outros casos, porém, em movimentos de liberação da sexualidade e da despatologização das identidades sexuais, identidades criadas pelo dispositivo de sexualidade, a reafirmação se fez de forma diferente:

[...] diferentemente das mulheres, a fixação dos homossexuais à especificidade sexual é muito forte, eles reduzem tudo ao sexo. [...] mas isso é normal pois a homossexualidade é uma prática sexual que, enquanto tal, é combatida, barrada, desqualificada. (FOUCAULT, 1979, p. 268).

Ademais, do ponto de vista identitário, pode-se observar o duplo movimento de consolidação da centralidade do sexo na identidade, ao mesmo tempo em que há uma explosão de diversidade, como ilustra a metáfora utilizada por Jeffrey Weeks (apud GIDDENS, 1993, p. 44). A sexualidade, assinala ele,

[n]ão parece mais um grande continente de normalidade cercada por pequenas ilhas de distúrbios. Em vez disso, pudemos agora presenciar uma grande quantidade de ilhas, grandes e pequenas... surgiram novas categorias e minorias eróticas. Aquelas mais antigas experimentaram um processo de subdivisão como preferências especiais, atitudes específicas, e as necessidades tornaram-se a base para proliferação de identidades sexuais.

Como resultado desse processo, a subjetivação pela sexualidade, ao invés de se enfraquecer, mais do que nunca se fortaleceu. A sexualidade foi liberada de todos os outros códigos que a continham, dando lugar ao que Giddens (1993) chamou de “sexualidade plástica”. Inicialmente, a sexualidade plástica é a

sexualidade “[...] liberta das necessidades de reprodução” (p. 10); mais recentemente, com a invenção das tecnologias reprodutivas, a sexualidade liberta-se também da prerrogativa de reproduzir, ficando, afinal, plenamente autônoma: “[...] esta é uma “libertação” final para a sexualidade, que daí em diante pode tornar-se totalmente uma qualidade dos indivíduos e de suas relações mutuas” (p. 37). Além disso, Bauman (1998) aponta igualmente para o divórcio entre a sexualidade e a afetividade.

Em termos de *biopolítica*, o que se vê é uma insurgência contra um gerenciamento externo ao sujeito, em prol da realização máxima das estratégias políticas modernas: o sujeito governante de si mesmo. Observemos que a indiferenciação entre a vida política e a *zoé*, o simples ato de viver, também identificado por Agamben (2010) como *vida nua*, agora emana dos próprios sujeitos. Essa indiferenciação em escala individual culminará em um movimento nas duas direções, o qual delinea a sexualidade tal como se apresenta neste início de século XXI. Por um lado, há ainda um bom resquício da própria ideia de revolução sexual, na qual se vê uma total supremacia do uso político da *vida nua* de cada indivíduo e de alguns grupos, que pode ser facilmente visualizada nas políticas de identidade sexual e em algumas políticas do chamado feminismo radical.

Por outro lado – e talvez esta tenha se tornado a nova norma –, há uma aparente despolitização da sexualidade e seu uso como mero instrumento de produção de sensações. Aparente, porque o uso alienado do sexo por parte dos sujeitos é exatamente o que as atuais estratégias de governança das populações necessitam e prescrevem, pois, como vimos, o sexo dá acesso ao corpo, garantindo a governabilidade deste.

Assim, ao final de sucessivas fissuras e rupturas, a subjetivação pela sexualidade reina soberana, de sorte que o gozo certo, o gozo normal, o gozo saudável, o gozo legítimo, o gozo reprodutivo... perdem seus adjetivos restritivos, para ganhar na magnitude do verbo: goza! Nessa perspectiva, não é mais pela ação sobre os comportamentos, sobre as fantasias e sobre certas práticas que a *biopolítica* procura passagem, mas sobre o próprio gozo. A sexualidade, enquanto um *biopoder* e um portentoso dispositivo de subjetivação, mantém-se mais viva do que nunca, alimentando-se da própria vitalidade. A verdadeira sociedade não-repressiva, dirá Giddens (1993), “[...] seria aquela em que a sexualidade estivesse cada vez mais libertada da compulsão” (p. 199).

De acordo com as análises de Bauman (1998), o que se passou após a segunda metade do séc. XX não teria sido mais uma desconstrução do paradigma anterior do que uma revolução propriamente dita. “Como antes o sexo “tem uma função”; com antes é “instrumental”; só a função mudou, assim como a natureza do processo em que o sexo “redisposto” desempenha seu papel instrumental” (BAUMAN, 1998, p. 183).

A apropriação científica da sexualidade colocou-a a serviço de um certo ideal de socialização, mas, para isso, divorciou-a do prazer. Já a reapropriação do sexo enquanto instrumento de experimentações, sensações e prazer desconectou a sexualidade da produção da vida social, divorciou o sexo da família e de qualquer outra prática social. Sexo é sexo, relações humanas são outra coisa. Como bem observa Bauman, nessa proposta,

[n]ada resulta do encontro sexual, salvo o próprio sexo e as sensações que acompanham o encontro; o sexo pode-se dizer, saiu da casa familiar pra a rua, onde apenas os transeuntes acidentais encontraram quem – enquanto encontram – sabe que mais cedo ou mais tarde (antes mais cedo do que mais tarde) seus caminhos são obrigados a se separar novamente. (1998, p. 184).

De outra parte, ao lutar pela liberação do desejo, assinou-se e carimbou-se a primazia dessa sexualidade, na vida ocidental. Ao concentrar os esforços críticos na descriminalização e despatologização de certas práticas e de certas identidades, a consolidação psicológica desse dispositivo, os movimentos de liberação sexual não puderam enxergar que, de certo modo, já estavam completamente cooptados por esse dispositivo, propondo meramente o alargamento de suas bases e a inclusão dos rejeitados ao jogo.

Nesse sentido, o próprio Foucault irá vislumbrar que a saída estaria muito mais em renegar todo esse sistema de signos, no qual a sexualidade foi inscrita, e voltar-se novamente ao corpo, a um “*maximum* de prazer” (2012 [1978], p. 31), devolvendo o sexo à sua origem, à experiência corporal. Podemos até visualizar a prerrogativa foucaultiana operando por meio de artigos de *sexshops* e até mesmo na própria ideia de sexualidade plástica; contudo, de um ponto de vista macro, não é isso que temos hoje em dia.

A apropriação discursiva de uma experiência corporal, tal como é o sexo, já é a morte do sexo, na medida em que gerações inteiras passam a ser subjetivadas não pela experiência, mas pelo discurso engendrado, bastante parcial e

comprometido, sem dizer de sua incompletude. É uma experiência clássica de subjetivação, a cultura passa a orientar nossa maneira de experienciar o mundo. Mas o que ocorre no atual paradigma do biopoder é mais radical: se, antes, tínhamos a cultura mediando o gozo, a cultura mediando nossa experiência, agora temos a experiência sendo produzida pela cultura, um gozo instrumental!

Nesse contexto, transcrevemos um pequeno comentário de um entrevistador de Michel Foucault, na ocasião em que ele visitou o Japão, o qual ilustra bem essa passagem, essa “evolução” do dispositivo de sexualidade e de nossa relação com o sexo:

O sexo no Japão, antes da modernização, parece se classificar no domínio da *ars erótica* e, atualmente, ele se relaciona curiosamente com a *scientia sexualis* da Europa. Por exemplo, se folheamos as revistas femininas, percebemos que elas estão inundadas de discursos, segundo o princípio da liberação sexual de estilo europeu, que pretende que mais saber sobre o sexo garante mais gozo. (WATANABE, 2012 [1978], p. 29).

Dessa maneira, podemos enxergar a consolidação de alguns pilares sobre os quais se sustenta o dispositivo de sexualidade e, conseqüentemente, a subjetivação pelo sexo: a centralidade de um desejo sexual e das práticas sexuais como um gigantesco marcador e construtor de identidades; a superprodução discursiva em torno do tema, muito mais do que a experiência imediata em torno do tema; o uso ou o apelo a um saber especialista; e a normalidade, que toma forma de imperativo do gozo.

Não pretendemos de forma alguma negar os avanços em termos de direitos individuais, de descriminalização e de equidade social, entretanto, é de se notar que esses avanços são resoluções de problemas criados por essa mesma ordem. Se, por um lado, ganha o indivíduo, ganha uma vida mais digna e livre desses males, por outro lado, esse sistema triunfa. No final das contas, o que se tem são os ajustes e as adequações necessárias para a manutenção dessa modalidade de relação com o sexo e do governo das populações por esta via.

Do ponto de vista das próprias noções de subjetividade e dispositivo, tal como expusemos anteriormente, faz sentido que as revoluções sexuais da década de 1960 tenham sido feitas com base no alargamento das noções de normal-patológico, que parte da *scientia sexualis*, tenham se transformado na sexologia e produzido verdades “emancipatórias”. Faz sentido que os sujeitos tenham buscado no saber

especialista a fonte das conexões com seus próprios corpos – essas eram as fraquezas do próprio sistema.

O próprio Foucault nos coloca claramente essa condição, quando quis que as últimas linhas da *História da Sexualidade I* fossem:

E devemos pensar que um dia, talvez, numa outra economia dos corpos e dos prazeres, já não se compreenderá muito bem de que maneira os ardis da sexualidade e do poder que sustentam seu dispositivo conseguiram submeter-nos a essa austera monarquia do sexo, a ponto de votar-nos à tarefa infinita de forçar seu segredo e de extorquir a essa sombra as confissões mais verdadeiras. Ironia deste dispositivo: é preciso acreditarmos que nisso está nossa “liberação”. (FOUCAULT, 1988, p. 174).

Isso posto, podemos já adiantar que esse movimento de pequenas fissuras, reposicionamentos e de transmutações em seu contrário é o que concluímos ser a evolução de nossa relação com o sexo, dentro do paradigma da sexualidade. Mesmo no que se refere aos assexuais, não há uma ruptura com o dispositivo de sexualidade e suas modalidades de produção discursiva e subjetiva, porém, pequenas fissuras, arranhões superficiais em um organismo vivo que cicatriza e logo adquire imunidade a essas modalidades de fissura.

E a assexualidade?

Atualmente, a subjetivação pelo sexo se faz de um modo ligeiramente diferente daquele descrito por Foucault, quando nos chamou a todos de “vitorianos” (1988, p. 8). Se, naquela ocasião, Eros, nosso herói, se encontrava acorrentado a uma escura senzala, fadado a se alimentar somente da destemperada “[...] seriedade da função de reproduzir” (p. 9), e ser contemplado somente à meia luz do “quarto dos pais”, vivendo muito mais das lembranças imprecisas daquele tempo em que os “[...] códigos da grosseria, da obscenidade [e] da decência” eram bastante “frouxos” e daqueles idílicos momentos em que “[...] os corpos pavoneavam” (FOUCAULT, 1988, p. 9), onde estará ele hoje? Em todos os lugares, e em lugar nenhum.

Em uma de suas formas mais corriqueiras, Eros segura alto um archote em sua mão direita, enquanto na outra protege junto a seu corpo um livro, nada secreto, de receitas. Não usa roupas, talvez uma *lingerie*. Em sua microbolsa, Eros carrega

um batom, alguns preservativos, alguns comprimidos de Viagra, original ou genérico, um cartão de crédito e o contato de dois ou três de seus/suas amigo(a)s íntimo(a)s, embora raramente se encontre com estes. E está sempre correndo à frente, como na clássica pintura de Delacroix (1830).

Muito mais sofisticado do que repreender ou moralizar as possibilidades de uso do sexo, a sexualidade em nosso contexto atual as produz. É interessante notar que a aparente queda do elemento normatizador da sexualidade, a incorporação e a descriminalização das diferentes identidades, enfim, a grande luta pelo fim da própria ideia de normalidade permitiu a realização máxima dos objetivos primordiais do projeto de implantação do dispositivo de sexualidade, o controle generalizado e profundo de nossa relação com o mundo, através da sexualidade.

Em dado momento de sua exposição, Foucault vai apontar aquilo que talvez seja a consequência do dispositivo de sexualidade que mais tenha contribuído para o aparecimento da assexualidade: essa busca, no sexo, por aquilo que somos (assujeitamento) nos levou a encontrar respostas (subjetivação), não no “[...] sexo-natureza (elemento do sistema do ser vivo, objeto para uma abordagem biológica)” mas em um “sexo-história, [um] sexo-significação” (FOUCAULT, 1988, p. 88). Foucault explica:

Colocamo-nos, a nós mesmos, sob o signo do sexo, porém, de uma *Lógica do sexo*, mais do que de uma *Física*. Não devemos enganar-nos: sob a grande série das oposições binárias (corpo-alma, carne-espírito, instinto razão, pulsões-consciência) que pareciam referir o sexo a uma pura mecânica sem razão, o Ocidente conseguiu, não somente e nem tanto anexar o sexo a um campo de racionalidade, o que sem dúvida nada teria de extraordinário, tanto nos habituamos, desde os gregos a esse tipo de “conquista”; mas sobretudo colocar-nos, inteiros – nós, nosso corpo, nossa alma, nossa individualidade, nossa história – sob o signo de uma lógica da concupiscência e do desejo. (FOUCAULT, 1988, p. 88).

A ideia de existir uma *lógica do sexo*, ou um tal *sexo-significação*, é o que melhor exprime o sentido da palavra *sexualidade*. A sexualidade já é o sexo sem ato sexual, ou seja, uma representação discursiva. Quando se diz que sexualidade não é só sexo, firma-se exatamente o distanciamento desse conjunto de representações de sua própria, e talvez única, materialidade. Por enxergar na diversidade de práticas sexuais e de identidades possíveis um sentido, um propósito e uma razão de ser, o dispositivo de sexualidade nos conecta a uma espécie de saber que, como toda construção racional, se desconecta de seu objeto e se conecta a si mesmo, à

sua própria lógica, uma lógica do sexo, na qual a experiência corporal é mero efeito secundário ou terciário, e não ponto de partida.

Dessa forma, diferentemente daquela subjetivação pelo sexo que dependia totalmente da confissão das práticas, dos desejos, das filigranas das fantasias e de seus efeitos no corpo, a sexualidade hodierna dependerá prioritariamente da vontade de saber e de fazer. É por meio dessas vontades que as práticas os desejos e as fantasias são oferecidos e poderão ser interiorizados. O sujeito entra no jogo com seu corpo aberto à novas experiências, e a cultura lhe dará um leque de opções de *como*, *onde* e *com quem* gozar, sutilmente introduzindo um imperativo sob a pena, ou a vergonha, de não ser capaz gozar, de jogar o jogo. Assim, os sentidos pessoais que eram violentamente extorquidos e moralizados agora são violentamente oferecidos. A ideia de normalidade não foi superada, foi repaginada.

A cultura atual, em geral, funciona através da antecipação do desejo e da pretensão de prover todas as necessidades, antes mesmo que elas se tornem urgentes. No entanto, essa excelência em responder às “necessidades” não se faz por providências concretas, reais, mas através de imagens e signos estrategicamente tratados. Baudrillard (2005) chama essa cultura de *cultura do simulacro* e a caracteriza basicamente por uma invenção incessante de imagens e signos que tenham o poder de substituir seus referentes concretos, subjetivando o sujeito, não a partir da realidade, porém, de uma *simulação* da realidade. Ele explica que “[...] dissimular é fingir não ter o que se tem. Simular é fingir ter o que não se tem. O primeiro se remete a uma presença, o segundo a uma ausência.” (p. 12).¹³ Assim, uma das consequências principais no âmbito da subjetividade, assevera ele, é uma atividade *anti-imaginativa* e uma perda dos referenciais concretos, de sorte que “[...] não somos mais do que episodicamente condutores de sentidos.”¹⁴ (BAUDRILLARD, 2005, p. 118).

No sentido proposto pela psicanálise, o que se observa é que “o psicosssexual originário do inconsciente” que estaria na base da relação do sujeito com o mundo e na base da produção de sentidos, “[...] sucumbe a um sexual imposto pela cultura do consumo. [...] Adapta-se a uma sexualidade ‘como se’ a exemplo de outros objetos da moda que devem ser adotados” (LEVY, 2010, p. 13). Por isso, Menezes (2008)

¹³ “[...] disimular es fingir no tener lo que se tiene. Simular es fingir tener lo que no se tiene. Lo uno remite a una presencia, lo otro a una ausencia”

¹⁴ “[...] no somos más que episodicamente conductores de sentidos”

defende que o simulacro é a nova repressão e está em total consonância com a cultura atual: “De novo o sexual foi exorcizado, transmutado num simulacro para que possa funcionar bem o projeto social total” (p. 47).

Em nosso entender, o que acontece com a sexualidade atual não pode ser descrito meramente como uma repressão às avessas. Trata-se, em vez disso, de uma castração às possibilidades de produção de sentidos singulares ou minimamente pessoais, no que concerne aos usos do próprio sexo, uma verdadeira *dessubjetivação*. Há uma colonização completa da relação do sujeito com seu próprio corpo e com as possibilidades de uso deste. A sexualidade substitui a experiência primária de prazer por imagens e receitas do tipo “pronto para consumo”, ou *plug and play*, para usar uma metáfora cibernética, substituindo qualquer possibilidade de descoberta e de autopavimentação dos caminhos do prazer em cada corpo, empobrecendo ou até mesmo anulando a produção de fantasias.

Se retomarmos a ideia de subjetividade da tradição foucaultiana, compreendemos que a sexualidade, tal como se apresenta e se difunde atualmente, deixa muito pouco espaço para o processo de atribuição de sentido, para a necessária passagem da posição de assujeitado para a de sujeito da sexualidade. Parece-nos que esse é o caso dos assexuais: tendo os seus corpos e suas possibilidades de uso do sexo totalmente colonizados por um simulacro de sexo, eles não veem sentido no sexo, tampouco tomam a experiência corporal como suas. A ideia de sexualidade plástica nos dá a dimensão da interdependência entre atividades antes amalgamadas. Afetividade, reprodução, socialidades e identidade não dependem mais do sexo, embora mais do que nunca algumas delas dependam da sexualidade – e a assexualidade ilustra isso com excelência.

Uma identidade assexual só se sustenta no paradigma da sexualidade atual, inclusive e, principalmente, enquanto um grupo organizado. O que havia antes eram celibatários, ascetas, solteirões e solteironas, “encalhados” e “encalhadas”, disfuncionais e, até mais recentemente, feministas radicais; agora, temos assexuais.

De certo modo, podemos sustentar que o surgimento da tribo dos assexuais sempre foi possível, no contexto da sexualidade, porém, nossa inserção no dispositivo de sexualidade não nos deixou enxergar o quanto era plausível. Como escrevemos, uma das belezas do conceito de dispositivo é que ele é formado também por linhas de rupturas. Ora, se uma das principais características atuais do

dispositivo de sexualidade é justamente produzir e intensificar os usos do sexo, ou o uso do sexo em tudo, ruptura elementar é a recusa em praticá-lo.

Todavia, nem tudo é assujeitamento, quando se fala em assexualidade. Enquanto fazíamos e sistematizávamos nossas leituras das produções acadêmicas sobre o tema, compreendemos que a assexualidade, especialmente a identidade assexual, se organiza pela resistência a uma grande força do dispositivo de sexualidade, que nomeamos como *erotonormatividade*. Ao construir-se através da certeza do desejo sexual e de concentrar seu biopoder neste, o dispositivo de sexualidade produz uma resistência exatamente nesse ponto, que, no caso dos assexuais, toma forma de uma recusa pujante e a busca por uma diferenciação, a qual culmina na criação e no fortalecimento da assexualidade.

Não se pode negar que há algo de interessante nisso e, com isso, queremos significar que há uma busca por não se alienar totalmente, por não alienar seu próprio corpo a um biopoder tal que faz dele o que quer. Porém, esse biopoder não é superado, mas continua sendo o ponto de partida, continua sendo o modo de subjetivação adotado por esses sujeitos. Uma vez que as sexualidades são produções discursivas que medeiam a relação do sujeito com seu sexo, com seu corpo e, conseqüentemente, produzem uma gama de significados e imperativos, a resistência elementar é não compactuar com estes, não assujeitar-se a tais significados e imperativos. Entretanto, uma conscientização mais atenta notará que na base desses significados e imperativos está uma ordem que continua operando e mediando a relação dos sujeitos com seus corpos, que continua sendo a referência para os significados negativos em torno dos quais a assexualidade se constrói.

Por conseguinte, a assexualidade é o exato avesso da erotonormatividade e, da mesma forma, pretende ser um signo originário que dá inteligibilidade aos hormônios, anatomias, sensações e a toda uma representação de “natureza do sexo”.

É nesse ponto que entra a íntima relação entre a política da tribo dos assexuais e a atual *scientia sexualis*. O sociólogo Mauro Brigeiro dissertou sobre essa relação, em um artigo recente (2013). Os *sítios* que congregam os assexuais mantêm uma política ativa de colaboração com pesquisadores, na expectativa de obter legitimidade através da ciência, buscando, nas pesquisas biologistas, uma naturalização da falta de desejo e, nas pesquisas humanistas, uma legitimidade pela produção de inteligibilidade psicológica e política. A esse propósito, ressaltamos

ainda o texto de Hinderliter (2013), onde ele narra o trabalho primoroso que o movimento fez para, cientificamente, derrubar os argumentos que mantinham um tal *distúrbio de desejo sexual hipoativo*.

Além dessa discussão, que poderia se prolongar páginas adentro, também destacamos outra relação de continuidade entre a assexualidade e o dispositivo de sexualidade. Trata-se da centralidade identitária amparada no não-desejo. A identidade assexual constrói-se a partir da veemente recusa ao atual paradigma de subjetivação pela sexualidade. Porém, como demonstram alguns autores (SUNDRUD, 2011; HAEFNER, 2011; CHU, 2014; MACNEELA; MURPHY, 2015), não se trata de uma identidade puramente política, de uma causa que, entre outros marcadores, afere um dos nichos sociais que o sujeito ocupa; a assexualidade é a identidade de seus sujeitos, a assexualidade dá sentido para aquilo que eles são, para o que eles fazem, com quem socializam e quais são suas causas políticas. Em consequência, algumas autoras até problematizam o fato de a assexualidade ser apresentada como a essência de seus sujeitos (SCHERRER, 2008; MUNÁRRIZ, 2010; PRZYBYLO, 2011; GRESSGÅRD, 2013).

Ainda que nos esforcemos para enxergar a assexualidade como uma saída plausível, uma completa ruptura com o dispositivo de sexualidade, nós nos deparamos com a produção de um sujeito em completa harmonia com as prescrições do *biopoder*, tal como se apresenta, hoje, o culto a um corpo sagrado (AGAMBEN, 2010), por meio do total gerenciamento dos riscos que poderiam afetar esse corpo, sustentando, como afirma Pelbart (2008, p. 7), o ideal de uma existência “[...] asséptica, indolor, prolongada ao máximo. Onde até os prazeres são controlados e artificializados: café sem cafeína, cerveja sem álcool, sexo sem sexo [...]”.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recente fenômeno da assexualidade mostra-se como um nítido reflexo do modo de funcionamento da sociedade atual, guardando algumas das qualidades máximas produzidas pelas práticas cotidianas, no que se refere tanto às produções imaginárias dos usos da sexualidade quanto à dinâmica identitária e suas políticas de afirmação.

Sexualidade, subjetividade e produção de grupalidades e outras formas de relacionamento e de convivência caminharam bem juntas, sobretudo no período áureo da modernidade, a saber, desde seus primórdios, no limiar do século XVI, até as décadas crepusculares do século XX. O reconhecimento da importância da sexualidade e de sua abrangência na vida humana, para além da reprodução biológica da espécie, colocou-a como instrumento de práticas diversas e com sentidos e objetivos muito distintos e até opostos. Prestou-se a rigorosas práticas de disciplina e repressão, como no período vitoriano, ou como arma revolucionária, conforme foi celebrada pelos *hippies* da década de 1960.

Na era vitoriana e mesmo depois, em certos recantos culturais de índole conservadora, a sexualidade, ligada ao prazer orgástico, era vista como força demoníaca, a qual precisava ser fervorosamente combatida e punida. Já em maio de 1968, bradavam-se frases como esta: “quanto mais amor faço, mais vontade tenho de fazer a revolução; quanto mais revolução faço, mais vontade tenho de fazer amor”.

Contudo, forças contrárias à sua liberação ou a favor, que a tomam como objeto de práticas e fonte de argumentos que iam de questões econômicas, políticas e de organização social até questões relacionadas à saúde mental e à felicidade humana, não haveriam de esgotar todas as possibilidades de seus usos e racionalizações.

Surge, recentemente, um movimento ou agrupamento que propõe a abstinência sexual como forma de ser e de bem viver. Nem se trata, propriamente, de uma abstinência nos moldes como já era a antiga e bem conhecida, por exemplo, no caso de alguns religiosos. Entre clérigos católicos, há um juramento de abstenção sexual, que, por si, já reconhece a presença de tal desejo, porém, com a crença de que ele pode ser refreado deliberadamente.

No entanto, é necessário ponderar que a negação do sexo demonstra exatamente sua força e pujança, embora por sentimentos contrários. Esse mecanismo de negação reativa fica bastante claro nos casos em que um sentimento ou afeto intensifica o seu contrário, como no caso clássico do moralista que se apresenta como ferrenho vigilante e guardião da boa conduta, para encobrir sua devassidão. Já apontava Freud (1915/1974) que uma das vicissitudes da pulsão é poder reverter conteúdos e finalidades, produzindo uma dialética da unificação dos contrários, nesse caso, sexualidade sem sexo.

Nesse mesmo texto, Freud enfatiza que o oposto mais radical do amor não é o ódio, como se poderia pensar, mas a indiferença. Afinal, amar ou odiar são sentimentos extremamente relacionais, ou seja, que impulsionam o sujeito na direção do objeto, na direção do outro. A indiferença, por sua vez, nega a ambos, destrói a relação ou a torna insípida, sem coloridos emocionais e afetivos. Nesse sentido, a assexualidade e não outro afeto, por exemplo, a agressividade, é a negação mais radical da sexualidade e, por oposição dialética, uma inalienável parceira como polo contrário de sua sustentação. Ao negarem a sexualidade, os assexuais são tão ou mais subordinados a ela do que aqueles que a assumem em suas vidas.

Salta aos olhos que o elo entre os assexuais seja uma recusa, uma negativa, um não fazer, uma atitude de comedimento com respeito ao outro. A proximidade deve acontecer, porém, não ao ponto de produzir um envolvimento sexual, o qual é considerado pernicioso. A possibilidade de ocorrerem ligações duradouras, compromissos e eventuais responsabilidades para com o outro parece despertar temores e representar pesados encargos, os quais fornecem as condições psicológicas para o fortalecimento da tendência atual de fragilização dos laços sociais e afetivos.

No entanto, a vida *light* ou fria pode até ser mais longa e livre de conflitos, porém, seguramente é dessubjetivante. Se a sexualidade, sob certas condições históricas, pode aprisionar, em outras condições, pode ser liberadora, criativa, portanto, em vez de proscrevê-la como um mal maior ou como uma rebeldia quixotesca, seria possível produzi-la como potência de vida. Dessa forma, a exata oposição à hipersexualidade, ao simulacro do sexo, seria a sexualidade concreta, trilhada pelos descaminhos inventivos da libido que os corpos podem produzir, a cada encontro.

A construção de uma identidade que se ampara na negativa e na diferenciação radical e inquestionada do paradigma hegemônico de uso intensificado do sexo, tal como se mostra a assexualidade, pode até guardar algum potencial de perigo e problematização para os imperativos que ora se impõem, mas certamente esse potencial é muito mais uma criação e exploração dos discursos especialistas, por vezes críticos e muito bem municiados, do que de fato uma demanda expressa da tribo dos assexuais. Em vez disso, essa população preocupa-se muito mais em conquistar sua visibilidade através de aparições nos mais diversos meios de comunicação, ao mesmo tempo em que usa o *status* de verdadeiro das produções acadêmicas para legitimar e aprimorar seu modo de subjetivação, conectando-o a causas biológicas e universais, associando-o a determinantes psicofisiológicos inatos, argumentações darwinistas inversas ou nobres e necessárias causas políticas.

Nesse sentido, é evidente que, passados mais de dois séculos de *scientia sexualis*, muito pouco se avançou. A dimensão ética de respeito e não exposição dos sujeitos de pesquisa tem sido plataforma para cientificização das concepções mesmas dos próprios pesquisados, apresentando-se verdadeiras pesquisas de mercado que reproduzem e reforçam as representações dos consumidores, a fim de promover, não problematizações, aprofundamentos ou cotejamento com determinada fortuna teórica ou retórica, mas simples concordâncias especializadas e tecnicamente arrojadas. Talvez não fosse exagero afirmar que essa ciência também sofre do mesmo processo de dessubjetivação e enfraquecimento da produção e circulação de signos.

E quanto ao sexo? Ora, este já foi muito maltratado e até mesmo destruído, ao longo de nossa história, especialmente de nossa história recente, contudo, dificilmente se teria prevista tamanha indiferença a ele. Indiferença aparente, no entanto, já que continua sendo um marcador identitário e organizador das relações sociais mais diversas e o ponto central através do qual esses sujeitos buscam se localizar e se posicionar no mundo, de modo que o sexo continua sendo a origem do mundo, tal como insinua a pintura de Courbet (1866): a única novidade é negar que ele seja também sua finalidade. Esse é, sem dúvida, o grande estranhamento que a assexualidade causa em todos.

Muito anterior a debates políticos e visões sociológicas do desenvolvimento dos meios de produção da vida e seus desdobramentos, na formação do sujeito,

seria a concepção de que há a vontade de fazer. Entretanto, até mesmo a vontade de fazer agora se vê atacada. Só mesmo o tempo é que poderá mostrar os rumos da assexualidade e o que dela se fez. Por agora, as afirmações negativas ou as negações afirmativas são sombras, só existem como contrário, avesso ou antagônico, tendo origem, dependência e fim exatamente naquilo de que busca se distanciar.

É proibido proibir, mas imprescindível afirmar.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

AICKEN, C. R. H.; MERCER, C. H.; CASSELL, J. A. Who reports absence of sexual attraction in Britain? Evidence from national probability surveys. **Psychology & Sexuality**, v. 4, n. 2, p. 121-135, 2013.

ARAÚJO, I. L. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: UFPR, 2001.

AVEN. **The Assexual Visibility and Education Network**. Disponível em: <<http://www.asexuality.org/home>>. Acesso em: 20 maio 2014.

A2. **Comunidade assexual A2**. Disponível em: <<http://asexualidade.org/>>. Acesso em: 20 maio 2014.

BAROUNIS, C. Compulsory Sexuality and Asexual/Crip Resistance in John Cameron Mitchell's Shortbus. In: CERANKOWSKI, K. J.; MILKS, M. (Org.). **Asexualities: Feminist and Queer Perspectives**. New York: Routledge, 2014. p. 174-197.

BAUDRILLARD, J. **Esquecer Foucault**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

_____. **Simulacros e Simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

_____. **Cultura y simulacro**. Barcelona: Editorial Kayros, 2005.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

BECK, U. **Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.

BERKEY, B.R.; PERELMAN-HALL, T.; KURDEK, L. A. The multidimensional scale of sexuality. **Journal of Homosexuality**, v. 19, n. 4, p. 67-87, 1990.

BEZERRA, P. V.; JUSTO, J. S. O fenômeno da assexualidade e as estratégias de controle social na atualidade. In: Seminário Internacional Cultura, Arte e Comunidades, 2013, Irati. **Anais do Seminário Internacional Cultura, Arte e Comunidades**. Irati: Unicentro, 2013.

BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade**: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BISHOP, C. J. A Mystery wrapped in an enigma – asexuality: a virtual discussion. **Psychology & Sexuality**, v. 4, n. 2, p. 195-206, 2013.

BOGAERT, A. F. Asexuality: Prevalence and Associated Factors in a National Probability Sample. **The Journal of Sex Research**, v. 41, n. 3, p. 279-287, Aug./2004.

_____. Toward a Conceptual Understanding of Asexuality. **Review of General Psychology**, v. 10, n. 3, p. 241- 250, Agu./2006.

_____. Asexuality and Autochorissexualism (Identity-Less Sexuality). **Archives of Sexual Behavior**, v. 41, p. 1513-1514, 2012a.

_____. **Understanding Asexuality**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2012b.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BRIGEIRO, M. A Emergência da Assexualidade: Notas sobre Política Sexual, Ethos Científico e o Desinteresse pelo Sexo. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n.14, ago./2013. Dossier n. 2, p 253-283.

BROTTO, L.; YULE, M. A. Reply to Hinderliter (2009). **Archives of Sexual Behavior**, n. 38, p. 622-623, 2009.

_____.; KNUDSON, G.; INSKIP, J.; RHODES, K.; ERSKINE, I. Asexuality: A Mixed-Methods Approach. **Archives of Sexual Behavior**, n. 39, p. 599–618, 2010.

_____.; YULE, M. A. Physical and Subjective Sexual Arousal in Self-Identified Asexual Women. **Archives of Sexual Behavior**, n. 40, p. 699-712, 2011.

BROTTO, A. L.; YULE, A. M.; GORZALKA, B. B. Mental Health an interpersonal functioning in self-identified asexual men and women. **Psychology & Sexuality**, v. 4, n. 2, p. 136-151, 2013.

_____.; _____.; _____. Biological Markers of Asexuality: Handedness, Birth Order, and Finger Length Ratios in self-identified Asexual Men and Women. **Archives of Sexual Behavior**, v. 43, p. 299-310, 2014.

CALIMAN, L. V.; TAVARES, G. M. O biopoder e a gestão dos riscos na sociedade contemporânea. **Psicol., Ciênc. Prof. (Impr)**, Brasília, v. 33, n. 4, p. 934-945, 2013.

CARRIGAN, M. There's more to life than sex? Difference and Commonality within the asexual community. **Sexualities**, v. 14, n. 4, p. 462-478, 2011.

_____.; GUPTA, C.; MORRISON; G. T. Asexuality special theme issue editorial. **Psychology & Sexuality**, v. 4, n. 2, p. 111-120, 2013.

CASTEL, R. **A Gestão dos Riscos**: da anti-psiquiatria à pós psicanálise. Rio de Janeiro: F. Alves, 1987.

CERANKOWSKI, K. J.; MILKS, M. New Orientations: Asexuality and Its Implications for Theory and Practice. **Feminist Studies**, v. 36, n. 3, p. 650-664, 2010.

CERANKOWSKI, K. J.; MILKS, M. (Org.). **Asexualities**: Feminist and Queer Perspectives. New York: Routledge, New York: Routledge, 2014.

CERANKOWSKI, K. J. Spetacular Asexuals: Media Visibility and Cultural Fetish. In: _____.; MILKS, M. (Org.). **Asexualities**: Feminist and Queer Perspectives. New York: Routledge, New York: Routledge, 2014. p. 139-161.

CHASIN, C. J. D. Reconsidering Asexuality and Its Radical Potential. **Feminist Studies**, v. 39, n. 2, p. 405-426, 2013.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual**: essa nossa (des)conhecida. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

CHU, E. Radical identity politics: Asexuality and Contemporary Articulations of Identity. In: CERANKOWSKI, K. J.; MILKS, M. (Org.). **Asexualities**: Feminist and Queer Perspectives. New York: Routledge, 2014. p. 79-99.

CORRÊA, C. H. W. Uma Abordagem Teórica sobre a Formação de Tribos Virtuais: do banal ao intelectual. In: Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura - V ENLEPICC, 2005, Salvador. **Anais do V Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura**. Salvador: 2005. p. 1-12.

COURBET, G. **A origem do mundo**. 1866. Óleo sobre tela, 46cmx55cm. Coleção Museu de Orsay.

DEBORD, G. **Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELACROIX, E. **A liberdade guiando o povo**. 1830. Óleo sobre tela, 260cmx325cm. Coleção do Museu do Louvre.

DELEUZE, G. **O que é um dispositivo**. Tradução de Ruy de Souza Dias e Hélio Rebello. Texto cedido pelos tradutores, 2001.

DEROGATIS, L.; MELISARATOS, N. The Brief Symptom Inventory: an introductory report. **Psychological Medicine**, n.13, p. 595-605, 1983.

DIAMOND, L. M. What Does Sexual Orientation Orient? A Behavioral Model Distinguishing Romantic Love and Sexual Desire. **Psychological Review**, v. 110, n. 1, p. 173-192, 2003.

FAHS, B. Radical refusals: On the anarchist politics of women choosing asexuality. **Sexualities**, v. 13, n. 4, p. 445-461, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. Sobre a história da sexualidade. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. Sujeito e Poder. In: RABNOW, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. (1978). Sexualidade e Política. In: MOTTA, M. B. (Org.). **Michel Foucault: Ética, Sexualidade, Política.** Coleção Ditos e Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FREUD, S. (1915). **Os instintos e suas vicissitudes.** In: S. Freud *ESB*, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

GIDDENS, A. **As transformações da intimidade.** São Paulo: UNESP, 1993.

GOCHROS, H. L.; GOCHROS, J. S. (Org.). **The Sexually Oppressed.** New York: Associated Press, 1977.

GORZ, A. **O Imaterial.** São Paulo: Annablum, 2005.

GREEN, R. Birth Order and Ratio of Brothers to Sisters in Transexuals. **Psychological Medicine**, n. 30, p. 789-795, 2000.

GRESSGÅRD, R. Asexuality: from pathology to identity and beyond. **Psychology & Sexuality**, v. 4, n. 2, p. 179-192, 2013.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo.** Petrópolis: Vozes, 1996.

HAEFNER, C. **Asexual scripts: a grounded theory inquiry into the intrapsychic scripts asexuals use to negotiate romantic relationships.** 2011. 186 f. Tese (Doutorado em Psicologia Transpessoal). Institute of Transpersonal Psychology, Palo Alto, California, 2011.

HINDERLITER, A. C. Methodological Issues for Studying Asexuality. **Archives of Sexual Behavior**, n. 38, p. 619-621, 2009.

_____. How is asexuality different from hypoactive sexual desire disorder?. **Psychology & Sexuality**, v. 4, n. 2, p. 167-178, 2013.

HÖGLUND, J.; JERN, P.; SANDNABBA, N. K.; SARTILLA, P. Finnish Women and Men Who Self-Report No Sexual Attraction in the Past 12 Months: Prevalence, Relationship Status, and Sexual Behavior History. **Archives of Sexual Behavior**, n. 43, p. 879-889, 2014.

JOHNSON, M. T. Asexual and Autoerotic Women: Two invisible groups. In: GOCHROS, H. L.; GOCHROS, J. S. (Org.). **The Sexually Oppressed**. New York: Associated Press, 1977.

KAHN, K. "There's no such thing as a sexual relationship": Asexuality's Sinthomatics. In: CERANKOWSKI, K. J.; MILKS, M. (Org.). **Asexualities: Feminist and Queer Perspectives**. New York: Routledge, New York: Routledge, 2014. p. 55-76.

KINSEY, A. C.; POMEROY, W. B.; MARTIN, C. E. **Sexual Behavior in the Human Male**. Philadelphia/Londres: W.B. Saunders Company, 1948.

_____; _____.; _____.; GEBHARD, P. H. **Sexual Behavior in the Human Female**. Philadelphia/Londres: W.B. Saunders Company, 1953.

KÜSTERS, A. **Conceptualizing Asexuality**. 2006. 26 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - University of Amsterdam, 2006. Disponível em: <<http://dare.uva.nl/document/47425>>. Acesso em: 26 maio 2014.

LEMOS, D. da S. C. M. de. **Assexualidade**: factores de vulnerabilidade psicológica. 2011. 35 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Forense). Departamento de Educação da Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal, 2011.

LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

LEVY, R. Desejo e Prazer: a construção do sujeito pós-moderno elogio ao pudor – em defesa de certo mistério. **Controvérsias na Psicanálise de Crianças e Adolescentes**, n. 6, p.1-13, ano 2010. Disponível em: <<http://www.controversiasonline.org.ar/images/stories/PDF/n7-portu-Ruggero.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2014.

LÉVI-STRAUSS, C. (1949). **As Estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MACINNIS, C.; HODSON, G. Intergroup bias toward "Group X": evidence of prejudice, dehumanization, avoidance, and discrimination against asexuals. **Group Processes & Intergroup Relations**, v. 15 n. 6, p. 725-743, 2012.

MACNEELA, P.; MURPHY, A. Freedom, Invisibility, and Community: A Qualitative Study of Self-Identification with Asexuality. **Archives of Sexual Behavior**, n. 44, p. 799-812, 2015.

MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1998.

MANSANO, S. R. V. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da Unesp**, Assis, v. 8, n. 2, p. 110-117, 2009.

MASTERS, W. H.; JOHNSON, V. E.; KOLODNY, R. C. **Masters and Johnson on Sex and Human Loving**. Boston: Little, Brown and Company, 1986.

MELVILLE, H. (1853). **Bartleby, o Escrivão: uma história de Wall Street**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

MENEZES, L. C. Sexualidade e pós-modernidade. **Ide (São Paulo)**, São Paulo, v. 31, n. 47, dez./2008, p. 44-47. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062008000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 jan. 2015.

MISKOLCI, R. A corte da sexualidade: a emergência do dispositivo de sexualidade no Brasil. In: 26º Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Brasília. **Anais da 26º Reunião Brasileira de Antropologia**. Brasília: ABA, 2008. v. 1. p. 1-20. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2028/richard%20miskolci.pdf>. Acesso em 10 jan. 2015.

MUNÁRRIZ, L. A. La identidade 'asexual'. **Gazeta de Antropologia**, v. 26 n. 2, p. 1-18, 2010.

NEGRI, A.; HARDT, M. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

NURIUS, P. Mental health implications of sexual orientation. **The Journal of Sex Research**, v. 19, n. 2, p. 119-136, 1983.

OLIVEIRA, E. R. B. de. Saindo do armário: a assexualidade na perspectiva da *AVEN* – Asexual Visibility and Education Network. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10**. Florianópolis, 2013. p. 1-10.

OLIVEIRA, E. R. B. de. “**Minha vida de ameba**”: os scripts sexo-normativos e a construção social das assexualidades na internet e na escola. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2015.

PELBART, P. P. **Vida e morte em contexto de dominação biopolítica**. Conferência proferida no dia 3 de outubro de 2008 no Ciclo "O Fundamentalismo Contemporâneo em Questão", organizado pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP. Disponível em: <www.iea.usp.br/publicacoes/textos>. Acesso em: 18 set. 2014.

PINTO, S. A. ASEXUally: On Being an Ally to the Asexual Community. **Journal of LGBT Issues in Counseling**, v. 8, n. 4, p. 331-334, 2014.

PORTILLO, W.; PAREDES, R. Asexualidad. **Revista Digital Universitária**, v. 12, n. 3, marzo 2011, p. 1-8.

POSTON, D. L. J.; BAUMBLE, A. K.; Patterns of Asexuality in the United States. **Demographic Research**, v. 23, n. 18, p. 509-530, 2010.

PRAUSE, N.; GRAHAN, C. A. Asexuality: Classification and Characterization. **Archives of Sexual Behavior**, n. 36, p. 341-356, 2007.

PRZYBYLO, E. Crisis and safety: The Asexual in Sexusociety. **Sexualities**, v. 14, n. 4, p. 446-461, 2011.

_____. Producing facts: Empirical asexuality and the scientific study of sex. **Feminism & Psychology**, v. 23, n. 2, p. 224-242, 2012.

_____. Afterword: Some thoughts on asexuality as an interdisciplinary method. **Psychology & Sexuality**, v. 4, n. 2, p. 193-194, 2013.

_____. Masculine Doubt and Sexual Wonder: Asexually-Identified Men talk about their (a)sexualities. In: CERANKOWSKI, K. J.; MILKS, M. (Org.). **Asexualities: Feminist and Queer Perspectives**. New York: Routledge, 2014. p. 225-248.

ROTHBLUM, D. E.; BREHONY, A. K. **Boston Marriages: Romantic but Asexual Relationships Among Contemporary Lesbians**. Amherst: University of Massachusetts Press, 1993.

SCHERRER, K. S. Coming to an Asexual Identity: Negotiating Identity, Negotiating Desire. **Sexualities**, v.11, n. 5, p. 621-641, 2008.

_____. What asexuality Contributes to the Same-Sex Marriage Discussion. **Journal of Gay and Lesbian Social Services**, v. 1, n. 22, p. 56-73, 2010.

SENA, T. **Os relatórios Kinsey, Masters & Johnson, Hite: as sexualidades estatísticas em uma perspectiva das ciências humanas**. 2007. 311 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SHORTBUS. Direção de John Cameron Mitchell. New York: FortissimoFilms, 2006.

SOLDZ, S.; BUDMAN, S.; DEMBY, A.; MERRY, J. A short form of the Inventory of Interpersonal Problems Circumplex Scale. **Assessment**, n. 2, p. 53-63, 1995.

STORMS, M. D. Theories of Sexual Orientation. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 38, n. 5, p. 783-792, 1980.

SUNDRUD, J. I. **Performing Asexuality Through Narratives Of Sexual Identity**. 2011. 118 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Comunicação) - Faculdade do Departamento de Estudos da Comunicação da Universidade Estadual de San José, California, Estados Unidos da América, 2011.

TERRY, G. 'I'm putting a lid on that desire': Celibacy, choice and control. **Sexualities**, n. 15, p. 871, 2012.

TUOMINEN, P. **Brand Tribalism – A Netnographic Exploration of Virtual Communities**. UH-Business School Working Paper, 2011. Disponível em: <<http://uhra.herts.ac.uk/handle/2299/7611>>. Acesso em: 30 set. 2014.

VIRILIO, P. **O espaço crítico e as perspectivas do tempo real**. Tradução de Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: 34, 1993.

WATANABE, M. 1978: Sexualidade e Política. In: MOTTA, M. B. (Org.). **Michel Foucault: Ética, Sexualidade, Política**. Coleção Ditos e Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

WEINMAN, O. A. Dispositivo: um solo para a subjetivação. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 16-22, 2006.

YULE, M. A. **Furthering our Understanding of Asexuality**: an Investigation into Biological Markers of Asexuality, and the Development of the Asexuality Identification Scale. 2011. 101 F. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de British Columbia, Vancouver, Canadá, 2011.

_____.; BROTT, A. L.; GORZALKA, B.B. Sexual fantasy and masturbation among asexual individuals. **The Canadian Journal of Human Sexuality**, v. 23, n. 2, p. 89-95, 2014.

APÊNDICE: CONTROVÉRSIAS E COMPLEMENTAÇÕES DE RESULTADOS DE PESQUISAS A PARTIR DE DIFERENTES APORTES METODOLÓGICOS

Pesquisas estatísticas e demográficas

O tema da assexualidade na academia foi inaugurado pelas mãos de Anthony Bogaert (2004), professor da Brock University no Canadá. Considerando as investidas midiáticas dos assexuais, este autor partiu em busca de evidências científicas da assexualidade. Assim, ele reanalisou os dados de uma pesquisa demográfica de 1994, na qual as práticas sexuais de mais de 18 mil britânicos de idades entre 16 a 59 anos foram pesquisadas. Ele isolou a questão acerca do nível de atração sexual e computou aquela em que os participantes marcaram “eu nunca senti atração sexual por ninguém¹⁵”, como uma das seis opções de resposta. A partir de outros dados do mesmo questionário, traçou os fatores associados à assexualidade, incluído o comportamento sexual com parceiros e uma variedade de dados demográficos como: idade, gênero, classe social, nível educacional, e raça/etnia, com aspectos físicos como altura, peso e idade da menarca e, também, com os dados sobre saúde e religiosidade desses participantes.

O resultado de sua análise estatística demonstrou que 195 participantes (1.05%) se declararam assexuais. Esse resultado é bastante polêmico e foi questionado por Prause e Graham (2007) e Hinderliter (2009), uma vez que a assexualidade é forçadamente presumida a partir de uma única resposta.

Apesar de não se pautar pelo comportamento sexual puramente, Bogaert (2004) demonstra estatisticamente que os sujeitos por ele identificados como assexuais tiveram muito menos experiências sexuais do que o resto dos pesquisados, tomados como não-assexuais. A partir desses dados, Bogaert (2004) define a assexualidade como a falta de uma orientação sexual, e procura diferenciar uma assexualidade momentânea de uma assexualidade que acompanha o indivíduo a vida toda.

Em 2007, duas pesquisadoras, Nicole Prause e Cynthia Graham, do *Instituto Kinsey de Pesquisa em Sexo, Gênero e Reprodução*, apresentam um estudo com o

¹⁵“I never felt sexually attracted to anyone at all”.

objetivo de melhor caracterizar aqueles que se auto identificam como assexuais e levantar hipóteses para pesquisas futuras. A partir de uma entrevista com 4 pessoas que se auto identificaram assexuais, elas delinearam um questionário sobre a orientação sexual, experiência sexual, nível de excitação e nível de desejo sexual, que foi respondido por 1.146 assexuais.

Estas pesquisadoras (PRAUSE; GRAHAM, 2007) começam apontando a falta de pesquisas nessa área e as falhas na pesquisa de Bogaert (2004) indicando que este último negligencia o aspecto central da questão que é a identidade assexual, além do que, Bogaert (2004) não investiga atividades sexuais solitárias como a masturbação, que poderia indicar muito sobre os pesquisados.

Na primeira parte do estudo, as 4 participantes foram submetidas a uma entrevista semiestruturada acerca da desenvoltura sexual, entendimento e definição de assexualidade e outros assuntos hipotetizados como importantes, e completaram duas escalas padrão: O Inventário de Desejo Sexual (*Sexual Desire Inventory*), e as Escalas de Inibição e Excitação Sexual (*Sexual Inhibition and Sexual Excitation Scales*).

Na entrevista semiestruturada, uma das quatro participantes havia tido muito pouca experiência sexual e relatou nunca ter fantasias sexuais. Já as outras três tiveram vários tipos de comportamento sexual, todavia a descrição que deram sugere que não foram experiências prazerosas. Curiosamente, duas participantes que relataram masturbação disseram que essa não é uma conduta sexual (PRAUSE; GRAHAM, 2007, p. 344). Para as 4 participantes a assexualidade é definida pela falta de interesse ou desejo sexual, e não por falta de experiências e comportamentos sexuais. Duas motivações básicas para entrar em um comportamento sexual foram colocadas: curiosidade e o fato de estarem em um relacionamento e precisar corresponder à expectativa do parceiro. Apenas uma das participantes levantou algum tipo de desconforto em relação à assexualidade e sua possível anormalidade (PRAUSE; GRAHAM, 2007, p. 345).

Deste estudo concluiu-se que apesar de experimentarem baixo nível de desejo, estas participantes assexuais têm alguma experiência sexual, podendo inclusive praticar sexo consensual, contudo não desejado.

No estudo subsequente, complementar e ampliado, os participantes, a maioria estudantes de psicologia de uma grande universidade, não foram avisados que se tratava de uma pesquisa acerca da assexualidade, mas sim, somente sobre

a sexualidade. No total identificaram 41 assexuais. Destes, quase a metade utilizou o termo assexual para responder à questão aberta, o que sugere que nem todos aqueles que utilizam esse termo o fazem no sentido de uma orientação sexual.

Esse grupo reportou um nível mais baixo de desejo sexual, tanto com outras pessoas quanto sozinhos e um nível mais baixo de excitação do que os outros respondentes. Prause e Graham (2007), concluíram que os assexuais seriam melhor caracterizados por apresentarem baixo ou nenhum desejo sexual ao invés de caracterizá-los como tendo baixo nível de atividade sexual ou alto nível de inibição sexual, uma vez que não encontraram significativa diferença entre os níveis de atividade de assexuais e sexuais.

Esta pesquisa (PRAUSE; GRAHAM, 2007) também abriu espaço para que as pesquisadas elencassem as possíveis *vantagens* de ser assexual, e os benefícios mais mencionados foram: evitar os problemas comuns de relações íntimas, diminuir o risco de doenças e gravidez não desejada e ter mais tempo livre. Esse tipo de relação com as práticas sexuais, uma relação vantajosa ao eliminar os riscos e os problemas decorrentes dos usos do sexo será por nós debatido ao longo do desta tese. Nossas hipóteses são as de que é esse tipo de vantagem pessoal com relação aos usos do sexo, juntamente com outros fatores sociais e históricos, que sustentam a assexualidade como uma opção viável.

Em 2010, Poston e Baumble propuseram-se a expandir e continuar o estudo de Bogaert (2004). Estas pesquisadoras usaram os dados da *National Survey of Family Growth* (NSFG) de 2002 (pesquisa nacional do crescimento familiar), um estudo de representatividade nacional dos Estados Unidos que acessou cerca de 12.000 indivíduos entre 15 a 44 anos de idade. Elas partem de um entendimento da sexualidade do ponto de vista do construcionismo social e assumem uma dimensão múltipla da assexualidade, baseando suas análises em três vertentes: 1) o comportamento; 2) o desejo; e a 3) auto identificação. Suas análises mostraram que tanto a prevalência quanto as implicações da assexualidade variam de acordo com a dimensão explorada.

Em tal pesquisa (POSTON; BAUMBLE, 2010) foram usadas duas perguntas realizadas pelo NSFG-2002 para caracterizar a dimensão comportamental da assexualidade, sendo tomados como assexuais, do ponto de vista do comportamento, aqueles que nunca tiveram contato sexual nem com homens e nem com mulheres. Não podemos deixar de apontar que essa questão repete a mesma

ilusão que se pode ter dos resultados obtidos por Kinsey e seus colaboradores (1948; 1953): uma vez que as adolescentes de 15 ou 16 anos que ainda não iniciaram sua vida sexual foram considerados assexuais, a medida é, portanto, superinclusiva.

Com relação à auto identificação, foi utilizada a pergunta do NSFG-2002 que indaga se o sujeito se considera heterossexual, homossexual, bissexual ou *outros*. Nesse caso, foi considerado assexual aqueles que responderam *outros*. Ressaltamos que essa escolha é uma categorização, no mínimo, forçada já que o referido senso não tem qualquer espaço para caracterizar *outros*, ficando a cargo da inferência dos pesquisadores tomar todos os *outros* como assexuais, claramente uma inferência interessada. No que se refere ao desejo, foi levada em consideração a questão que pergunta se o sujeito se sente: *Somente atraído ao sexo oposto; Mais atraído ao sexo oposto; Igualmente atraído ao sexo oposto e ao mesmo sexo; Mais atraído ao mesmo sexo; Somente atraído ao mesmo sexo; Não tem certeza*. Para esta dimensão, foi considerada que um sujeito que não sente desejo sexual escolheria o *Não tem certeza*, novamente revelando uma inferência interessada.

Os resultados apontam que 0,6% da população masculina e 0,9% da população feminina dos Estados Unidos preencherem os três requisitos por eles colocados para identificar os assexuais. As próprias autoras chegam à necessária e honesta conclusão de que o resultado é bastante relativo, que provavelmente os assexuais estão dentre essa porcentagem, entretanto não obtiveram meios para separá-los de outras minorias, e apontam que para estudos futuros, para se fazer uma demografia mais precisa, seria necessário incluir as opções *assexuais* nas perguntas.

Apesar de tratar-se de uma pesquisa bastante falha, esse estudo começa a complexificar o entendimento da assexualidade, não só ao introduzir outras dimensões, como o desejo e a auto identificação, mas também pelo fato de atribuir um peso igual a elas.

Em 2011, foi defendida a dissertação de mestrado de Diana da Silva Couto Manero de Lemos, na Universidade de Aveiro, Portugal. Nesse trabalho, a autora investiga as correlações entre a assexualidade e alguns traços de personalidade, a religiosidade e psicopatologias. Um total 170 mulheres, 85 assexuais e 85 não-assexuais responderam a um amplo questionário online constituído por: Questionário das Crenças Sexuais Disfuncionais (SDBQ – *Sexual Dysfunctional*

Beliefs Questionnaire); Breve Inventário de Sintomas (BSI- *Brief Symptom Inventory*); NEO FFI (*Five Factor Inventory da NEO*); além de um questionário introdutório. As pessoas assexuais foram recrutadas no sítio da AVEN e as não assexuais por meio de anúncios na Internet. Além do resultado individual de cada teste, os dados foram submetidos a uma série de análises estatísticas.

Os resultados apontam que as pessoas assexuais deste estudo apresentam uma frequência significativamente menor de práticas sexuais como um todo. No que concerne à religiosidade, o grupo das pessoas assexuais demonstrou maior crença e prática religiosa do que o grupo controle (LEMOS, 2011, p. 22).

No que diz respeito à depressão, os resultados mostram que os assexuais estão fora da faixa clínica para esta doença, assim como para tantas outras testadas (somatização, hostilidade, ansiedade, ansiedade fóbica, psicoticismo, ideação paranoide, obsessão-compulsão e sensibilidade interpessoal), indicando que as mulheres assexuais não estão mais propensas a sofrer qualquer condição psicopatológica relativamente a população em geral (LEMOS, 2011, p. 23).

Quanto aos aspectos de personalidade medidos, o estudo revela que:

O grupo de mulheres assexuais, apresentou níveis significativamente mais elevados na dimensão do neuroticismo, sugerindo uma maior tendência para experienciar afectos negativos como a tristeza, medo, embaraço, raiva, culpabilidade e repulsa. Ao nível da extroversão os resultados indicaram que as mulheres assexuais apresentaram níveis significativamente mais baixos, sugerindo que possuem uma menor quantidade de interações sociais e maior necessidade de estimulação e menor capacidade para exprimir alegria. Por último, ao nível da conscienciosidade, o grupo de assexuais apresentou valores significativamente mais baixos comparativamente ao grupo de controlo, sugerindo um menor grau de organização, persistência e motivação no comportamento orientado para um objetivo. (LEMOS, 2011, p. 23).

Um dado interessante encontrado é que as assexuais estão mais propensas ao que a autora chama de *Conservadorismo Sexual*, com maior tendência a encarar o coito como o aspecto central da sexualidade, uma maior tendência para achar que o sexo é uma atividade masculina, bem como uma maior tendência a achar que a aparência é o ponto central da sexualidade feminina (LEMOS, 2011).

A dissertação de Lemos (2011) é mais uma pesquisa que amplia o horizonte de conhecimentos acerca dos assexuais. Apesar de concentrar boa parte dos esforços na tarefa de testar a normalidade dos assexuais, os resultados corroboram

para o entendimento mais subjetivo desses indivíduos, revelando importantes concepções tanto acerca da sexualidade quanto outros aspectos subjetivos.

Em 2012, Cara MacInnis e Gordon Hodson, também da Universidade de Brock no Canadá, a mesma de Bogaert, publicaram uma pesquisa onde investigam a possível discriminação dos assexuais. A pesquisa baseou-se em dois estudos, um com alunos da universidade e outro como pessoas da comunidade externa. No primeiro estudo, 148 universitários responderam um questionário, e os resultados apontaram que:

No geral, nós encontramos evidências claras de um forte preconceito contra uma minoria sexual anteriormente não identificada: discriminação antiasssexual. [...] De acordo com a teoria da identidade social, quanto mais forte a identificação heterossexual maior é a associação com a discriminação assexual. [...] Em geral, a visão da assexualidade como negativa é marcada por um viés ideológico claramente da natureza intergrupar, e não uma simples indiferença em relação a um outro não-normativo. [...] Discriminação antiasssexual é um tipo de preconceito contra minorias sexuais distinta relacionada e enraizada na oposição ideológica às sexualidades desviantes (e não apenas direcionadas aqueles que adotam estilos de vida independente ou solteiro). [...] De modo geral, a desumanização assexual foi maior do que a caracterização de outras minorias sexuais, apresentando-se como um preconceito tão grave e extremo quanto¹⁶. (MACINNIS; HODSON, 2012, p. 734).

O segundo estudo foi a exata replicação do primeiro, porém com um público diferente do universitário. Um total de 101 participantes preencheram o mesmo questionário em sua versão *online*. Os resultados encontrados foram muito parecidos com os do primeiro estudo, a única diferença marcante foi quanto ao posicionamento mais positivo da comunidade externa à universidade, revelando que os universitários são tendenciosamente mais negativos quando se trata de expressões de sexualidade que não a heteronormativa. Conforme pode-se ler no excerto apresentado:

Ao empregarmos uma amostra *online* da comunidade, os resultados do estudo 2 confirmam fortemente aqueles da amostra universitária examinados no estudo 1. [...] Além disso, nós demonstramos que a

¹⁶ “Overall, we find clear evidence of a previously unidentified and strong sexual minority prejudice: antiasssexual bias. [...] In keeping with social identity theory, stronger heterosexual identification was also associated with greater asexual prejudice. [...] Overall, negativity toward asexuals is marked by an ideological flavor that is clearly intergroup in nature, not a simple indifference toward a nonnormative other. [...] Antiasssexual bias is a type of sexual minority prejudice distinct from related constructs and rooted in ideological opposition to deviant sexuality (not merely those adopting independent or single lifestyles). [...] Generally speaking, asexual dehumanization was greater than that characterizing other sexual minorities, showcasing this bias as serious and extreme”.

discriminação contra os assexuais é equivalente ou ainda mais extrema do que a discriminação contra homossexuais e bissexuais. [...] No geral, assexuais são alvo de discriminação dos heterossexuais¹⁷. (MACINNIS; HODSON, 2012, p. 738).

O artigo de Macinnis e Hosdon (2012) traz a primeira evidência empírica da forma negativa como os assexuais são vistos. Apesar de não se ter desejo sexual ou práticas sexuais envolvidas a pesquisa concluiu que este grupo deve ser incluído nas minorias que sofrem preconceito sexual. Além disso, os autores abrem uma discussão bastante interessante acerca da assexualidade como uma desumanização, em ambos os sentidos, tanto como uma “animalização”, quanto de uma “robotização”, uma maquinificação do homem. Destacamos que nos fóruns assexuais há inúmeros discursos deste tipo, defendendo que as práticas sexuais são coisas animais, e que a humanidade não precisa mais disso.

De maneira geral esta é a primeira pesquisa sobre a assexualidade que propõe investigar a visão dos heterossexuais com relação a esse fenômeno situando-o no plano geral da interrelação entre o grupo dominante e esta minoria identitária. Como o próprio estudo aponta, uma limitação da pesquisa é o fato de excluírem os participantes de outras minorias sexuais, como lésbicas, gays e transsexuais.

Em 2013, Aicken, Mercer e Cassell, apresentaram uma replicação da primeira pesquisa de Bogaert (2004), desta vez utilizando os dados do Natsal-2 (*National Surveys of Attitudes and Lifestyles*) de 2000-2001 (Bogaert utilizou os dados de 1990-91).

De acordo com os dados do Natsal-2, estima-se que dentre indivíduos com idades entre 16 a 44 anos, 0.3% dos homens e 0.5% das mulheres nunca se sentiram sexualmente atraídos por ninguém. Esta prevalência difere significativamente do Natsal-1, que estimou essa porcentagem em 0.8% para homens e 1.0% para mulheres (AICKEN et. al. 2013, p. 124-125). Desde grupo, 66.1% das mulheres e 59.7% dos homens, relataram que nunca tiveram um parceiro sexual de gênero algum (AICKEN et. al. 2013, p.125). Quase um terço dos homens e um quarto das mulheres sem atração sexual disseram que eles eram casados ou coabitavam com um parceiro (AICKEN et. al. 2013, p.129). Tal como alguns dos

¹⁷ “Employing an online community sample, the results of Study 2 largely confirm those from the university sample examined in Study 1. [...] Further, we demonstrate that bias toward asexuals is either equivalent to, or even more extreme, than bias toward homosexuals and bisexuals. [...] Overall, asexuals are clear targets of bias by heterosexuals”.

resultados apontados na dissertação de Lemos (2011), esta pesquisa também revela uma relação paradoxal entre os denominados assexuais e o sexo:

O Natsal-2 perguntou aos participantes o quanto eles concordavam com afirmação '*sexo é a parte mais importante de qualquer casamento ou relacionamento*'. Dentre aqueles sem atração sexual, 37.9% dos homens e 39% das mulheres discordaram ou discordaram fortemente, em contraste com 64.8% e 68.5% dos outros participantes. Supreendentemente, mais da metade das mulheres sem atração sexual concordaram ou concordaram fortemente com esta afirmação¹⁸. (AICKEN et. al. 2013, p.129).

O interessante é que dentre os pesquisados que têm atração sexual há uma enorme rejeição dessa afirmativa, ou seja, os sexuais, em sua maioria, não entendem o sexo como o principal componente dos relacionamentos amorosos, porém aqueles que Bogaert (2004) e Aicken e colaboradores (2013) definem como assexuais, sim. Esses dados nos inclinam a pensar em termos de uma opressão sexual sobre essa população e, conseqüentemente, uma rejeição a essa cultura opressiva.

Por fim, este artigo traz algumas comparações com outros trabalhos sobre o tema. Ressaltamos que tanto esse trabalho (AICKEN et. al. 2013) quanto o original de Bogaert (2004) são predominantemente indutivos, na medida em que tomam um item isolado do questionário, aquele que se refere à atração sexual, e induzem a assexualidade como causa ou como identidade desses sujeitos. Apesar de não ser uma contribuição duvidosa para os estudos da assexualidade, é necessário analisar os dados e as discussões propostas com certo cuidado. Por outro lado, podemos argumentar também que esses trabalhos (LEMOS, 2011; AICKEN et. al., 2013) trazem algum indicativo da relação das pessoas que reportam não sentirem atração sexual com a sexualidade e o sexo.

No mesmo ano de 2013, Brotto e Yule, desta vez em parceira com Gorzalka, trazem uma pesquisa estatística onde é explorada algumas correlações entre saúde e o funcionamento interpessoal, comparando assexuais, não-heterossexuais e heterossexuais. Foram analisados dados de 806 participantes entre 19 e 72 anos de idade. Além das questões sobre a definição da orientação sexual de cada

¹⁸ "Natsal-2 asked respondents the extent to which they agreed with the statement 'sex is the most important part of any marriage or relationship'. Among those with an absence of sexual attraction, 37.9% men and 39.0% women disagreed or disagreed strongly, in contrast to 64.8% and 68.5% of other respondents. Surprisingly, more than half of women without sexual attraction agreed or agreed strongly to the statement".

participante e de algumas questões demográficas, todos os participantes preencheram o *Breve Inventário de Sintomas (Brief Symptom Inventory – BSI)* de Derogatis e Melisaratos (1983), concebido para avaliar o estado de sintomas psicológicos, o *Inventário de Problemas Interpessoais (Inventory of Interpersonal Problems)* concebido por Soldz et. al. (1995).

Os resultados apontam que:

Indivíduos assexuais eram mais suscetíveis a responderem positivamente para os dois itens que avaliam a presença de distúrbios de humor e de ansiedade. [...] Testes de acompanhamento indicaram que os homens assexuais eram significativamente mais propensos a relatarem distúrbios de humor do que os homens heterossexuais. Não houve diferença significativa entre homens assexuais e homens não-heterossexuais. [...] Novamente, testes de acompanhamento mostraram que mulheres assexuais eram mais propensas a relatarem distúrbio de humor do que as participantes heterossexuais. Participantes não-heterossexuais foram significativamente mais propensos a relatarem distúrbios de humor do que heterossexuais. Analogamente, os assexuais homens e mulheres mostraram-se significativamente mais propensos a notarem que eles tem distúrbio de ansiedade. Testes de acompanhamento revelaram que ambos, assexuais homens e mulheres são significativamente mais propensos a relatar que estão com distúrbio de ansiedade do que heterossexuais¹⁹. (YULE; BROTTTO; GORZLAKA, 2013, p. 141).

As análises desses autores, também encontraram diferenças significativas entre assexuais e os outros grupos no tocante à sub escala de somatização, depressão e psicoticismo. Homens assexuais tiveram maior pontuação na sub escala de sensibilidade interpessoal do que os heterossexuais homens, porém foi menor do que a pontuação dos homens não-heterossexuais. As mulheres assexuais tiveram pontuações maiores nas sub escalas de ansiedade fóbica e psicoticismo do que as mulheres heterossexuais (YULE; BROTTTO; GORZLAKA, 2013, p. 141-142).

Ainda, notou-se que os homens assexuais tiveram pontuações maiores do que heterossexuais e não-heterossexuais na sub escala de *frieza*, e maior do que os

¹⁹ “Asexual individuals were more likely to respond positively to the two items assessing presence of mood or anxiety disorders. [...] Follow-up tests indicated that asexual men were significantly more likely to report having a mood disorder than heterosexual men. There was no significant difference between asexual and non heterosexual men. [...] Again, follow-up tests indicated that asexual women were more likely to report having a mood disorder than heterosexual participants. Non-heterosexual participants were significantly more likely to report a mood disorder than heterosexual participants. Similarly, asexual men and women were significantly more likely to note that they had an anxiety disorder. [...] Follow-up tests revealed both asexual men and women to be significantly more likely to report a current anxiety disorder than heterosexual men and women”.

heterossexuais nas sub escalas de *evitação (ou esquivia)* e de *não-assertividade*. As assexuais mulheres, por sua vez, tiveram pontuações mais altas do que os outros dois grupos, nas sub escalas de *frieza* e *evitação social*. E tiveram maior pontuação do que as heterossexuais numa sub escala que mede a suscetibilidade a ser explorada ou deixar-se explorar. Notavelmente, tanto os homens quanto as mulheres assexuais mostraram uma maior tendência à personalidade suicida do que heterossexuais de ambos os sexos (YULE; BROTTTO; GORZLAKA, 2013, p. 142).

Os autores supracitados discutem que esses prejuízos, tanto na vida social como na saúde psicológica, provavelmente advém de suas assexualidades, no sentido da maneira como essa orientação é discriminada pela sociedade. Ainda, o fato de não sentirem atração sexual em uma sociedade que a toma como uma máxima, pode estar relacionado ao isolamento social e depressão e a outros sintomas. Além disso, o sentimento de pertença, de um grupo de iguais no qual o sujeito possa participar nos anos de sua formação, são essenciais para o desenvolvimento de uma boa saúde mental e a falta disso, como é o caso dos assexuais, pode ser a causa dos resultados encontrados.

De nossa parte, notamos o esforço dos autores em não estigmatizar os assexuais. Contudo, para isso, eles acabam por desconectar as características encontradas com a própria assexualidade, tomando todas elas como efeitos secundários da interação com o social. Apesar dessa pesquisa apresentar-se como uma forma de mapeamento das especificidades problemáticas da identidade assexual, a fim de promover uma atenção à saúde desse grupo, entendemos que a contribuição não se restringe a isso, impelindo a assexualidade para o rol das sexualidades anormais e arriscadas, até pelo fato de que nenhum encaminhamento do sentido das diretrizes de atenção à saúde dessa população é feito. Além disso o tipo de argumentação e os critérios utilizados são muito pouco aproveitáveis como uma contribuição maior já que são muito intrínsecos a um certo modelo de ciência enviesado e que se esgota em sua própria metodologia.

No ano seguinte, 2014, Yule, Brotto e Gorzalka, apresentam uma pesquisa estatística onde se investiga a ocorrência da masturbação e de fantasias sexuais entre os assexuais. O estudo contou com 924 indivíduos, dos quais 534 eram assexuais. Os resultados apontaram que 56% participantes assexuais relaram masturbarem-se ao menos uma vez por mês e 60% terem fantasias sexuais frequentes, em comparação a 82% e 98% respectivamente do grupo dos sexuais.

Onze por cento dos participantes assexuais relataram que suas fantasias sexuais não envolvem outras pessoas enquanto somente 0,5% dos sexuais relataram a mesma coisa. A combinação das duas questões pesquisadas indica que somente 20% dos assexuais nem se masturbam nem tem fantasias sexuais, e que 19% dos assexuais que se masturbam não apresentam fantasias sexuais. Ainda, metade dos pesquisados tanto se masturbam como tem fantasias sexuais. (YULE et al., 2014, p. 92-93).

As discussões e até mesmo as apresentações dos dados são claramente partidários do público pesquisado e pró-assexualidade, no sentido de que os autores reforçam a singularidade da assexualidade ao mesmo tempo em que não discutem ou se aprofundam nos dados que aproximam os assexuais dos sexuais. Em nosso entendimento esta pesquisa (YULE et al., 2014), juntamente com o livro organizado por Cerankowski e Milks (2014), já faz parte de um novo movimento dos estudos sobre a assexualidade que contribuem para uma certa cultura da assexualidade, não só a legitimação plena, mas um certo cultivo das características e das peculiaridades da assexualidade, diferentemente do tom exploratório e revelador da maior parte das produções publicadas até o ano de 2013.

Por fim, em 2014 ainda tivemos a publicação de uma pesquisa finlandesa na qual Jannike Høglund, Patrick Jern, N. Kenneth Sandnabba, e Pekka Santtila partem predominantemente das pesquisas de Bogaert (2004), Prause e Graham (2007) e Brotto et al. (2010) para investigarem a prevalência das pessoas que relatam não sentirem atração sexual na Finlândia e as possíveis associações entre este traço e outras características sexuais e de relacionamento conjugal. A pesquisa baseou-se em questões fechadas de múltipla escolha respondidas por 3.540 participantes dos quais 19 homens e 73 mulheres foram identificados como assexuais por enquadrarem-se nos critérios de não sentirem atração sexual nos últimos 12 meses. Além das 22 perguntas fechadas, os respondentes preencheram diversas outras escalas e testes pré-formatados. Os resultados confirmaram todas as hipóteses iniciais levantados a partir das pesquisas citadas, ratificando os achados anteriores também para a população finlandesa. Por fim o artigo de Høglund et al. (2014) apontam para a necessidade de que pesquisas na área da biologia para que se atinja um melhor entendimento da assexualidade.

Apesar de não produzir nenhum conhecimento totalmente novo acerca do tema, mas apenas confirmar a validade dos postulados de Bogaert (2004), Prause e

Graham (2007) e Brotto et al. (2010) também para a população finlandesa, o artigo de Höglund et al. (2014) é expressivo da tendência a formarem-se pequenos nichos de produção que dialogam entre si e desenvolvendo-se linhas epistemológicas e metodológicas específicas e localizadas. De modo que é evidente que Höglund et al. (2014) pinçam algumas pesquisas afins do universo, nada grande, das produções acadêmicas sobre a assexualidade.

Pesquisas qualitativas

No ano de 2008, Kristin Scherrer, uma doutoranda em sociologia da Universidade de Michigan, EUA, faz a primeira pesquisa de cunho mais qualitativo sobre a assexualidade. Em seu trabalho ela busca compreender as peculiaridades de uma identidade assexual, assumindo-a como um processo de construção social com sérias implicações políticas. Até por ser a primeira contribuição de um olhar totalmente localizado nas ciências humanas para este tema, o artigo de Scherrer ocupa-se muito mais das questões subjetivas e sociais, rejeitando criticamente as discussões biologistas e despolitizadas acerca do tema. Sem dúvida sua linha de argumentação é bastante válida e útil para nós também, no entanto, salta aos olhos que a autora já parte da premissa de que a assexualidade é marginalizada e estigmatizada, concepção que provavelmente ela traga de seu campo de estudo, a saber a comunidade LGBTQ.

A pesquisadora recrutou, através da *AVEN*, pessoas que se declarassem assexuais e aceitassem falar sobre como essa identidade se relacionava com o resto de suas vidas. A diversidade étnica dos participantes é ressaltada na pesquisa e indica a abrangência quase global desse fenômeno. De 102 participantes, 52 eram estadunidenses e canadenses com identidades raciais diversas (mas predominando o caucasiano) e outros 50 eram de diversas partes do mundo. O questionário foi composto por questões abertas de onde três temas principais emergiram: o significado da assexualidade, a essencialidade assexual e a dimensão romântica. De modo que,

O primeiro tema descreve como os assexuais dão sentido às suas identidades e comportamentos, geralmente baseados numa concepção de sexo como penetração. A segunda parte explora como os assexuais experimentam suas assexualidades como uma

dimensão inata deles. E o terceiro tema descreve como a identidade assexual ilumina outra dimensão da sexualidade: o interesse em parcerias românticas²⁰. (SCHERRER, 2008, p. 624).

No primeiro tema, o significado da assexualidade, a pesquisa revelou que de 39 a 44% dos respondentes utiliza uma definição igual ou parecida com aquela exposta no sítio da *AVEN* – “uma pessoa que não experiência atração ou desejo sexual²¹” (SCHERRER, 2008, p. 624), sendo que a maioria menciona explicitamente que seguem a definição proposta pela *AVEN*. Porém, uma parcela de 27% relatou que ancora suas identidades assexuais no fato de não possuírem interesse em comportamentos sexuais e não, necessariamente, na falta de atração, como ilustra a fala de uma das participantes: “eu sinto atração sexual por homens mas não tenho desejo ou preciso me envolver em atividade sexual ou até mesmo não-sexual como carícias, dar a mão, etc.²²” (SCHERRER, 2008, p. 625).

Apesar disso, 13 participantes, quando perguntados acerca de seus relacionamentos ideais, declaram interesse em algum tipo de contato físico como carícias, beijos, abraços, todavia enfatizam que não desejam nada que seja “sexualmente explícito”. Outros 10 participantes mencionaram também a masturbação, ora para afirmar como comportamento sexual e, portanto, não praticado, ora para afirmar como comportamento não-sexual, portanto praticado. Nas próprias palavras da pesquisadora: “como estes participantes ilustram, definir as fronteiras entre a afetividade física e a interação sexual é importante para uma identidade assexual²³” (SCHERRER, 2008, p. 625).

Scherrer (2008), demonstra que a ideia de sexo da maior parte dos assexuais é uma concepção androcêntrica, onde atos para além da penetração pênis-vagina são geralmente vistos como não-sexuais (SCHERRER, 2008, p. 625). Para autora,

As definições dos assexuais acerca da sexualidade revelam que a construção do ato ‘sexual’ como masturbação, carícias, e beijos, não está ligada com os significados sexuais que comumente são

²⁰ “The first section describes how asexual individuals give meaning to their identities and behaviors, often drawing on a penetrative conception of sex. The second theme explores how asexual individuals experience their asexuality as an innate aspect of themselves, engaging social constructivist and essentialist debates about sexuality. The last section describes how asexual identities illuminate another dimension of sexuality: interest in romantic partnerships”.

²¹ “A person who does not experience sexual attraction”.

²² “I am sexually attracted to men but have no desire or need to engage in sexual or even non-sexual activity (cuddling, hand-holding, etc.)”.

²³ “As these participants illustrate, defining the boundaries between physical affection and sexual interactions is important to an asexual identity”.

atribuídos a esses comportamentos. Nesse sentido, uma exploração da identidade assexual contribui para um projeto de construtivismo social mais amplo uma vez que os discursos do sexo, sexualidade e intimidade física são desafiados e reescritos durante a construção de identidades assexuais²⁴. (SCHERRER, 2008, p. 627).

Notamos que, nos discursos recortados por Scherrer (2008), há uma necessidade desesperada de delimitar o que é sexual e o que não é, havendo, claro, muitas divergências entre os respondentes. Parece-nos que essa identidade é pautada numa forte demarcação de fronteiras e classificações mais ou menos pessoais sobre atitudes sexuais e não sexuais, tanto quanto em uma separação radical entre sensações físicas e os sentidos subjetivos geralmente atribuídos a essas experiências.

O segundo tema, que emergiu das entrevistas de Scherrer (2008), mostra que as identidades assexuais apresentam uma relação complicada com as noções essencialistas de sexualidade já que os discursos da maior parte dos participantes indicam a noção de que suas assexualidades são inatas, biológicas e de bases genéticas. A autora argumenta que essa pode ser uma estratégia útil a fim de ganhar legitimação e reconhecimento, ao mesmo tempo em que é isenta de crítica. É interessante frisar que muitos dos participantes relataram que a descoberta do sítio da *AVEN* os ajudou a dar palavras para suas identidades antes inomináveis. Alguns participantes também definiram a assexualidade em oposição ao celibato, assumindo que o celibato é uma opção, enquanto a assexualidade é uma condição que não se escolhe (SCHERRER, 2008, p. 630). Ainda quanto à questão do essencialismo, a autora, embasada em Foucault e outros autores, argumenta que “ainda que o sujeito sinta e viva essa característica como essencial, isso não nega que elas também sejam profundamente construídas sociais e historicamente²⁵” (SCHERRER, 2008, p. 630). Contraditoriamente, a concepção essencialista da assexualidade desafia a concepção essencialista de sexualidade.

No que se refere à dimensão romântica, duas vertentes opostas emergiram. Há aqueles que mantêm e desejam continuar mantendo relacionamentos amorosos

²⁴ “Asexual definitions of sexuality reveal the construction of such ‘sexual’ acts as masturbation, cuddling, and kissing as unattached with the sexual meanings that are often attributed to these behaviors. In this way an exploration of asexual identities contributes to a larger social constructivist project as the discourses of sex, sexuality, and physical intimacy are challenged and re-written during the construction of asexual identities”.

²⁵ “While feelings of the essential characteristic of identity are real, this does not deny that they are also profoundly socially and historically constructed”.

e há aqueles que se declaram aromânticos, ou seja, que não desejam embarcar em um relacionamento amoroso. Curiosamente, a autora observa que mesmo os aromânticos mantêm fortes laços de amizade com outras pessoas:

Alex, um rapaz de 19 anos que se identifica como assexual aromântico, comenta 'um relacionamento ideal para mim é uma amizade muito próxima, onde podemos ser responsáveis um pelo outro. Sem beijo, abraço, ou qualquer coisa mais. Só um relacionamento mental e emocional'²⁶. (SCHERRER, 2008, p. 633).

Mas, se por um lado as relações aromânticas ideais são caracterizadas pela amizade e a falta de contato físico, as relações românticas são um pouco diferentes. Rita por exemplo, uma mulher de 28 anos, relata que a sua relação ideal é:

A mesma coisa que uma relação 'normal', sem o sexo. Seríamos melhores amigos, companheiros, maiores fãs um do outro, parceiros nas finanças, trabalho e áreas sociais de nossas vidas. Eu sou muito física. Eu gostaria de poder agarrar meu amado (como que 'o amando' não como se fosse uma 'pessoa com quem eu esteja transando') no chão, rolar até eu prendê-lo, aí dar um beijo no seu nariz, aconchegar-me no seu braço e falar sobre algo aleatório... sem que ele tenha uma ereção ou alimentar esperanças de que isso vai nos levar a tirarmos a roupa e irmos para o quarto²⁷. (SCHERRER, 2008, p. 633).

No estudo de Scherrer (2008), nenhum dos aromânticos indicaram importância de gênero na hora de estabelecerem suas amizades, em contraste com os românticos, dentre os quais apenas um indicou que o gênero do parceiro não importava para a definição de sua identidade. Outros 51 indivíduos responderam que suas identidades de gênero importam bastante na escolha de seus parceiros assexuais, entretanto 39 acham que esse marcador não é importante e 12 não responderam. Para a autora estes dados indicam que a identidade assexual não substitui as clássicas identidades de gênero e orientação sexual.

Enfim, a pesquisa de Scherrer (2008) se mostrou bastante eficaz no tocante à abertura do entendimento da identidade assexual. Mostrou a diversidade presente

²⁶ "Alex, a nineteen year old white male and self-identified aromantic asexual, comments, 'an ideal relationship for me is a close friendship, where we can be accountable to each other. No kissing, hugging, or anything else. Just a mental and emotional relationship'".

²⁷ "The same as a 'normal' relationship, without the sex. We would be best friends, companions, biggest fans of each other, partners in financial, work, and social areas of our lives. I am very physical. I would like to be able to tackle my lover (as in, 'I love him,' not as in 'person I am currently having sex with) to the ground, roll around until I pin him, then plant a kiss on his nose, snuggle into the crook of his arm, and talk about some random topic....without him getting an erection or entertaining hopes that this will lead to the removal of clothing or a march to the bedroom".

neste grupo e apresentou discursos que podem embasar muitas hipóteses e estudos futuros.

Em 2011, Janet Sundrud defendeu uma dissertação de mestrado com características que julgamos se encaixar nesta categoria. A Dissertação de Sundrud (2011) explora a construção social das identidades assexuais através de performances narrativas do cotidiano, além de examinar criticamente os efeitos marginalizadores dos discursos heteronormativos.

Partindo dos referenciais metodológicos da história oral e da etnografia, performances narrativas de 3 assexuais foram exploradas em quatro temas, sendo estes: 1) A ruptura com a expectativa heteronormativa; 2) A criação do sentimento de comunalidade entre os indivíduos da comunidade assexual; 3) A negociação de discursos heteronormativo na família; 4) A construção de narrativas de sexualidade liminoides (liminoide é um conceito da antropologia) orientadas para o futuro.

É de se observar que o trabalho de pesquisa, revisão e reflexão é todo permeado pela experiência pessoal da pesquisadora, sendo que, em inúmeras passagens, seu texto assume um estilo autobiográfico. Esse trabalho advoga a favor da assexualidade como uma identidade social através da qual os assexuais narram seus passados na sociedade heteronormativa e visualizam um futuro *queer* (SUNDRUD, 2011).

A autora parte da premissa de que o discurso heteronormativo dominante tem sido desafiado pela comunidade LGBT e que agora, também, passa a ser desafiado pela comunidade assexual. Já de início, a pesquisadora retoma sua trajetória de vida e a importância do encontro com a comunidade virtual de assexuais como uma alternativa para a heteronormatividade imposta por sua família.

A autora situa a comunidade assexual em um espaço performativo denominado liminalidade (*liminality*). Liminalidade é um conceito que pretende ilustrar um posicionamento em trânsito, uma espécie de espaço transicional necessário antes da completa ruptura com o paradigma que se pretende superar. Ou seja, a assexualidade ainda toma como referencial o paradigma heteronormativo que pretende superar, por isso, defende a autora, é comum que os discursos assexuais pautem-se nos mesmos critérios, contudo combatendo-os (SUNDRUD, 2011, p. 29).

Essa ideia da autora é bastante interessante, até pelo fato de ela dar um sentido diferente, bastante otimista, para a forte ligação entre as produções

discursivas dos assexuais e as produções hegemônicas. Contudo, não podemos deixar de apontar o empenho constante da autora em naturalizar um mundo sem sexo.

A história de vida narrada por Sarah, uma das pesquisadas de Sundrud (2011), é bastante comum e recorrente em vários outros trabalhos. Sarah relata que desde que se lembra não tinha vontade de fazer, pensar ou falar de sexo. Tentou namorar na faculdade, mas não deu certo por conta da disparidade de desejo sexual. Por causa do término do namoro procurou terapia e acabou assumindo uma identidade lésbica que a deixou bastante satisfeita por um tempo. Ela relata que gostava bastante da comunidade lésbica e da diversão que tinha com este grupo, até que começou um namoro sério e percebeu que não gostava de transar mesmo. Ao descobrir a *AVEN*, ela começou a considerar que talvez fosse assexual e, como um processo, terminou o namoro e assumiu uma identidade lésbica assexual (SUNDRUD, 2011, p. 52-61). Sundrud (2011) analisa que Sarah construiu uma “*narrativa de desprazer*” em torno de todas as suas experiências com o sexo (p. 58).

Neste relato destacamos a busca por uma comunidade por parte de Sarah. Em diversas passagens ela evidencia o valor que o grupo tem na performance de suas identidades, e ressalta a alegria da convivência de um modo geral.

Um outro relato, o de Jenna, traz uma trajetória bastante interessante até a consolidação de sua identidade assexual. Ela relata que, até o final do colegial, ela não havia transado com ninguém e tomou uma decisão:

Um pouco antes de ir para a faculdade, uhm, eu disse a mim mesma que eu não queria não fazer sexo. Eu não quero ser a pessoa que não faz aquela coisa. Então eu comecei a ficar com caras em festas e coisas assim. Eu fiz muitas estupidas, coisas estupidas... que eram completamente irresponsáveis e que uma mulher crescida não deveria fazer, mas eu pensava que uma mulher crescida deveria fazer²⁸. (SUNDRUD, 2011, p. 63).

Deste trecho, destacamos a maneira como Jenna simplesmente assume uma postura que ela idealizava como sendo a postura de uma mulher crescida. Jenna adere a uma receita de sexualidade bastante comum no imaginário popular e expõe-se a coisas das quais vem a se arrepender.

²⁸ “Just before I went to college, um, I said to myself I don’t want to not have sex. I don’t want to be the person who doesn’t do that thing. And so I started hooking up with guys at parties and stuff like that. I did a lot of stupid, stupid things...that were completely irresponsible and not like a grown woman should do, but I thought that’s what a grown woman should do”.

Outro discurso um pouco diferente é o de Alisson. Esta jovem adulta constrói uma “narrativa de diferenciação”. Em lugar de narrar uma experiência desprazerosa com o sexo, ela sempre se colocava como diferente dos demais, até que, numa situação em que foi perguntada por quem ela teria uma “queda” e ela respondeu que “por ninguém” e uma de suas amigas disse que talvez ela fosse assexual. Depois disso, Alisson passou a pesquisar alguns sítios na internet e identificou-se com a assexualidade através do ativismo político (SUNDRUD, 2011 p. 67-73).

No que se refere ao futuro desta identidade, a autora analisa que há duas narrativas diferentes, uma na qual esses indivíduos vislumbram-se em relações amorosas e de amizade somente com outros assexuais e outra em que se vislumbram assumindo suas posturas assexuais em todos os ambientes sociais. Por fim, Sundrud (2011) conclui que estas narrativas contribuem para o entendimento da performatividade da identidade assexual.

Dentre as bibliografias utilizadas nos estudos sobre a assexualidade, encontramos um artigo que aborda o assunto de forma expressiva. Sem preocupar-se com o rótulo da assexualidade, Gareth Terry (2012), professor da Universidade de Auckland, Nova Zelândia, faz uma pesquisa em que entrevista nove homens heterossexuais que optaram pelo celibato a despeito de não serem religiosos. O artigo começa indicando a hipersexualidade como uma consequência do consumismo instalado na sociedade ocidental, e, neste cenário, é lançada a pergunta: O que isso significa para aqueles que estão optando por não fazer sexo? Assim, os nove homens, de idades entre 22 e 73 anos que optaram pelo celibato, foram entrevistados com o propósito de investigar suas noções de impulso sexual. Dois temas primários emergiram das entrevistas, o primeiro é o discurso da maioria dos homens que veem o sexo como imperativo e natural (TERRY, 2012, p. 875). Diferentemente dos autodenominados assexuais, a maioria dos celibatários desse estudo veem o sexo como uma força natural. O segundo tema mostra a concepção de que o sexo é potencialmente problemático, a menos que se crie mecanismos específicos para administrar sua insubordinação (TERRY, 2012, p. 875). Também foi encontrado dois tipos de narrativas acerca do impulso sexual em si, um coloca o desejo sexual como algo físico, como um instinto biológico que vem de dentro, e o outro tipo de narrativa que coloca o impulso sexual como uma pressão externa, normalmente advinda da sociedade (TERRY, 2012, p. 875).

Dentre as estórias dos homens que eu entrevistei, o celibato foi apresentado como um jeito que lhes permite o controle sobre algo que eles haviam construído como incontrolável. No mínimo, eles sugeriram que o celibato lhes deu uma chance para focar em outros aspectos não-sexuais de seus relacionamentos com outras pessoas e construir relações íntimas com este embasamento²⁹. (TERRY, 2012, p. 885).

Apesar de o estudo não tratar especificamente da identidade assexual ou do fenômeno da assexualidade contemporânea, seus achados podem iluminar muito bem este campo. O artigo de Terry (2012) mostra um caminho possível, um tipo de defesa contra a virulência e a ingovernabilidade do sexo e também contra o imperativo social, contra a assimilação de uma força extraordinariamente ingovernável.

Tal discurso também está presente em algumas manifestações assexuais, a mais significativa delas encontramos em um capítulo do livro de Bogaert (2012) dedicado inteiramente a defender que a assexualidade é uma plausível defesa contra a virulência e ingovernabilidade da sexualidade. No entanto, através de outras manifestações de assexuais notamos que esse movimento de defesa seria bastante precoce, diferente dos celibatários estudados por Terry (2012).

Ao final da edição especial sobre a assexualidade da revista *Psychology & Sexuality* (2013), Bishop (2013) apresenta um questionário que fez com alguns dos pesquisadores da assexualidade. Com a ideia de criar uma discussão virtual, uma espécie de grupo focal com os pesquisadores do tema, ele elaborou seis perguntas a partir das quais sistematizou as concepções e interesses desses pesquisadores.

A primeira questão refere-se ao que motivou esses pesquisadores a iniciarem neste campo de estudo. Alguns dos pesquisadores relatam que entraram nesse ramo de pesquisa por já estarem trabalhando com a sexualidade, outros por causa da falta de trabalhos sobre o assunto e outras, ainda, por vislumbrarem o potencial acadêmico dessa discussão. Uma das perguntas refere-se às provocações lançadas por Chasin (2013) quanto ao status da assexualidade como uma meta-categoria e não como orientação sexual e pergunta como os pesquisadores veem as racionalizações de homens e mulheres assexuais que praticam sexo. Alguns enfatizam a questão política e identitária, outros criticam e concordam com a

²⁹ “Within the stories of the men I interviewed, celibacy was presented as one way of allowing them control over something they had constructed as otherwise uncontrollable. At the very least, they suggested that celibacy gave them a chance to focus on other non-sexual aspects of their relationships with other people and build intimate relationships on that foundation”.

contradição levantada. Argumenta-se que é necessário que se encontre outro tipo de denominação, uma vez que as outras orientações sexuais parecem ser bastante mais coerentes.

Outro tema suscitado é a visão desses pesquisadores sobre a existência ou não de preconceito para com os assexuais. A maioria dos entrevistados acham que o preconceito real é menor porque a assexualidade não traz uma marca manifesta, não obstante igual em força discriminatória quando os assexuais se anunciam. Uma entrevistada ainda lembra que os assexuais também são muitas vezes alvo de descrédito e preconceito também por parte das pessoas de outras minorias sexuais. Por fim, Bishop (2013) procura saber sobre as direções futuras e o que se pode esperar para os estudos sobre a assexualidade. O próprio entrevistador espera que não haja trabalhos que se ocupem de “consertar a assexualidade”, enquanto que houve um consenso na afirmação de que o campo ainda tem muito para ser estudado, principalmente no que se refere às interdisciplinaridades e diferentes visões desse fenômeno.

Por fim, no ano de 2015, MacNeela e Murphy submeteram 66 assexuais a questões abertas com o intuito de investigar como aqueles que se identificam como assexuais administram os aspectos negativos associados a esta identidade, tais como a invisibilidade a falta de credibilidade e a consequente estigmatização. As respostas dos participantes foram agrupadas em temas de modo a delinear as representações, demandas e queixas comuns a essa população. Os discursos dos assexuais mostram como eles sofrem com a falta de credibilidade com a invisibilidade e com a recorrente associação da assexualidade com patologias, disfunções orgânicas e falta de coragem em assumir uma identidade homoafetiva. De modo que uma saída comum relatada neste estudo é o que os pesquisadores chamaram de “revelação reduzida” (curtailed disclosure). Em decorrência disto é recorrente os relatos de dificuldades para se engajar em um relacionamento amoroso.

Um tema que esta pesquisa também traz é o conforto proporcionado pelo conhecimento de outros assexuais através das comunidades virtuais. Muitos assexuais relatam que ainda tinham uma representação negativa de suas próprias assexualidades apesar de não a associarem a doenças, representação esta que se torna predominantemente positiva na medida em que tomam conhecimento e contato com outros assexuais. Nesse sentido os respondentes apontam o papel da

AVEN nesse processo, contribuindo, inclusive com o termo “assexual”, com as explicações e formas de produzir um discurso de legitimação científica da assexualidade, nesse sentido a definição quase unanime coincide com a definição propostas pela *AVEN* de “falta de atração sexual” (MACNEELA; MURPHY, 2015, p. 805).

Mais uma vez a comunidade virtual foi citada como a fonte das definições, das explicações dos argumentos nos quais os assexuais se narram e se ancoram, além do já citado sentimento de pertencimento (MACNEELA; MURPHY, 2015, p. 806).

Outros temas recorrentes foram a fluidez identitária, a característica não eterna e essencial da identidade assexual, e a complexidade das sub-identidades assexuais o que reúne uma diversidade de experiências identitárias. Apesar de dois terços dos pesquisados se identificarem pelas categorias de gênero masculino e feminino, as autoras apontaram a recorrente críticas ao modelo tradicional de divisão de papéis de maneira a inclinarem-se tanto para uma identificação com ambos os papéis ao mesmo tempo, quanto para um distanciamento de ambos os gêneros. Nesse sentido as pesquisadoras ressaltam que metade dos respondentes fazem uma separação entre a sexualidade e a identidade de gênero (MACNEELA; MURPHY, 2015, p. 806-7).

Pesquisas que utilizam métodos mistos

Ancoradas no argumento de que os estudos sobre a assexualidade ainda são muito incipientes e, por vezes, inconclusivos e até conflituosos, Brotto e suas colaboradoras (2010), tomaram para si a tarefa de fazer um grande estudo utilizando métodos mistos, qualitativo e quantitativo, a fim de “produzir um conhecimento mais seguro sobre os assexuais”.

Para a primeira parte da pesquisa, predominantemente quantitativa, recrutou-se participantes por meio da *AVEN* e de outras comunidades virtuais de assexuais. Um número de 187 questionários válidos foram analisados, sendo 54 respondidos por homens e 133 por mulheres. Desse número, 80% dos homens, e 73% das mulheres assinalaram suas orientações sexuais como assexual; 11% de ambos se identificaram como heterossexuais; somente 3, 7% dos homens como homossexuais

e 2% de cada como bissexuais. Como o estudo foi delineado de maneira a aceitar várias possibilidades de respostas, houve uma ocorrência interessante pois aponta para a expansão do espectro das identidades sexuais: 11% dos participantes escolheram a opção “outros” no que se refere a orientação sexual e descreveram suas orientações como heteroassexual; biromântico assexual, homoassexual, e um ainda respondeu “fetichista”.

As análises apontaram que 85% dos homens e 75% das mulheres assexuais não relatam qualquer grau de sofrimento relacionado à orientação sexual.

Quando perguntados acerca dos relacionamentos amorosos mantidos nota-se que a maioria não estava se relacionando no momento da pesquisa (91% das mulheres e 74% dos homens). No entanto, dentre aqueles que estavam, 56% dos homens e 23% das mulheres não descreveram suas relações da maneira usual, mas usaram terminologias como “biromântico assexual”; “poliamoroso”; “heteroromântico” ou “homoromântico”, enfatizando o aspecto romântico, não o sexual (BROTTO et. al., 2010, p. 603).

No que diz respeito à frequência de atividade sexual, 73% dos participantes declararam que nunca fizeram sexo e que a frequência ideal seria transar de 0 a duas vezes por ano (BROTTO et. al., 2010, p. 604). Apesar desse resultado, porém, tem-se que 80% dos homens e 77% das mulheres se masturbam com a frequência média de algumas vezes por semana para homens e menos de uma vez por mês para as mulheres (BROTTO et. al., 2010, p. 604). A pesquisa também encontrou que os homens reportaram muito mais fantasias sexuais do que as mulheres, enquanto elas reportaram muito mais os comportamentos de beijos, e carícias, ainda que com uma frequência abaixo da média esperada para não-assexuais.

Quando submetidos às escalas de disfunção e desconforto sexual, as pesquisadoras encontraram que mais de 90% dos respondentes de ambos os sexos não apresentaram qualquer tipo de problema nesse sentido. Porém, correlações mais profundas revelaram que há uma correlação positiva entre o aumento de desejo sexual e o aumento da angústia. A partir de um questionário de simulação de situações ficou caracterizado que, para os assexuais, quanto mais desejo maior é a angústia (BROTTO et. al., 2010, p. 606).

De um ponto de vista psicodinâmico essa observação faz todo sentido, o desejo tem que ser resolvido de alguma forma, ligado a alguma coisa e uma vez que

não se leve o desejo a nenhuma consequência, há o aumento da tensão e conseqüentemente, aumento da angústia.

No que diz respeito às doenças psiquiátricas, notou-se que não há correlação entre assexualidade e depressão e 56% dos respondentes tiveram *score* elevado de alexitimia (dificuldade de identificar os sentimentos), destes, 80% apresentaram níveis clínicos de “retraimento social” (*social withdraw*), e metade apresentou altos graus de inibição social (BROTTO et. al., 2010, p. 608).

Após esse estudo quantitativo, as pesquisadoras convidaram aleatoriamente alguns dos respondentes assexuais para serem entrevistados mais longamente. Assim, 15 assexuais, 4 homens e 11 mulheres de vários países diferentes foram submetidos a entrevistas abertas. A partir dessas entrevistas surgiram 10 temas em comum, organizados e apresentados a seguir:

Definição de assexualidade – Quase todos caracterizaram a assexualidade como “falta de atração sexual”, porém quanto lhes era inquirido sobre o desejo e a excitabilidade, eles argumentavam que há desejo, mas este não é “direcionado” para ninguém (BROTTO et. al., 2010, p. 609). Uma das entrevistadas relata que quando em quando ela fica excitada por causa do ciclo hormonal e tem que resolver isso se masturbando, contudo não dirige isso a nenhuma pessoa. Outro participante que tentava justificar a diferença entre os assexuais e os sexuais defendeu que os assexuais não sentem a antecipação prazerosa que os não-assexuais parecem cultivar. Houve uma forte concordância de que a assexualidade é uma orientação sexual e de que é biológica.

Sentir-se diferente – A maioria relatou que eles não podiam declarar-se para os colegas ou conversar sobre os seus sentimentos uma vez que todo mundo parecia ir na direção contrária. Nesse sentido, houve um discurso uníssono no que diz respeito ao papel que o descobrimento de uma comunidade de assexuais operou em suas vidas: eles relatam terem se descoberto quando encontraram o rótulo assexual, que os explicava e explicava suas experiências.

Distinção entre relacionamentos românticos e assexuais – Todos os participantes cuidadosamente distinguiram sexualidade de relacionamento romântico. Muitos expressaram o desejo de casar e ter filhos. Em todas as discussões recortadas nesse trecho destacamos que há sempre uma necessidade de negar o sexo, o discurso termina sempre com “porém, sem sexo” (“*but not sex*”) (BROTTO et. al., 2010, p. 610). Ainda, todos os que declararam quererem um

relacionamento romântico o definiram em oposição ao relacionamento sexual (BROTTO et. al., 2010, p. 610).

Assexualidade encobrendo algum distúrbio – A maioria dos participantes se opuseram a ideia de que teriam algum tipo de distúrbio que pudesse vir à tona como assexualidade.

Sobreposição com a personalidade esquizoide – Como no primeiro estudo as pesquisadoras encontraram um alto índice de retraimento social, o que também indica personalidade esquizoide (o que elas entendem por isso não nos ficou claro), as pesquisadoras inquiriram essas participantes acerca de suas vidas sociais e personalidades, todavia nada encontraram nesse sentido.

Motivações para Masturbação - Houve um forte sentimento de que masturbação não é sexo, e que suas atividades masturbatórias eram para satisfazer necessidades fisiológicas e não emocionais.

Linguagem técnica - As entrevistas revelaram um uso exagerado de linguagem técnica ao falar sobre sexo e sentimento, evitando ao máximo palavras que evocam a ideia de prazer, usando linguagem técnica e despida de sentimento (BROTTO et. al., 2010, p. 612).

A negociação de fronteiras nos relacionamentos - Alguns assexuais relataram que se iniciassem um relacionamento amoroso com alguém sexuado permitiram que o parceiro(a) transasse com outras pessoas com a condição de que não se envolvesse emocionalmente. Entretanto, a maioria relatou que praticariam sexo consensual, mas não desejado com seus parceiros. Alguns poucos participantes, que estavam ou já tinha estado em relacionamentos de longa duração, relataram que durante a atividade sexual eles focavam em outras coisas (BROTTO et. al., 2010, p. 612). Nesse sentido, uma mulher relatou que tinha “fantasias míticas” enquanto transava servindo para que ela não pensasse no ato sexual (BROTTO et. al., 2010, p. 612). E ainda outra mulher declarou que praticava sexo com seu parceiro “mas somente por curiosidade, nada sexual” (BROTTO et. al., 2010, p. 612).

Religiosidade - Ao contrário do que normalmente se supõe, o estudo mostrou que há uma significativa quantidade de ateus e céticos dentre os assexuais de modo que não foram encontradas correlações entre assexualidade e religiosidade. Inclusive alguns relataram que a religiosidade atrapalharia suas opções, uma vez que a religião geralmente força papéis de gênero muito rígidos.

Necessidade de educar e acabar com o estigma – Por conta de algumas críticas recentemente publicadas na mídia, os participantes relataram o papel benéfico que a *AVEN* vem promovendo ao divulgar a assexualidade e a importância de pesquisas científicas que acabem com o estigma.

Por fim, o estudo de Brotto et. al. (2010) conclui que a assexualidade deve ser definida como a falta de atração sexual, o que não inclui a falta de comportamento sexual ou algum grau, ainda que baixo, de desejo e excitação. Concluíram também que “há um forte sentimento de que uma vez que você pode fazer sexo sem amor, porque não poderia amar sem fazer sexo” (BROTTO et. al., 2010, p. 614).

No ano seguinte, 2011, Mark Carrigan, um doutorando em sociologia na Universidade *Warwik*, Reino Unido, publica um estudo no qual também utilizou métodos mistos, envolvendo entrevistas semiestruturadas, questionários na internet e análise temática dos textos produzidos pelas comunidades virtuais. Seu objetivo foi compreender o modo de vida assexual, bem como encetar uma base segura para futuras pesquisas. O questionário foi elaborado com 27 perguntas abertas, sobre os temas que emergiram do contato com o material da internet e das conversas com seus dois amigos assexuais. Ao todo, 130 pessoas completaram o questionário inteiro. No mesmo período em que aplicava os questionários e fazia as entrevistas, o autor explorou as discussões dos sítios assexuais, recortando frases pertinentes e conceitos sobre o autoentendimento da experiência assexual. A seguir apresentamos uma síntese das sistematizações de Carrigan.

Identidade e Experiência - Para ilustrar a diversidade da experiência assexual, o autor traz 7 trechos de entrevistas em que se enxerga desde uma assexualidade branda, na qual o sujeito relata que nunca sentiu atração e isso não o incomoda, até uma assexualidade radical, na qual o sujeito declara que vomitaria se fizesse sexo. Em seguida ele apresenta esta tabela (CARRIGAN, 2011, p. 468) que congrega o espectro de sub-identidades dentre os assexuais.

Sex	Sex-positive	Asexual
	Sex-neutral	Demisexual
	Sex-averse	Grey-A
	Anti-sex	A-fluid
Romance	Aromantic	Heteroromantic
	Romantic	Homoromantic
		Bioromantic
		Panromantic

Identidade e Comunidade - A fim de ilustrar o percurso da formação da identidade assexual, Carrigan (2011, p. 471) traz um relato em que uma mulher conta como se sentia deslocada quando, com dezesseis anos, ela não tinha os

mesmos sentimentos sexuais que seus amigos, e mais do que isso: “de fato eu não acreditava que uma pessoa pudesse ter sentimentos físicos “lá embaixo” que eles identificavam como sensações sexuais, ainda que eu tivesse aprendido o que era uma ereção etc. na aula de saúde ³⁰” (CARRIGAN, 2011, p. 471). Até que ela se depara com o sítio da *AVEN*, e ao ler a definição ela declara: “era como estar em casa. Eu sabia imediatamente que essa era eu, que eu não estava sozinha³¹”.

Esse excerto pode nos dizer bastante sobre a dinâmica da assexualidade. Notemos o estranhamento, o distanciamento com que esse sujeito fala dos órgãos genitais: parece que há, de fato, um desinvestimento do órgão sexual e o não reconhecimento, a despeito de muito relatos de amigos, das sensações sexuais. Esse excerto reforça nossa hipótese de que os assexuais não conseguem subjetivar o sexo. Esse relato também mostra a força da comunidade operando e, de certa forma, reforçar a tese de Munárriz (2010) de que a identidade assexual é uma identidade virtual, já que ela se firma a partir do contato com o ciberespaço. Carrigan (2011) expõe também que muitos dos assexuais se sentiam bastante desconfortáveis com o fato de serem diferentes, alguns chegando a pensar na possibilidade de terem alguma patologia, mas que esse sentimento se modificava radicalmente quando descobriram que existiam outras pessoas como eles e até mesmo comunidades inteiras de assexuais (CARRIGAN, 2011, p. 473-474).

O pesquisador conclui argumentando que os assexuais não devem ser considerados vítimas passivas de um mundo social sexualizado, embora devam ser vistos como renegociadores criativos das fronteiras entre o platônico, o íntimo e o sexual, com ramificações potencialmente maiores do que suas próprias comunidades (CARRIGAN, 2011, p. 476). Achamos que essa conclusão é muito politicamente correta, já que nos parece não haver esta negociação mas, uma expressa recusa.

Em 2011, Brotto e Yule publicam um artigo muito inusitado na qual elas comparam o nível de excitabilidade vaginal (resposta fisiológica) e o nível de excitabilidade subjetiva (resposta psicológica) de 38 mulheres entre 19 e 55 anos de idade, dentre as quais 10 heterossexuais; 10 bissexuais; 11 homossexuais e 7 assexuais. Esses indivíduos foram submetidos à estímulos audiovisuais neutros e

³⁰ “In fact, I did not really believe that a person could have physical feelings ‘down there’ that they identified as sexual feelings, despite having learned what erections etc. were in my health class [...]”.

³¹ “It was like coming home. I knew immediately that this was me and that I wasn’t alone”.

eróticos (vídeos eróticos heterossexuais), enquanto era feita uma leitura da Amplitude de Pulso Vaginal (*Vaginal Pulse Amplitude - VPA*) ao mesmo tempo em que preenchiam algumas escalas de excitabilidade.

O resultado do trabalho (BROTTO; YULE, 2011) revela que não há diferenças significativas entre a resposta fisiológica das mulheres assexuais e os outros grupos aos estímulos audiovisuais. Todas as mulheres mostraram um aumento significativo do VPA enquanto assistiam aos filmes eróticos, porém todos os grupos apresentaram um aumento significativo no quesito *atração sexual/sensualidade* medido por uma das escalas aplicadas, menos o grupo das mulheres assexuais. Todas, exceto as assexuais, também apresentaram um significativo aumento na *excitação automática* por ter contato com os filmes eróticos. Por outro lado, os dados mostraram que o grupo das assexuais são muito mais sensíveis à percepção da excitação fisiológica do que os outros grupos. Porém, os outros grupos relataram uma correlação positiva muito mais forte entre os filmes eróticos e a *excitação automática*. As pesquisadoras especulam que as assexuais ao invés de perceberem a excitação como automática, autônoma, reconhecem melhor a influência dos filmes e que isso pode ser devido à baixa frequência com que se excitam e praticam sexo, tornando-se muito mais sensíveis a esses estímulos e reconhecendo-os com maior facilidade (BROTTO; YULE, 2011).

As autoras concluem que esta pesquisa corrobora com a ideia de que a assexualidade não é uma disfunção orgânica, como já apontaram alguns pesquisadores, uma vez que as funções orgânicas estão totalmente preservadas.

De certa forma esta pesquisa reforça a ideia de que a identidade assexual é melhor entendida como um posicionamento subjetivo marcadamente diferente da cultura hegemônica.

Contribuições teóricas/conceituais

O primeiro autor a tentar traçar um entendimento teórico acerca da assexualidade tal como se apresenta hoje foi também o próprio Antony Bogaert, em 2006. Seu artigo, intitulado – *Para um Entendimento Conceitual da Assexualidade*³² (BOGAERT, 2006) –, procura trabalhar algumas definições e conceitos que

³² “Toward a conceptual Understanding of Asexuality”.

ênfatem a peculiaridade deste fenômeno. Partindo do texto de Storms (1980), ele toma a orientação sexual como sendo psicológica e, portanto, deve ser definida a partir da atração subjetiva do sujeito. No entanto, relembra-nos da forte demanda por relacionamentos românticos por parte desse público. Deste modo, ele busca em Diamond (2003) o argumento para sustentar que há uma orientação romântica que funciona independentemente da orientação sexual, conceituando o assexual como alguém que não apresente qualquer tipo de atração sexual em direção a pessoas, objetos e assim por diante (BOGAERT, 2006, p. 143)³³.

Em seguida, o texto ocupa-se em diferenciar a assexualidade das disfunções sexuais descritas no DSM, utilizando, para esta diferenciação, o argumento de que uma disfunção se pauta no critério de desconforto e descontentamento com determinada condição e a assexualidade, como descrita e defendida pelos seus entusiastas, nada traz de desconforto e descontentamento.

Bogaert (2006) apresenta algumas objeções com relação à assexualidade ser considerada uma orientação sexual. Em um estilo bastante racional, ele testa algumas hipóteses para chegar à necessária conclusão de que uma pessoa que não tenha atração sexual por alguém e nunca teve tal atração não pode ser categorizada como tendo uma *orientação* assexual (BOGAERT, 2006, p. 247).

Não podemos deixar de notar que essa definição não menciona ou avilta a possibilidade humana do autoerotismo, que já estava presente em Freud e em Johnson (1977). A discussão empreendida é puramente racional e linguística, na qual o autor trabalha com conceitos e com uma linha de argumentação bastante focada.

Neste mesmo ano de 2006, em um *paper*, a estudante de psicologia Ana Küsters (2006) da Universidade de Amsterdam, propõe-se a examinar o potencial acadêmico de se caracterizar a assexualidade como uma nova orientação sexual. Ela coloca que as definições de orientação sexual vigentes são baseadas em três fatores principais: a dimensão psicológica, a dimensão comportamental e a orientação baseada na autoidentificação. Enquanto há um grupo de autores que enfatiza a questão psicológica de atração e desejo, sem, no entanto, bem definir esses conceitos, outros preferem ancorar-se no comportamento manifesto. Partindo

³³ "That is, as a lack of any sexual attraction. Thus, anyone who does not have sexual attraction toward people, objects, and so forth is defined as asexual. This is the definition of asexuality promoted in the present article".

da revisão da literatura disponível na época, Küsters (2006) propõe que a definição de assexualidade seja dada a partir da ausência de desejo sexual e que seja academicamente aceita como uma orientação sexual.

O próximo estudo teórico sobre a assexualidade foi a tese de doutorado de Carol Haefner (2011) apresentada no programa de doutoramento em Terapia Transpessoal do Instituto de Terapia Transpessoal da cidade de Palo Alto, California. Nesta tese, ela procurou gerar uma teoria de médio alcance, baseada na metodologia da Teoria Fundamentada em Dado (*Grounded Theory*), sobre como os assexuais negociam os limites sexuais em relacionamentos amorosos. Toda a tese de Haefner (2011) é desenvolvida a partir da separação radical entre relacionamento romântico e sexual, sendo que há bibliografia pertinente que ateste essa separação, porém, até esta pesquisa, essa bibliografia amparava-se na ideia de que esses dois aspectos podem ser vividos separadamente, isto é, cada aspecto com pessoas diferentes. A inovação da leitura de Haefner (2011) é assumir que um dos aspectos, o sexual, é suprimido nos assexuais, porém isso não anula a demanda por relacionamentos românticos.

Essa pesquisadora postou dois inquéritos *online* no sítio da AVEN. Sessenta e quatro participantes completaram 1 ou ambos os questionários. Sessenta e três por cento dos participantes eram estadunidenses, enquanto os outros 37% eram de nove outros países.

O resultado da análise dos dados demonstra que a característica mais importante da negociação de relacionamentos românticos para os participantes foi o processo chamado nomeação (*naming*). Houve 3 áreas de nomeação encontradas nos dados: *Nomeação da Norma*; *Nomeação da Assexualidade no Relacionamento*; e *Nomeação da Assexualidade para si mesmo*.

A sessão chamada *Nomeação da Norma (Naming the Norm)*, mostrou três facetas, uma é a de que os assexuais se sentem alienados desta, sentem-se estranhos por não sentirem desejo sexual como todos ao redor deles. Recortes de discursos mostram que eles maldizem a sexualidade compulsória, se sentem prejudicados por esta na medida em que eles frustram tais expectativas sexuais (HAEFNER, 2011, p. 90-92). A segunda faceta mostra como o sexo na relação amorosa também é compulsório e invalidam os sentimentos dos assexuais. Os excertos apresentados mostram uma grande insatisfação com a cultura nesse sentido, enfatizando que o sexo é tomado como a medida do bom relacionamento

(HAEFNER, 2011, p. 92-95). Já a terceira, muito parecida com a segunda, foi o emaranhamento entre amor e sexo nos relacionamentos.

Na sessão *Nomeando a Assexualidade nos Relacionamentos*, os participantes relataram três situações diferentes: manter relações com sexuais, com assexuais ou optarem por não manter relação alguma. A opção mais radical, de não manter relações sexuais, foi colocada por um pequeno número de participantes, enquanto a opção de relacionar-se com outro assexual foi colocado como a opção mais viável, porém não a mais recorrente. A maioria dos assexuais mantém relações com sexuais o que leva a diferentes posturas. Há aqueles que se colocam a favor de que o parceiro sexual possa satisfazer essa necessidade fora do relacionamento com a condição de que não se apaixone ou não se envolva também amorosamente. Contudo, a maioria relatou que faria ou faz sexo consensual indesejado. Ou seja, apesar de não desejarem fazer sexo, eles aceitam satisfazer as necessidades de seus parceiros. Nesse contexto, alguns assexuais afirmaram que até gostam do sexo, apesar de não desejarem (HAEFNER, 2011, p. 98-108).

A terceira área de nomeação, *Nomeando a Assexualidade para si mesmo*, mostra que há um processo relativamente longo até que o sujeito se identifique e ancore-se no rótulo *assexual*: “[...] o sentimento predominante que os dados mostraram acerca daqueles que falaram em nomear a assexualidade para si foi a sensação de alívio; uma sensação de finalmente compreender que não há nada errado com eles³⁴” (HAEFNER, 2011, p. 109).

Vários participantes da pesquisa enfatizaram o papel de comunidades virtuais, tal como a *AVEN*, nesse processo de conseguir nomearem-se (HAEFNER, 2011, p. 110-112). “Alguns participantes sentiram que se nomearem como assexuais representou um momento decisivo, uma guinada, em suas vidas³⁵” (HAEFNER, 2011, p. 112). Nesse sentido, alguns assexuais relatam um certo trabalho de luto, tendo que assumir e reconfigurar seus projetos de vida ou mesmo seus ideais cotidianos, ao perceberem as consequências de assumirem suas assexualidades (HAEFNER, 2011, p. 113). Interessante que muitos deles relatam que procuraram até mesmo se conformarem com outras orientações sexuais antes de se

³⁴ “[...] the overriding feeling that came through the data for those who spoke of naming asexuality for self was a sense of relief; a sense of finally understanding that there is nothing wrong with them”.

³⁵ “Some participants felt that naming asexuality for self represented a turning point in their lives”.

descobrirem assexuais, tal como o excerto de Serena: “Serena pesquisou várias orientações sexuais mas disse que não se sentiu gay; hetero ou bissexual. Ela se identificou como assexual desde então³⁶” (HAEFNER, 2011, p.114).

Outra subcategoria, que surgiu dentro desse tema, foi aquilo que a autora identificou como fluidez romântica (romantic fluidity): “a fluidez romântica sugere que para alguns dos participantes o sexo e o gênero de seus potenciais parceiros não importam³⁷” (HAEFNER, 2011, p. 109).

Em meio a essa discussão, a autora coloca uma questão bastante pertinente, postulando de vez, ao nosso olhar, que a assexualidade é mesmo uma identidade, um significante identitário do qual uma complexa gama de significados e práticas efetivas é irradiado, inclusive o negativo deste significante negativo:

Uma vez que o sexo, em sua manifestação como uma expectativa cultural, tornou-se um tema central nessa tese, parece-nos apropriado sair um pouco do tópico das nomeações para responder à questão: Será que os assexuais fazem sexo ou não? Ainda que esta pesquisa não tenha sido desenhada para responder especificamente essa questão, é evidente a partir das respostas dos participantes que alguns deles sentem que provavelmente nunca farão sexo, outros fazem sexo, e alguns até mesmo gostam de sexo³⁸. (HAEFNER, 2011, p. 115).

Para concluir a autora lança uma hipótese interessante:

Lançar um olhar mais subjetivo sobre o desejo sexual também permitiria o entendimento dos aspectos socialmente construídos do desejo sexual. Acho que o desejo sexual, como uma parte da experiência humana, é um continuum, e para algumas pessoas tanto as mensagens explícitas como as implícitas sobre o sexo nos scripts da cultura criam um nível de desejo maior do que pode ser realmente experienciado. Em outras palavras, eu acredito que muitas pessoas aprenderam a desejar o sexo especialmente como recreacional, o sexo tornou-se mais aceitável e as propagandas começaram a usar o sexo para vender produtos. Talvez, para aqueles por dentro da estória, as palavras e mensagens são tranquilizadoras e legitimadoras, mas quando se está fora da estória o barulho se torna uma cacofonia que perturba o sentido de si, especialmente se o

³⁶ “Serena did research on various sexual orientations but said she didn’t feel straight, gay, or bisexual. She has identified as asexual ever since”.

³⁷ “Romantic fluidity suggests that for some participants the sex and gender of a potential partner does not matter”.

³⁸ “Since sex, in its manifestation as a cultural expectation, has become a central theme in this dissertation, it seems appropriate to leave the topic of naming for a moment to answer the question: Will asexuals have sex or not? Though this research was not designed to answer that question specifically, it is clear from participants’ responses that some participants feel that they will probably never have sex, others do have sex, and some even enjoy it”.

sujeito for pego desprevenido, cria a sensação de um ser quebrado³⁹. (HAEFNER, 2011, p. 128).

Esse excerto da conclusão de Haefner (2011) acende em nós muitas discussões. Ao colocar a sensação criada pela não consonância do sujeito com a mídia e com a grande cultura, a autora usa a ideia de estar *dentro* ou *fora* desta cultura, tomando, implicitamente, o não desejo sexual como biológico ou aquém da cultura. A outra questão suscitada por esse excerto é a noção marcusiana, de que a sociedade produz um mais-desejo e, obviamente, esse mais-desejo provoca diversas reações e resistências nesse mesmo corpo social, escrevendo um novo capítulo da relação entre Eros e civilização: a resposta radical que seria a civilização sem Eros.

Enfim, a tese de Haefner (2011) é uma importante contribuição para os estudos da assexualidade do ponto de vista de sua identidade romântica. Enquanto até então, os outros trabalhos permaneceram ainda no saguão da discussão, Haefner (2011) fala de dentro da sala principal.

No ano de 2012, Anthony Bogaert apresentou um estudo de caso na revista *Archives of Sexual Behavior*. Neste estudo, ele propõe uma nova parafilia que seria muito recorrente entre os assexuais. Ele batiza tal parafilia de *autochorissexualismo* que seria a sexualidade, sem uma identidade (do grego, respectivamente *choris* e *auto*). Partindo de alguns relatos de assexuais e de dados levantados por várias pesquisas, Bogaert (2012a) conclui que em alguns assexuais há fantasias sexuais, porém estas não envolvem suas próprias identidades: há uma produção de cenas eróticas, às vezes involuntária e às vezes voluntariamente, porém nessas cenas os sujeitos não se veem presentes e não desenvolvem papel algum. Ele diferencia essa parafilia de uma outra denominada *automonossexualismo*, que seria o interesse e a ligação sexual para consigo mesmo, na qual há uma identidade consolidada que se interessa pelo próprio corpo que a sustenta, enquanto que no *autochorissexualismo*

³⁹ “Taking a more subjective view of sexual desire would also allow for the socially constructed aspects of sexual desire to be understood. My sense is that sexual desire as a part of human experience is on a continuum, and for some people the explicit as well as implicit messages about sex in cultural scripts creates higher levels of desire than might otherwise be experienced. In other words, I believe many people learned to desire sex especially as recreational, sex became more accepted and advertising started using sex to sell products. Perhaps, for those inside the sexual story, the words and messages are soothing and validating, but when you are outside the story the noise becomes a cacophony that disrupts the sense of self and, especially if caught unawares, creates the sense of being broken”.

há apenas o corpo sexualizado sem que isso se ligue a uma identidade. Ele traz alguns relatos para ilustrar seu postulado:

A questão não é voyerismo: a cena não me excita porque eu estou assistindo, ela me excita porque é sexualmente carregada (e eu estou vendo como um 'sanguessuga' emocional). Eu até posso me identificar mais com um personagem ... mas não é um substituto para mim; ele funciona como um personagem ponto de vista numa ficção⁴⁰. (CARINA, 2005 *apud* BOGAERT, 2012a, p. 1513-1514).

O outro relato, recortado por Bogaert (2012a), também apresenta uma situação bastante parecida:

É uma cena em terceira pessoa; Eu até posso ter um personagem masculino genérico que é meio eu, mas ainda assim é separada de mim, mentalmente eu assisto em vez de participar na cena⁴¹. (TEDDY MILLER, 2005 *apud* BOGAERT, 2012a).

Não conseguimos captar a intenção acadêmica de Bogaert (2012a) com esse artigo. A concepção de classificar certos comportamentos sexuais ou até mesmo identidades sexuais, nomeá-las e colocá-las no rol dos casos pitorescos em nada contribui, nem mesmo para uma cultura academicista. De qualquer modo, esse trabalho revela o lugar de onde Bogaert escreve, sua orientação epistemológica e preocupações éticas.

Em 2014, Stacy Anne Pinto assina um artigo cuja intenção é desenvolver um modelo de aconselhamento e promoção de aliados aos assexuais. Sua proposta aponta quatro estágios que vai desde a não-identificação, passando por uma aceitação interna, e finalmente uma identificação pública dos assexuais, apontando as respectivas funções e tarefas do conselheiro. Para além desta proposta, inédita até então, salta aos olhos como o texto de Pinto (2014) atribui em diversas passagens um papel fundamental para a ciência em promover a aceitação e uma compreensão mais profunda da assexualidade na mesma medida em que se ancora nas definições não científicas apresentadas nas comunidades virtuais e nas páginas assexuais.

⁴⁰ "The point isn't voyerism, either: the scene doesn't turn me on because I'm *watching* it, it turns me on because it's sexually charged (and I'm watching as an emotional leech). I may have a character that I identify more with... but it's not a stand-in for me; it acts like a viewpoint character in fiction".

⁴¹ "It's scenes in 3rd person; I may have a generic male character which is kind of me, but it's still separate from me, mentally watched rather than participated in".

Livros sobre a assexualidade

Resenha do livro *Understanding Asexuality* de Anthony Bogaert (2012).⁴²

Bogaert introduz seu livro - *Understanding Asexuality* - apresentando-se como professor e pesquisador da sexualidade humana em dois departamentos acadêmicos na Universidade de Brock, situada na região do Niágara no Canadá.

Em sua visão, a importância da assexualidade está no fato de que através dela é possível entendermos um pouco mais a fundo a própria sexualidade, uma vez que a assexualidade revela uma vertente ainda inédita do amplo espectro da diversidade sexual. Nas palavras do autor:

O estudo da assexualidade oferece uma oportunidade única para olhar a sexualidade através de novas lentes, mas, talvez mais importante ainda, essas novas lentes dispõem de uma imagem mais ampla e um ângulo mais aberto sobre o assunto. (BOGAERT, 2012b, p. 8, tradução nossa).

O livro é constituído de quatorze capítulos escritos em forma de ensaio, onde o autor parte de experiências e situações cotidianas para, aos poucos, envolver os leitores com uma argumentação mais acadêmica e científica. A maior parte do conhecimento que o autor produz neste livro baseia-se no esquadramento ou no isolamento entre o biológico e psicológico, e, por vezes, entre o psicológico e o social. Como efeito o leitor encontrará análises bastante relativizadas e focadas em alguns elementos que compõem a sexualidade, alienados do conjunto da experiência humana.

Já na introdução o autor declara que o público alvo de seu livro não se restringe aos assexuais e nem mesmo à estudiosos acadêmicos do assunto, mas a todos aqueles que querem aprender um pouco sobre (a)sexualidade. Com isso ele adianta ao leitor que, embora se trate de um trabalho acadêmico, sua linguagem relativamente simples, cheia de exemplos cotidianos e sobretudo bem humorada, torna esta leitura extremamente acessível para o grande público.

No segundo capítulo o autor propõe examinar parte fundamental do processo psicológico da sexualidade, relacionado a ambos, sexuais e assexuais. Como o

⁴² Texto publicado na Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 6, n 2, p. 281-283, ago./dez. 2015.

título sugere – *O ABCD da (a)sexualidade* - ele segmenta esse exame em A: *atraccion e arousal* (atração e excitação); B: *Behavior* (comportamento); C: *cognition* (cognição) e D: *desire* (desejo). Já no início da explicação o tom do capítulo fica evidente. Um pouco diferente do que a apresentação sugere, o conteúdo da análise volta-se para a existência da assexualidade. Ancorado em uma visão evolucionista e que privilegia o biológico, ao definir brevemente cada um desses componentes Bogaert engata um argumento para defender e legitimar a experiência assexual.

De modo intrigante, o terceiro capítulo, dedicado à história da assexualidade, começa com a retomada da evolução da vida no planeta terra. Durante algumas páginas o autor passa por diferentes espécies que se reproduzem assexuadamente até escrever que esse conhecimento só se relaciona indiretamente com os assexuais humanos, mas, volta a esse tipo de exemplo ao final do capítulo. No capítulo seguinte, o foco é nos estudos estatísticos que primeiro confirmaram a incidência de 1% de assexuais na Inglaterra e posteriormente os EUA.

Do quinto ao nono capítulo as discussões ficam mais interessantes na medida em que pontos relacionados à masturbação, diferenciação entre sexo e gênero, à identidade assexual e ao sentido social que o sexo vem tomando, são colocadas em pauta. Sem dúvida a grande contribuição dessas discussões é a apresentação da visão dos assexuais sobre estes aspectos, principalmente para aqueles que pretendem se iniciar no tema. Ao invés de tentar esgotar teoricamente esses pontos Bogaert apresenta a cultura assexual, suas linhas básicas de argumentação e toda a política identitária que tem tomado corpo em torno desta bandeira.

O sétimo capítulo, sobre a identidade assexual, é um dos pontos altos deste livro. Bogaert começa interrogando a recorrente necessidade de construir uma identidade a partir da sexualidade, passa por algumas teorias sobre os estágios da formação da identidade de minorias sexuais e também traz alguns depoimentos de assexuais acerca do tema. Em dado momento ele lança a pergunta: É mesmo necessário legitimar uma não prática sexual? Trata-se de um capítulo interessante, embora não se aprofunde nos mecanismos de identificação e formação da identidade, ele dá bons argumentos e um excelente panorama da identidade assexual, ótimo para os estudiosos da sexualidade compreenderem os pontos semelhantes e divergentes entre os assexuais e outras minorias sexuais.

Em seguida há a argumentação que é um dos pontos centrais da linha retórica dos assexuais. Em *A loucura do sexo*, o autor simplesmente demonstra

como o sexo é irracional, animal e sempre que pode não respeita quaisquer regras sociais. Curiosamente essa constatação é feita em nome da legitimação da assexualidade, afinal quem quer ser irracional, animal e descontrolado? Assim, poderíamos resumir todo esse capítulo em uma só sentença: A assexualidade é uma defesa contra a loucura impetuosa do sexo.

Outro ponto alto do livro é o capítulo 12, sobre a (a)sexualidade e o humor, onde o autor revisa algumas teorias sobre como se dá o sentido da piada e a força do riso. Partindo daí, levanta hipóteses sobre o efeito que uma piada de sexo teria ou não teria em uma pessoa assexual.

No penúltimo capítulo Bogaert reúne as explicações científicas que se tem encontrado para compreender a assexualidade. Apesar de ancorar-se em uma espécie de frenologia moderna, tomando fatores como lateralidade, exposição do feto à hormônios e à imunidade materna, e o número de irmãos mais velhos, é o capítulo mais acadêmico e também o mais positivista de todo o livro, que realmente compila grande parte da literatura científica sobre a assexualidade, sobretudo aquele conhecimento baseado em evidências materiais.

Por fim, Bogaert relembra o quanto os estudos sobre a assexualidade são ainda muito recentes, um pouco mais recentes do que a própria assexualidade na aceção que se tem reivindicado atualmente, e convida novos pesquisadores a se juntarem no desbravamento desse território.

De fato, a literatura sobre a assexualidade ainda é muito escassa, em língua portuguesa há somente três trabalhos. O artigo de Mauro Brigeiro (2013), faz uma incursão antropológica na maior comunidade assexual na internet, conhecida como *AVEN*, e analisa de forma contundente a relação inovadora deste emergente grupo com a ciência, ao estabelecerem uma parceria que visa à que a ciência legitime a existência da assexualidade. Embora Brigeiro não tenha tido contado com o livro de Bogaert (2012b) suas análises caem como uma luva também para esta obra.

Outro trabalho em português é o de Oliveira (2013). Trata-se de uma apresentação da identidade assexual tal como veiculada e defendida pela *AVEN*. Há ainda o uma dissertação de mestrado defendida em Portugal por Lemos (2011), na qual a autora procura identificar, através de testes e escalas, as vulnerabilidades psicológicas a que os assexuais estariam sujeitos.

Acreditamos que nos próximos anos haja mais algumas publicações nacionais sobre o tema já que tanto esses pesquisadores citados quanto nós mesmos estamos trabalhando em pesquisas sobre esse assunto.

Apesar de ainda não haver a versão em português deste livro, sua leitura em inglês é realmente fluida e não exige do leitor a familiaridade com um inglês muito rebuscado. A aquisição do livro também é bastante fácil, pode-se encomendar a versão impressa, em capa dura, que demora de uma a três semanas pra chegar ao Brasil. Ou ainda há a possibilidade da aquisição instantânea de sua versão digital.

Resenha do livro *Assexualities: feminist and queer perspectives* de Karli Cerankowski e Megan Milks (2014)⁴³

A coletânea de ensaios que ora apresentamos, organizada pelas pesquisadoras feministas da área de letras, Karli June Cerankowski e Megan Milks, soma-se ao *Understanding Assexuality*, de Anthony Bogaert (2012b), como os dois únicos livros inteiramente dedicados ao tema, até esta data.

Já no prefácio de *Assexualities*, as organizadoras enfatizam que o leitor tem em suas mãos um volume fundamental para todos aqueles que desejam se colocar a par do tema e, entusiasmadas, acrescentam:

Nesta coletânea multidisciplinar os autores expandem essa definição de assexualidade considerando as complexidades de gênero, raça, disfunção, e dos discursos médicos. Juntos, esses ensaios desafiam as maneiras como temos concebido o gênero e a sexualidade em relação ao desejo e à prática sexual. Este livro fornece uma reavaliação crítica até mesmo das teorias *queers* mais radicais sobre a sexualidade. (CERANKOWSKI; MILKS, 2014, p. i, tradução nossa).

O livro é dividido em seis seções, cada uma contendo de dois a três ensaios. As primeiras seções mapeiam o lugar que a assexualidade tem ocupado, na cultura, na ciência e na mídia, bem como a luta política que vem sendo travada em torno dessa bandeira. A quarta seção constrói-se em torno do exame da masculinidade nesse contexto, apontando superações e desafios. A penúltima dá lugar à calorosa discussão acerca da ideia de a assexualidade ser uma disfunção ou uma patologia, enquanto análises da assexualidade, na literatura e na teoria literária, fecham o livro.

⁴³ Texto submetido à Revista Arquivos Brasileiros de Psicologia.

Parte 1- Teorizando a Assexualidade: Novas Orientações

No ensaio de abertura do livro, Jacinthe Flore se propõe explorar e “perturbar” o conceito de identidade assexual, tal como este aparece nos discursos da psiquiatria. O tom inicial do autor revela que vamos encontrar pela frente uma pujante crítica à medicina, apontando que esta é a responsável pela ideia de que a sexualidade é um atributo necessário a todos os seres humanos. De fato, essa linha de argumentação tem sido relativamente comum nos textos sobre a assexualidade, de sorte que algumas leituras se centram na contrariedade ao discurso hegemônico, reduzindo a sexualidade humana a um mero culturalismo manipulado por alguns poucos e mal-intencionados poderosos. Flore chega à necessária conclusão de que a existência de um grupo de pessoas que reivindicam a assexualidade como identidade provoca uma fissura em nossa sociedade hipersexualizada.

No ensaio seguinte, o conhecido arcabouço neurobiológico de Nicole Prause, uma das pesquisadoras mais assíduas do fenômeno da assexualidade, retorna com o intuito de comunicar o resultado de sua pesquisa-piloto, a qual visa buscar a etiologia neuronal da assexualidade. Já no terceiro ensaio, que encerra essa primeira parte do livro, Kirstian Kanh procura situar o sujeito assexual no pensamento psicanalítico. Fazendo um percurso inusitado, mas bastante produtivo, o autor articula as leituras de Lacan sobre a linguagem e *sinthoma*, os textos de Michel Foucault sobre a sexualidade e sobre a identidade e a noção *queer* de política identitária. O resultado é uma contribuição verdadeiramente inédita e muito consistente, na medida em que esta é a primeira aplicação do referencial teórico da psicanálise ao entendimento desse fenômeno. Sem dúvida, a grande contribuição desse texto é não só a introdução de uma ideia de sujeito para a discussão, mas a ótima visualização da relação de mão dupla que esse sujeito estabelece com seu grupo.

Parte 2 - As políticas da Assexualidade

Este segundo tema do livro reúne três textos sobre a luta identitária dos assexuais, desde a política do movimento até as representações midiáticas e literárias dessa possibilidade. Destacamos o texto de Megan Milks, que, entre outras coisas, faz uma interessante ligação entre os assexuais e o conto de Herman Melville (2005) intitulado *Bartleby, o escrivão* (recentemente, esse conto ganhou

uma representação no teatro, realizada por Denise Stocklos). A trajetória de Bartelby é marcada pela forma característica com que ele responde às solicitações de seu chefe: “- Preferiria não”. Através dessa resposta-padrão, o personagem vai gradativamente se desligando de suas tarefas e, em última instância, da vida.

Parte 3 – Visualizando a Assexualidade na Mídia e na Cultura

Como uma continuação natural da parte anterior, aqui a política identitária é deixada um pouco de lado, para que se coloque em primeiro plano somente a representação que se tem produzido, tanto de dentro para fora do movimento quanto ao contrário. Assim, o texto de Cerankowski faz uma crítica contundente, na medida em que explicita os efeitos negativos e contraditórios de se usar a grande mídia como meio de obtenção da aceitação. Nas palavras da autora:

Paradoxalmente, a *AVEN* desafia as normas enquanto ao mesmo tempo busca ser normalizada. [...] Os assexuais ainda performatizam um desejo de serem reconhecidos e de serem socialmente inteligíveis – compreensivelmente – como ‘normais’. É este desejo por algum senso de normalidade que impele a *AVEN* a sair procurando um lugar na mídia popular na tentativa de aumentar a visibilidade assexual e a educação. (CERANKOWSKI; MILKS, 2014, p. 43, tradução nossa).

Na sequência, ela afirma que a proposta de visibilidade assexual do movimento acaba sendo mais uma parte do espetáculo da sociedade hipersexualizada – pois as aparições incitam a se falar de sexo muito mais do que promover a aceitação da assexualidade – e lança a pergunta: “A que custo a assexualidade se torna interessante ou acessível?” (p. 150). Para concluir, essa autora faz toda uma argumentação com a intenção de mostrar que nem toda visibilidade é educativa: a ética do espetáculo centra-se muito mais na ilusão de que o tema focado está sendo pensado e entendido do que na tarefa de explicar em si. Sem dúvida, esse artigo é um ponto alto do livro.

Outro tom o leitor encontrará nos textos que encerram esse tópico. Sarah Sinwell passeia muito tranquilamente por representações cinematográficas e por seriados televisivos, mas, a despeito de demonstrar uma grande familiaridade com essas representações, seu foco encerra-se em uma análise muito superficial e infrutífera para a questão do sujeito assexual, versando muito mais sobre a construção e a repetição hollywoodiana de certos tipos humanos. Já o ensaio de Cynthia Barounis se ocupa predominantemente da análise do filme *Shortbus* (2006),

de John Cameron Mitchell. Suas observações evidenciam que a personagem principal, Sofia, uma terapeuta sexual, está imbuída do discurso da sexualidade compulsória, além do discurso “médico” da disfunção sexual, de maneira que vai mostrando como o orgasmo é ponto central do filme.

Textos com essa linha de argumentação, os quais criticam veementemente a busca pelo orgasmo e seus meios de obtenção, também têm sido bastante comuns nesse tema, não apenas academicamente, como também nos fóruns e manifestações diversas por parte dos assexuais. Para concluir seu texto, Barounis tenta relativizar a sexualidade compulsória que critica, no filme, ao analisar a trajetória de uma outra personagem, a qual não faz sexo. Porém, a autora negligencia o fato de que essa personagem é uma *dominatrix* e trabalha espancando os seus clientes até que eles cheguem ao orgasmo.

Parte 4 – Assexualidade e Masculinidade

Outro ponto alto dessa coletânea é o ensaio de Andrew Grossman. O autor começa revisando as noções psicanalíticas de desenvolvimento, atendo-se à fase perverso-polimorfa, tal como Freud a descreve, para, em seguida, tomar como exemplo de assexual perverso polimorfo a figura dramática do palhaço. Destacando que a fixação em certa fase do desenvolvimento tem como principal consequência não as atividades sexuais, mas todo um modo de funcionamento mental, uma dinâmica psicológica característica, o autor afirma que a assexualidade é uma “orientação existencial” (p. 201). Essa orientação existencial está claramente presente nessa figura de grande apelo popular e ampla aceitação social, que é o palhaço. Ele passa então a explicitar a construção subjetiva do personagem e relembra a trajetória de alguns famosos palhaços do cinema da década de 1920.

Já o ensaio seguinte, da também assídua pesquisadora da assexualidade, Ela Przybylo, é erigido em torno da entrevista de três homens autoidentificados como assexuais, os quais falam sobre a dificuldade de conciliar essas duas identidades.

Parte 5 – Saúde, Disfunção e Medicalização

Nesta seção, o primeiro texto, de Eunjung Kim, faz um amplo e bem fundamentado resgate histórico dos discursos médicos sobre a sexualidade feminina

como um todo, bem como do lugar que a assexualidade ocupava, geralmente como consequência de alguma disfunção.

O texto de Kristina Gupta, por sua vez, faz uma interessante análise da negação mútua entre o grupo dos assexuais e o grupo dos portadores de deficiências. Como já revela alguma literatura acerca do assunto, os portadores de deficiência tendem a ter a sua identidade sexual e suas sexualidades negadas ou invisibilizadas por grande parte da população, de forma que esta é uma das bandeiras desse grupo: o direito à sexualidade e a luta contra o estigma da assexualidade. O grupo dos assexuais, por sua vez, luta contra o estigma da deficiência que muitas vezes lhe é associada. Aliás, uma das “brigas” é para que o DSM expressamente exclua os assexuais do tópico de disfunções sexuais. Assim, a autora traz um texto interessantíssimo, o qual revela o que ela chama de “negação mútua”, essa contradição que se assenta sobre o princípio da liberdade e dos direitos de um certo grupo identitário, em detrimento da estigmatização de outras identidades.

Fechando esse tópico, o texto de Christine Labuski narra as histórias de suas pacientes e suas respectivas relações com a sexualidade, desencadeadas a partir da impossibilidade que a dor vaginal traz para a relação sexual com penetração.

Parte 6 – Lendo a assexualidade

Quando achamos que a diversidade o livro se esgotou, deparamo-nos com esta última e extraordinária seção. Nela, o leitor encontrará dois textos inusitados, os quais relacionam a assexualidade e a produção discursiva. Jana Fedtke analisa o romance *Os povos do osso*, do neozelandês Keri Hulme. Segundo relata, essa estória desafia instituições como a família, a heterossexualidade e a reprodução. A análise central da autora baseia-se na trajetória de uma das personagens principais do livro e de sua relação amorosa com o protagonista, tomando-a como uma forma de viver a assexualidade.

Por fim, a escritora e editora Elizabeth Hanna Hanson destila a sua visão da lógica discursiva assexual. Para isso, ela retoma o lugar que o romance ocupou, nas revoluções sexuais, tal como relembra Foucault, para chegar à teoria literária, a qual sobrepõe a dinâmica do desejo e a construção da estrutura narrativa do texto literário. Passando por discussões a propósito das pulsões de vida e de morte, do alvo do desejo e do desejo sem alvo, a autora faz uma leitura da dinâmica

psicológica revelada pela psicanálise, tal como ela aparece em sua forma discursiva. Ironicamente, o texto acaba demonstrando a possibilidade de uma narrativa assexual. Ironicamente, porque se trata de um texto orgástico, tanto do ponto de vista teórico, já que os conhecimentos articulados realmente iluminam a questão, quanto do ponto de vista estilístico.

Enfim, *Asexualities* é mesmo uma leitura obrigatória para quem quer se colocar a par do tema da assexualidade. A grande maioria dos autores que fazem parte dessa empreitada é inédita no assunto, o que, ao nosso entender, consolida de vez a assexualidade enquanto um tema acadêmico promissor.